

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**Trabalhar no tráfico: experiências de mulheres no mercado das drogas**

**Mylena Fernandes de Mello**

**2021**



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHAR NO TRÁFICO: EXPERIÊNCIA DE MULHERES NO  
MERCADO DAS DROGAS**

**MYLENA FERNANDES DE MELLO**

*Sob a Orientação da Professora Dra*  
**Nalayne Mendonça Pinto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ  
Novembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M527t Mello, Mylena Fernandes de , 1995-  
Trabalhar no tráfico: experiências de mulheres no  
mercado das drogas / Mylena Fernandes de Mello. -  
Seropédica, 2021.  
91 f.

Orientadora: Nalayne Mendonça Pinto.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais, 2021.

1. Mulheres. 2. Tráfico de Drogas. 3. Divisão  
Sexual do Trabalho. 4. Prisão. I. Pinto, Nalayne  
Mendonça, 1974-, orient. II Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MYLENA FERNANDES DE MELLO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 29/11/2021

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Nalayne Mendonça Pinto. Dra. PPGCS/ UFRRJ (orientadora)

Moema de Castro Guedes. Dra. PPGCS/ UFRRJ

Daniel Veloso Hirata. Dr. PPGE/ UFF

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção desta dissertação foi muito difícil para mim, antes mesmo da pandemia do Coronavírus mudar totalmente as nossas vidas. Por isso, quero agradecer a todos que me ajudaram nessa caminhada e me fizeram ver que eu sou capaz. À minha família, por me incentivar e acreditar em todos os meus sonhos. Sempre tive em vocês o meu espaço de amor e cuidado. Ao meu namorado e grande amor, Kadu, que compartilha sonhos comigo, como esse, sendo sempre um grande incentivador e parceiro em tudo, inclusive nos estudos.

Agradeço a todos os meus professores do ensino básico e também da Rural pela generosidade da troca em sala de aula. Vocês mudaram a minha vida, ampliando minhas visões de mundo e do que eu posso ser e fazer: Carly Machado, Moema Guedes, Trog Perruso, Flávia Vieira, Alessandra Rinaldi, Marta Ciocari, Edson Miagusko e tantos outros. Em especial agradeço a minha orientadora Nalayne Pinto que, como sempre digo a ela e a todos, é o meu anjo da guarda na Rural. Muito obrigada pela paciência e atenção. Sem você eu não seria metade da profissional que venho me tornando. Obrigada por ter escolhido a sala de aula, a universidade e a pesquisa como o seu lugar. Um dia quero ser metade da professora que você é.

Agradeço muito aos membros da banca de qualificação e de defesa dessa dissertação, os professores Daniel Hirata e Moema Guedes. Muito obrigada pelas contribuições tão enriquecedoras.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), pela autorização do meu campo em 2018 e em 2020 e também pela atenção que me deram em todos os encontros.

A todas as mulheres que abriram espaço para eu estar onde estou hoje, em especial as mulheres da minha família. É mais que um título de mestre, que dentre todas as gerações eu sou a primeira a ter. Para nós isso significa que eu cheguei lá, superei as expectativas. Nós superamos. Hoje, espero abrir as portas para outras meninas no caminho da ciência e da educação nesse país.

Aos meus amigos que estão ao meu lado há anos, Aída Cordeiro, José Victor, Caio Vinicius e Raphael Cunha: muito obrigada por estarem comigo em todos os momentos. Aos amigos que conheci na graduação e na pós, Laryssa Owsiany, Carlos Oliveira, Carlos Gonçalves, Geisa Soares, Gustavo Pedro e PV Dias pela parceria linda e tão importante em minha vida

Por último, mas não menos importante, gostaria muito de agradecer a todas as mulheres que conheci na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito por aceitarem conversar comigo e pela confiança que depositaram em mim. Devo muito a vocês! Esta dissertação não é somente minha, ela é nossa!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as formas de atuação de mulheres no mercado das drogas a partir de suas histórias de vida e experiências de inserção nos grupos de varejo do tráfico. A pesquisa foi realizada através de trabalho de campo feito com mulheres traficantes ou ex-traficantes na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito no Rio de Janeiro e também por meio de entrevista com uma egressa do sistema prisional e ex-traficante. A pesquisa analisou como se dá o trabalho de mulheres no tráfico de drogas, trazendo uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho nesse mercado. Além disso, explorou como elas se organizam em um ambiente altamente masculinizado, quais são as habilidades necessárias para a atuação delas no tráfico, quais as hierarquias presentes e como é o dia a dia na “função”. Conjuntamente, tem-se como objetivo demonstrar as condições de confinamento dessas mulheres dentro do cárcere, na medida em que elas relataram nas entrevistas as vivências e dramas como mulheres encarceradas e, dessa forma, descrever a degradação prisional a que são submetidas. Chama atenção que, mesmo com as dificuldades de gênero a elas impostas na hierarquia do tráfico, as mulheres vêm disputando os diferentes postos hierárquicos com os homens; o tráfico, como se apresenta nas favelas cariocas, “bagunça” um pouco essa ideia de trabalho de homem versus trabalho de mulher já que na função ambos podem ser aproveitados em diversas tarefas e ganham destaque conforme seus desempenhos.

**Palavras-chave:** Mulheres. Tráfico de Drogas. Divisão Sexual do Trabalho. Prisão.

## ABSTRACT

The present work aims to understand the forms of action of women in the drug market from their life histories and experiences of insertion in retail trafficking groups. The survey was conducted through field work done with women traffickers or former traffickers in the Talavera Bruce Penitentiary and the Santo Expedito Penal Institute in Rio de Janeiro and also through an interview with an egress from the prison system and former drug trafficker. The research analyzed how women work in drug trafficking, bringing a discussion about the sexual division of labor in this market. In addition, he explored how they organize themselves in a highly masculinized environment, what are the skills necessary for their performance in trafficking, what are the hierarchies present and how is the day to day dealing. In addition, the objective is to demonstrate the conditions of confinement of these women inside the prison, as they reported in the interviews the experiences and dramas as incarcerated women and, thus, describe the prison degradation to which they are subjected. It is noteworthy that, even with the gender difficulties imposed on them in the hierarchy of trafficking, women have been disputing the different hierarchical posts with men; trafficking, as presented in Rio's favelas, "mess" a little this idea of work of man versus work of woman since in the function both can be used in various tasks and gain prominence according to their performances.

**Key-words:** Women. Drug Trafficking. Sexual Division of Labour. Prison.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS NOS ESTUDOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b> .....	19
1.1 Novos debates acerca das mulheres no crime.....	24
1.2 Mudanças estruturais do mercado de trabalho: da precarização à ilegalidade .....	29
<b>CAPÍTULO II - A CORRERIA NO CRIME: O TRABALHO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS</b> .....	32
2.1 Pensando a divisão sexual no trabalho ilegal: o tráfico de drogas no Rio de Janeiro em questão.....	35
2.2 Quando a mulher é traficante.....	37
2.2.1 Mulheres nas funções do tráfico .....	37
2.2.2 A visão do crime .....	41
2.2.3 Tráfico na Região dos Lagos: uma área em crescimento para mulheres no Rio de Janeiro .....	44
2.2.4 Família e filhos.....	47
2.2.5 Performance de gênero .....	49
2.2.6 Mulher de bandido x bandida .....	51
2.2.7 A “boa aparência” no tráfico internacional .....	52
2.2.8 Protagonismo e vitimização.....	54
<b>CAPÍTULO III - QUANDO A FUNÇÃO NO CRIME É INTERROMPIDA: AS CONDIÇÕES DE CONFINAMENTO DE MULHERES</b> .....	58
3.1. Superlotação e as condições de confinamento.....	59
3.2. A falta de assistência médica humanizada e o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos .....	63
3.3. O sistema de trocas: um meio de sobreviver na prisão .....	65
3.4. Convívio com Agentes Penitenciárias.....	66
3.5. Dona Olívia: a experiência de uma estrangeira na prisão carioca .....	70
3.6. Luana: estar grávida na penitenciária e a vida como egressa .....	72
3.8 As prisões em tempos de pandemia .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	85

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a compreender a atuação de mulheres no tráfico de drogas no Rio de Janeiro, percebendo como essas mulheres que estão ou estiveram no tráfico relatam suas experiências de vida e de trabalho no “mercado” das drogas. Assim, serão considerados como elementos fundamentais para esta compreensão as narrativas das entrevistadas, suas experiências e modos de contar suas histórias de vida. Assuntos como as funções no tráfico, a visão do crime, mulher de bandido x bandida, família e filhos, performance de gênero no tráfico e a experiência prisional. Alguns deles já abrangidos em outros trabalhos no campo das ciências sociais ou mesmo no conhecimento popular, mas aqui trazidos a partir da perspectiva das próprias mulheres traficantes.

A análise foi feita com base em entrevistas realizadas com mulheres na Penitenciária Talavera Bruce, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 2018, também a partir de novo trabalho de campo, que foi suspenso devido à pandemia, na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito<sup>1</sup>, realizado no início de 2020, e por meio de entrevista com uma egressa do sistema prisional e ex-traficante do Rio de Janeiro.

A motivação para a escolha do tema talvez se encontre antes mesmo da graduação em Ciências Sociais. Nasci e ainda moro na comunidade da Vila Kennedy, em Bangu, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Desde nova a violência faz parte do meu cotidiano, seja pelo tráfico, pela polícia ou nos últimos anos pela milícia. Em meu bairro, estamos cercados por outra comunidade, a Vila Aliança, por um Batalhão da Polícia Militar e pelo Complexo Penitenciário de Gericinó. Minha vida foi e é muito marcada pelas fugas que ocorriam, rebeliões nos presídios, carros de polícia, troca de tiros, filas de visitas e principalmente a grande curiosidade em saber como é atrás dos muros. Vi o comércio e o transporte local se adaptarem ao grande fluxo de pessoas no

---

<sup>1</sup> Logo assim que fui autorizada a pesquisar houve uma mudança: todo o quantitativo de mulheres do Presídio Nelson Hungria – SEAPNH está atualmente no Instituto Penal Santo Expedito – SEAPISE.

Complexo Penitenciário. Vi a prisão fazer parte da nossa rotina, mesmo sem estarmos inseridos no sistema prisional.

Assim, ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro com muitas inquietações, questões pessoais e também sociais para tentar compreender melhor. Já no início da graduação fui estagiária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica (PIVICT), no projeto “Espaços, corpos, circulações e regimes de poder: experiência urbana e práticas estatais em uma zona de abandono social” (2015.2 a 2016.2) coordenado pelo professor Fábio Alves Araújo e vinculado ao IFRJ. Essa pesquisa resultou em duas apresentações do trabalho “Prisão e experiência urbana no bairro Gericinó”. Foi meu primeiro contato com a antropologia e o trabalho de campo, realizado na cancela do Complexo Penitenciário do Gericinó, local inserido em minha rotina, como já dito, mas agora vivenciado por mim enquanto pesquisadora. Foi ambíguo, principalmente por eu conhecer algumas pessoas que ali passavam e não sabia se me apresentava como a Mylena, moradora, ou como uma pesquisadora, distante daquele universo.

Logo após minha saída desse projeto, produzi com alguns colegas de graduação um curta-metragem chamado “Presas por seus presos”<sup>2</sup> como trabalho final de uma disciplina. O curta busca retratar o período de uma noite na fila para visita do Complexo Penitenciário de Gericinó. Passamos a noite na rua e também em um dormitório na frente do Complexo com as mulheres que estavam na fila da visita. Outro momento de estranhamento de um local que para mim era conhecido.

Já a temática das drogas dentro das Ciências Sociais ganhou força em minha perspectiva analítica quando fui bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ no projeto “Política de drogas no Brasil e assistência às pessoas que fazem uso problemático de drogas: as comunidades terapêuticas religiosas na Baixada Fluminense”, coordenado pela professora Nalayne Mendonça Pinto e vinculado a UFRRJ. Como bolsista analisei as políticas criminais que tratam sobre legislação de drogas no Brasil, além de identificar e compreender os dispositivos de atendimento, acolhimento e “tratamento” de pessoas internadas nas Comunidades Terapêuticas Religiosas (CT’s) nos municípios da Baixada Fluminense, através de alguns estudos de casos.

---

<sup>2</sup> PRESAS POR SEUS PRESOS. Mylena Fernandes de Mello *et al.* Rio de Janeiro, 2017. (14min 4seg). Publicado pelo canal Jannyne França. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zJ5pagemt74&ab\\_channel=Jannynefran%C3%A7a](https://www.youtube.com/watch?v=zJ5pagemt74&ab_channel=Jannynefran%C3%A7a)>. Acesso em: 20 set. 2020.

É assim, com essa breve narrativa de parte minha história, que cheguei ao meu tema de monografia sobre a questão do encarceramento feminino no Brasil, no qual analisei e investiguei as especificidades da criminalidade feminina voltada ao tráfico de drogas. A pesquisa visou contribuir para o debate sobre a tradicional vitimização de mulheres envolvidas em atividades criminais, contrastando essa visão ao colocá-las em uma posição de agentes em suas escolhas. O objeto de minha monografia, então, foi a análise dos discursos que as mulheres presas por tráfico de drogas produziam sobre suas narrativas de vida e entrada no tráfico e o objetivo foi compreender esses discursos entrelaçando com suas histórias de vida, e analisar como elas narram suas trajetórias e envolvimento no tráfico de drogas. A opção metodológica para realizá-lo foi pesquisa de campo na Penitenciária Talavera Bruce no Rio de Janeiro, onde atuei por três meses, resultando em entrevistas qualitativas semi-abertas realizadas com dez mulheres presas na Penitenciária para conversar sobre suas experiências de vida e seus “envolvimentos” nas redes do tráfico.

Em meu campo constatei uma divisão sexual do trabalho no tráfico de drogas, bem como a ideia de que o feminino está ligado ao trabalho manual, por mulheres terem “mais paciência e delicadeza”. Porém, diferente das pesquisas realizadas com presas pelo crime de tráfico de drogas no Ceará (MOURA, 2005) e no Rio de Janeiro (SOARES; ILGENFRITZ, 2002) que demonstram que as presas se declaravam em funções subsidiárias e subalternas como mula, retalhista, pião ou cúmplice<sup>1</sup>; em meu campo na Penitenciária Talavera Bruce as funções declaradas pelas mulheres foram desde as mais subalternas até às de gerente e donas de boca, deixando claro que ao longo da atuação no tráfico elas geralmente perpassavam por muitas funções e hierarquias. Assim, segundo elas, as mulheres podem e tem estado em funções no tráfico iguais aquelas exercidas pelos homens, com cargos de chefia. Assim como eles, as mulheres ascendem no tráfico por “terem postura”, por desempenharem bem suas funções, porém lembram que há muito machismo no tráfico e muita disputa, pois os homens não aceitam mulheres ocupando suas posições.

Dando continuidade as questões metodológicas da pesquisa, esta dissertação de mestrado se propõe a compreender a questão do trabalho de mulheres no tráfico de drogas, percebendo como essas mulheres que estão ou estiveram no tráfico relatam suas experiências de vida e de trabalho no “mercado” das drogas e quais as habilidades e as competências que acreditam ser necessárias para o ser mulher no tráfico. Dessa maneira, perceber como se faz o movimento de mulheres dentro de uma escala social que é

altamente masculinizada e masculinizante. O objeto desta pesquisa são os discursos, os relatos sobre as experiências de vida e atuação de mulheres no tráfico de drogas, com o recorte na prisão. Mais especificamente as narrativas que elas produzem sobre o ingresso, permanência e saída, ou não, do tráfico de drogas, bem como suas funções no mercado das drogas e a vida no cárcere.

Para tanto utilizarei minha base de dados que construí no período de três meses na Penitenciária Talavera Bruce em 2018 e também as novas informações coletadas em entrevistas no campo na mesma penitenciária e também no Instituto Penal Santo Expedito, em fevereiro até o início de março de 2020, quando o Centro de Estudos e Pesquisa EGP/SEAP suspendeu as entradas nos estabelecimentos da SEAP para realização de pesquisas acadêmicas devido a Covid-19. Por conta da pandemia e tudo que acarretou, o material que reuni para escrever esta dissertação foi a soma das entrevistas que fiz em campo no ano de 2018 e as poucas conversas que tive nessa ida a prisão em 2020. Além de uma entrevista em profundidade com uma egressa na qual fui apresentada e aceitou participar da pesquisa.

A prisão foi o recorte escolhido para a realização da pesquisa, pois compreendi como sendo o caminho mais prático e seguro para manter um diálogo frequente com algumas mulheres, mas é importante salientar que essa escolha de encontrá-las na prisão já exclui as mulheres que estão “na pista” e trabalham no tráfico; as “bocas” onde eu poderia frequentar não seria um local seguro para pesquisar sozinha, na medida em que o tráfico no Rio de Janeiro se dá em constante conflito entre facções, com a polícia e também com a milícia. Compreendo que esse recorte também exclui aquelas mulheres que possuem meios de negociação com agentes do Estado e que, portanto, são traficantes, mas não chegam a ser presas, tendo assim outra experiência do trabalho no tráfico sem conhecer o sistema carcerário.

Nessa dissertação optei por usar a categoria trabalho para as mulheres que operaram no tráfico de drogas por observar muitas correlações entre o trabalho informal e ilegal no Brasil. O trabalho informal hoje no país é uma realidade para 39.3 milhões trabalhadores (IBGE 2020) de brasileiros sem proteção social alguma e a ilegalidade/informalidade que meus interlocutores me descreveram me permitem ver o tráfico como opção de trabalho para essas mulheres.

Tenho como hipótese que as mulheres, assim como os homens, geralmente atuam no tráfico como uma opção de sobrevivência e como forma de renda, entre as poucas opções disponíveis, mas que o tráfico pode ser e é encarado como um trabalho.

Além do mais, mulheres traficantes não só atuam em postos inferiores do tráfico. Há possibilidade de elas ocuparem postos inclusive de comando no mercado das drogas. Posto isso, percebo que nesse mercado ilegal, descrito pelas minhas informantes, o princípio hierárquico, no qual o trabalho de homens “vale” mais que o trabalho de mulheres, e o princípio de separação, em que há trabalho para mulheres e outro para homens, da divisão sexual do trabalho não se verificam. As mulheres vêm disputando os diferentes postos hierárquicos com os homens; o tráfico, como se apresenta nas favelas cariocas, “bagunça” um pouco essa ideia de trabalho de homem versus trabalho de mulher já que na função ambos podem ser aproveitados em diversas tarefas e ganham destaque conforme a sua luta na função.

O trabalho se justifica pela articulação feita entre campos que tradicionalmente não estão em diálogo. Campos de pesquisa como a sociologia e antropologia do crime e violência urbana e estudo de gênero. Refletindo, assim, sobre o tema do mercado ilegal das drogas com um trabalho e analisado a partir da perspectiva de mulheres. Além disso, o trabalho se justifica também em razão da questão relevante e urgente para o debate dentro e fora das Ciências Sociais que é o aumento crescente do encarceramento feminino, principalmente pelo delito de tráfico de drogas.

O relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, lançado em fevereiro de 2020 na forma de painéis dinâmicos online, demonstra um dado crucial para a compreensão da dimensão do problema da Guerra às Drogas no Brasil: em 1990, ano de promulgação da Lei de Crimes Hediondos, o total de presos no Brasil era em média 90 mil. No período de julho a dezembro de 2019, esse número é de 755.274 pessoas. Em um intervalo de 30 anos registra-se aumento de 831% (INFOPEN, dezembro/2019). Os dados mostram a contínua e cada vez mais acentuada opção das políticas públicas brasileiras pelo encarceramento em substituição às políticas sociais.

Considerando a quantidade de incidências por tipo penal, os números lançados pelo Infopen,-2019 mostram que os crimes de Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06) correspondem a 20,28% das incidências penais, sendo crimes contra o patrimônio a categoria que mais aprisiona no país, 50,96%. Já quando analisados os crimes hediondos e equiparados no Brasil, a tipificação mais presente é tráfico de drogas, 41,65%. Pensando no contexto do Rio de Janeiro, tráfico de drogas e associação para o tráfico correspondem, respectivamente, a 41,38% e 11,38% dos casos (INFOPEN, dezembro/2019).

Centrando a análise nas mulheres, segundo o Infopen Mulheres (2017), entre 2000 e 2016 a taxa de aprisionamento feminino aumentou em 525% no Brasil. Entretanto, é importante pontuar que a partir dos novos dados do Infopen nota-se uma queda no encarceramento feminino. Em 2016, o total da população prisional feminina era de 42.455 mulheres; em 2019 esse número caiu para 36.929. Ponto que não tenho como objetivo desta pesquisa verificar as variáveis que influenciaram esse fenômeno, mas essa é uma verificação que precisa ser feita por outros colegas da área. A questão que importa é o fato de que mais de 50% das mulheres são presas pela tipificação de tráfico de drogas no Brasil. A cada ano que passa, mais mulheres entram no mercado das drogas e são presas. Em oposição aos homens aonde crimes contra o patrimônio é a maior tipificação.

Portanto, em virtude da Lei de Drogas (nº 11.343/2006) (CAMPOS, 2015; PINTO, 2006; BOITEUX, 2009), que não diferencia as várias categorias existentes no tráfico, estabelecendo penas desproporcionais, e também não é clara quanto à distinção entre usuário e traficante, houve um encarceramento em massa e a superlotação das prisões com traficantes considerados pequenos na hierarquia do tráfico, geralmente pobres, negros e mulheres.

Nesse sentido, esse trabalho justifica-se pela importância de se pensar o fenômeno em questão do ponto de vista das narrativas de mulheres encarceradas pelo delito de tráfico de drogas, valorizando suas experiências, vivências e relatos sobre as suas trajetórias no tráfico.

Esta pesquisa tem como arcabouço teórico-metodológico o estudo compreensivo das experiências de vida que as interlocutoras do estudo relatam, uma abordagem interpretativa de seus discursos, motivações e agências, seguindo a perspectiva Weberiana da compreensão como um processo cujo objetivo é captar o sentido de uma atividade ou de uma relação (WEBER, 2000). Em consonância, depreender a dualidade da estrutura (ação + estrutura) na perspectiva de Giddens (2009) observando a agência humana e as instituições sociais; compreendendo o que os atores estão a dizer acerca da sua ação e o conjunto de regras e recursos implicados na reprodução social – as características institucionalizadas dos sistemas sociais.

A opção metodológica para a realização deste estudo prevê a combinação de algumas técnicas de pesquisa qualitativas comuns às ciências humanas, assim definidas:

1. Pesquisa bibliográfica sobre o tema, dando especial atenção ao debate atual sobre Tráfico de drogas no Brasil e na América Latina e o lugar das mulheres na estrutura do comércio de drogas ilícitas no Rio de Janeiro e no país;

2. Levantamento de dados sobre informações penitenciárias de mulheres presas no Brasil desde a implementação da Lei de Drogas nº11.343 de 2006.

3. Trabalho de campo com mulheres na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito, analisando as entrevistas qualitativas semiestruturadas com presas pelo delito de tráfico de drogas com a finalidade de compreender suas atuações no tráfico de drogas e também suas condições de vida no cárcere.

4. Entrevista qualitativa semiestruturada com egressa do sistema penitenciário e ex traficante.

Ao refletir sobre a construção do meu problema de pesquisa, Howard Becker (2007) se torna essencial, especialmente, por nos fazer pensar sobre possibilidades improváveis. Em Segredos e Truques de pesquisa, nos capítulos dois e três, Becker nos faz pensar como nós cientistas sociais “sempre atribuímos, implícita ou explicitamente, um ponto de vista, uma perspectiva e motivos às pessoas cujas ações analisamos” (Becker, 2007, p.20). É o que ele chama de representações substantivas, que são representações leigas que influenciam muito em nosso trabalho.

Interpretações errôneas da experiência e dos significados das pessoas são lugares-comuns em estudos da delinquência e do crime, do comportamento sexual e, em geral, do comportamento à margem da experiência e do estilo de vida dos pesquisadores acadêmicos convencionais (BECKER, 2007, p.21)

Essa passagem é muito útil quando observamos que mulheres são comumente pensadas na temática da violência com vítimas, havendo pesquisas como a realizada por Ludmila Ribeiro e Tacyana Lopes (2019) que através de entrevistas com policiais, defensores, juízes e promotores constataram que os mesmos reforçam a ideia de “amor bandido”, uma vez que apontam nos companheiros a principal causa do envolvimento de mulheres no tráfico. Dessa forma compreendo que:

Negar a violência feminina, a força e a agressividade como características possíveis das mulheres, carrega a imposição de atribuir a elas a ideia de incompletude, não sendo capazes de tramar, premeditar, agir com a razão – capacidades essas que socialmente são atribuídas aos homens – e isso é uma questão de gênero que deve ser refletida. (PAIVA, PRIORI, 2019, p.432)

Voltando à Becker (2007), sobre a comparação entre a amostragem aleatória e a busca e identificação dos casos que perturbam o pensamento, ele entende que a



amostragem aleatória não nos ajudará nessa busca de casos impossíveis ou improváveis, pois ela destina-se a equiparar as chances de todos os casos aparecerem, incluindo os estranhos e não maximizar a chance de que o caso estranho apareça. Portanto, Becker afirma que o truque é identificar o caso que provavelmente perturbará seu pensamento e procurá-lo, como o fiz com mulheres traficantes em cargos hierárquicos diferentes, para, então, aprendermos que todas as coisas esquisitas e improváveis que podemos imaginar realmente aconteceram e continuam a acontecer o tempo todo.

Além disso, o autor nos faz refletir sobre a hierarquia da credibilidade. Em qualquer sistema de grupos hierarquizados, os participantes dão por certo que os membros do grupo mais elevado têm o direito de definir o modo como as coisas realmente são. Portanto, qualquer história contada pelos de cima é intrinsecamente merecedora de ser vista como a descrição mais digna de crédito que se pode obter sobre o funcionamento da organização. Para ele, a hierarquia da credibilidade tem como consequência que certas pessoas ou organizações de fato não mereçam em absoluto serem estudadas. Por isso olhar o tráfico pela perspectiva da mulher é subverter essa hierarquia da credibilidade.

Becker faz uma defesa dos casos marginais, os que ainda "não chegaram lá". Porém faz uma relativização:

Já insisti que os pesquisadores devem aprender a questionar, a não aceitar cegamente o que pensam e acreditam as pessoas cujo mundo estudam. Agora preciso dizer que, ao mesmo tempo, devem prestar atenção apenas a isso. Afinal, as pessoas sabem muito sobre o mundo em que vivem e trabalham. Precisam conhecê-lo para avançar em meio às suas complexidades. Devem se ajustar a todas as suas contradições e conflitos, resolver todos os problemas que ele lança em seus caminhos. Se não conhecessem o bastante, não teriam permanecido lá por tanto tempo. Portanto elas sabem, e muito. E deveríamos, tirando partido do que elas sabem, incluir, em nossa amostra de coisas a examinar e ouvir, aquelas que o conhecimento comum e a prática rotineira das pessoas estudadas tornam evidentes. (BECKER, 2007, p.81)

Utilizo Guita G. Debert (1986) para pensar sobre as análises do discurso e entrevistas que realizei em campo. Para a autora não nos cabe perguntar se os relatos orais e histórias de vida são verdadeiros ou não, pois os depoimentos em si retratam alguma coisa. Eles nos fazem “rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas de forma a refinar os grandes conceitos explicativos e seus pressupostos.” (DEBERT, 1986, p.156). Entretanto, a autora considera ingênua a visão de que a história oral é um método inerentemente democrático, porque vem de um

ponto de vista alternativo (os relatos populares). Fazer isso “é subestimar as relações de poder nas quais essas camadas estão inseridas.” (DEBERT, 1986, p.152).

Os problemas e questões referentes ao campo serão melhor explicados no segundo capítulo deste trabalho, mas já trago alguns pontos introdutórios. Em fevereiro de 2020, depois de muitas idas ao Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e a Vara de Execução Penais - VEP – TJDF, fui autorizada a pesquisar por noventa dias úteis, o que é um padrão das pesquisas que são autorizadas no âmbito da SEAP. O combinado com a administração da Penitenciária Talavera Bruce foi que quarta-feira seria o dia disponível para a minha ida. Já no Instituto Penal Santo Expedito, foi estipulado toda sexta-feira. Entretanto, o campo não durou muito, pois logo na segunda semana de março recebi um email do Centro de Estudos e Pesquisa EGP/SEAP suspendendo as entradas nos estabelecimentos da Secretaria para realização de pesquisas acadêmicas.

Devido a pandemia do coronavírus, o campo permanece suspenso, portanto meu trabalho foi prejudicado e lamento muito por isso. Algumas histórias contadas por elas não foram terminadas, porque não tive mais do que três encontros com cada uma, entretanto consegui alguns ganhos no pouco tempo que pude ir. Por ganhos entendo que sejam informações relevantes como histórias do dia a dia no tráfico, quais drogas vendiam, quantas horas trabalhavam e também sobre remuneração. Elas também chegaram a falar muito sobre suas percepções do que é a vida e a morte no tráfico e sobre a realidade prisional, principalmente histórias referentes à saúde em geral.

No Instituto Penal Santo Expedito, conversei com quatro presas, sendo uma delas estrangeira e nossa comunicação não foi das melhores, já que pouco entendo e falo espanhol. Na Penitenciária Talavera Bruce entrei em contato com seis mulheres, mas consegui conversar com quatro, pois as outras duas não aceitaram participar da pesquisa. Uma delas é a SPT que conheci em 2018 e chegou a conversar bastante comigo no meu primeiro dia de campo e estava empolgada com meu retorno, mas isso mudou na semana seguinte. A inspetora que me ajudava no campo selecionou uma presa, colega de galeria da SPT, que segundo ela era interessante pra pesquisa porque era “*chefona e até saiu nos jornais*” e então a liberou para conversar comigo. Essa mulher, que neste trabalho chamarei de Maria, entrou na sala, me olhou de cima a baixo, com uma expressão muito séria e um tanto autoritária. Expliquei quem eu era e sobre o que a pesquisa se tratava. Ela disse: “*nem posso participar porque vou revelar a função das coisas. Já tá errado ficar falando, então nem posso participar da pesquisa.*”

Esse fato é interessante de ser pontuado porque deixa claro o limite do tipo de trabalho de campo que realizei e também os limites da própria presença do pesquisador que não consegue acessar e dar conta de todos os perfis e subjetividades presentes no contexto social.

Nesse momento passo então a comentar a estrutura da dissertação. Vale esclarecer que a suspensão do campo alterou inclusive a proposta de desenvolvimento dos capítulos e da construção da dissertação. Em síntese, no capítulo um, será feita uma análise e diálogo com algumas pesquisas consolidadas sobre o fenômeno da criminalidade, verificando a presença e ausência do gênero como marcador social. Além disso, serão brevemente expostas as pesquisas sobre mulheres no crime, de forma geral, e especificamente as que atuam no tráfico de drogas. Verifica-se, já no momento do levantamento bibliográfico sobre o tema, como a proporção de pesquisas realizadas sobre mulheres dentro da temática do tráfico de drogas é bem menor do que as que centram a análise nos homens. Por fim, serão pontuadas as questões levantadas pelas recentes pesquisas sobre mulheres no tráfico e os estudos que apontam as relações entre o tráfico e a prisão.

Já no segundo capítulo serão exploradas as histórias de mulheres que passaram pela experiência de trabalho no tráfico e todos os temas levantados por elas como as funções no tráfico, a visão do crime, performance de gênero, entre outros, que também provocaram questões relativas ao debate sobre vitimização e protagonismo bem como a discussão sobre a divisão sexual do trabalho na perspectiva do mercado ilegal das drogas no Rio de Janeiro. Além disso, serão apresentados os caminhos que percorri em campo nas prisões e a solução encontrada - com a crucial ajuda da minha orientadora Nalayne Pinto a quem devo muito - quando as visitas foram canceladas devido à pandemia da COVID-19.

Por fim, no terceiro e último capítulo são trazidas as narrativas das mulheres presas e também de uma egressa do sistema prisional do Rio de Janeiro sobre as condições de vida na cadeia: superlotação, comida estragada, a falta de assistência médica e em contraposição o uso demasiado de medicamentos psicotrópicos, o sistema de trocas, entre outras coisas. Considero que parece haver uma naturalização da degradação prisional por parte dos discursos midiáticos, acadêmicos e populares ao mesmo tempo em que há uma emergência de denúncia por parte daqueles que vivem o encarceramento. Logo, é cada vez mais urgente expor as condições de confinamento e o entendimento da prisão como ferramenta de tortura em suas várias formas.

## **CAPÍTULO I - MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS NOS ESTUDOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Atualmente há muitas pesquisas acadêmicas nas Ciências Humanas, de forma geral, com teses já consolidadas sobre o fenômeno da criminalidade.<sup>3</sup> Neste capítulo, será feita uma análise e diálogo com algumas destas pesquisas, especificamente aquelas que tratam do tráfico de drogas, verificando a presença e ausência do gênero como marcador social. Além disso, serão brevemente expostas as pesquisas sobre mulheres no crime, de forma geral, e especificamente as que atuam no tráfico de drogas. Verifica-se, já no momento do levantamento bibliográfico sobre o tema, como a proporção de pesquisas realizadas sobre mulheres dentro da temática do tráfico de drogas é bem menor do que as que centram a análise nos homens. Por fim, serão pontuadas as questões levantadas pelas recentes pesquisas sobre mulheres no tráfico e os estudos que apontam as relações entre o tráfico e a prisão.

Como um dos pioneiros nos estudos da Sociologia do crime e da violência urbana, Michel Misse (2007, 2011) constrói a evolução das principais redes de mercados ilegais no Rio de Janeiro, qualificadas como “crime organizado”, e demonstra que uma chave fundamental para compreendermos a acumulação social da violência no estado é a compra e venda de mercadorias políticas. Sendo sua definição, mercadorias políticas são:

Mercadorias produzidas em uma troca assimétrica, quase sempre compulsória, embora interesse geralmente a ambas as partes realizá-la. Seu preço depende simultaneamente de um cálculo político e de um cálculo econômico. Pode ser produzida pela privatização de atribuições estatais por um funcionário público (é o caso da variedade de trocas chamada “corrupção”), como pode ser produzida simplesmente pela posse de informação, força, poder ou violência suficiente para obrigar um sujeito ou grupo social a entrar em uma relação de troca (é o caso da chamada “extorsão”). (MISSE, 2011, p.23)

As principais redes, pesquisadas pelo autor, são: o jogo do bicho, o tráfico de drogas e as “mercadorias políticas” negociadas pela polícia. Segundo suas análises mais recentes, importa considerar ainda na dinâmica criminal do Rio de Janeiro as milícias; o modelo das milícias é o que vem sendo adotado em outros estados brasileiros. Os modelos surgidos no Rio de Janeiro dependem, antes de tudo, de sua formação enquanto

---

<sup>3</sup> Para conhecer melhor as pesquisas sobre violência e criminalidade no Brasil, ver o trabalho de Lima (2011).

mercados ilegais para operarem. Nessa lógica, o jogo, as drogas, as armas e a proteção são as mercadorias exploradas e detêm diferentes propriedades como capital. Portanto, para o autor, é a partir dessas mercadorias políticas que podemos compreender as relações entre violência, organizações criminosas e lucros nos mercados ilegais no Brasil.

Sobre os “comandos” do tráfico de drogas, Misse (2011) atenta-se em apresentar as rotas das drogas no país e no mundo, além de, numa análise histórica sobre o tema, demonstra o surgimento e o crescimento das principais organizações criminosas do tráfico a varejo no Rio de Janeiro: o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando (TC), em meados dos anos 80, e já nos anos 90, o Comando Vermelho Jovem (CVJ), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP).

Como enorme contribuição, o autor evidencia as hierarquias e divisões de trabalho no “movimento” à época e as disputas violentas por territórios entre os comandos. Relacionando os comandos com o crime comum, Misse verifica que na área onde o tráfico controla, o crime comum diminui. Isso ocorre porque os traficantes o reprimem violentamente a fim de proteger e controlar seu território. Ele observa uma tripla relação:

- 1) quando a repressão ao tráfico aumenta, parte dos seus homens migra para outras atividades criminosas, como o assalto a mão armada a estabelecimentos comerciais, meios de transporte e transeuntes; às vezes, mesmo sem aumento da repressão, as duas atividades tornam-se complementares para uma parcela dos traficantes; 2) quando a repressão cessa ou diminui, traficantes utilizam-se do roubo momentâneo de carros para o transporte da droga entre um território e outro controlado pelo mesmo comando; 3) consumidores de drogas endividados recorrem ao furto e ao roubo para proverem recursos para a compra de drogas. (MISSE, 2011, p.21)

Pensando no atual contexto latino-americano, Michel Misse (2019) em artigo recente propõe que o mais amplo desafio analítico colocado pelas pesquisas da violência na América Latina ocorre da contradição entre os ideais de modernização do Estado na América Latina, que vem na linha evolucionista no qual o Estado europeu-ocidental ou norte-americano é o modelo a ser alcançado, e os processos histórico sociais do caso brasileiro produtor de resistência a esses ideais que é encontrada nas relações de poder e formas de mercado e capital existentes. Defende, então, que “a política dos Estados latino-americanos para controlar a violência realimenta a própria violência.” (MISSE, 2019, p. 23). Além disso, seu artigo nos ajuda a pensar sobre a classificação dos conflitos armados entre facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uns entendem

como “guerra” e outros como criminalidade violenta. É importante que nós, pesquisadores, nos atentemos aos vários sentidos dessa disputa, mesmo que esse não seja o objeto da pesquisa. Ainda, provoca o debate sobre a relação da economia das drogas, as mercadorias políticas de proteção e o encarceramento:

A economia das drogas não só fortaleceu ainda mais a oferta de mercadorias políticas de proteção de seu circuito, da produção ao consumo, como permitiu o financiamento regular de agrupamentos e redes de diferentes tamanhos, tipos e nomeações (quadrilhas, pandillas, bandas, combos, maras, facções, cartéis) que passaram a operar em territórios disputados ao Estado. Em diferentes escalas, a base territorial de atuação desses agrupamentos e redes, protegida em vários casos por armamento pesado, armas defensivas de guerra, cresceu interligando os presos do sistema penitenciário de cada país com o chamado “mundo do crime”. Esse processo vem transformando o modo específico de punição do Estado moderno, o encarceramento, em uma das principais bases de recrutamento e organização de redes criminais de amplo espectro, como no Brasil as facções do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), que disputam o controle do atacado e a proteção do varejo do comércio de drogas ilícitas, entre outros bens ilegais. No Brasil, por exemplo, a taxa de encarceramento quadruplicou em trinta anos, o mesmo período em que cresceu extraordinariamente o poder dessas redes criminais. (MISSE, 2019, p. 28-29)

Como referência de uma análise antropológica sobre a questão do tráfico de drogas e também a prisão, Antônio Rafael (2001a, 2001b) desenvolve sua tese, já antes iniciada em seu livro *Um abraço para todos os amigos* (Rafael, 1998), sobre as conexões que se constroem na dinâmica do tráfico de drogas no interior das favelas cariocas. Para o autor, o elemento fundamental dessa dinâmica é a “amizade”, isto é, as disputas entre facções, a distribuição das áreas de atuação, o fornecimento de drogas e armas e o deslocamento dos homens eram sustentadas através dessas alianças. Dessa forma, ele se coloca em um movimento contrário às abordagens correntes à época sobre o tráfico de drogas, reconhecendo uma “positividade” para o tráfico e não partindo de análises que enfatizavam a questão do direito penal ou uma leitura sociológica que frisava as disputas e agressão.

Posto isso, o autor preocupa-se em compreender como tais conexões acontecem e como as linhas que ligam as favelas pela cidade e também ligam as favelas às prisões, atravessam os grupos e os rompe constantemente, o que gera ao mesmo tempo novas conexões e “filiações”, ou seja, seu estudo busca desenvolver “o que possibilitava ao ‘movimento’ (nome pelo qual o tráfico é conhecido no interior das favelas cariocas) o seu movimento, a sua dinâmica segmentar.” (RAFAEL, 2001a, p. 167).

Antônio Rafael (2001a, 2001b) classifica o tráfico como blocos territoriais em que não há hierarquia de níveis entre o que ele chama de o grande “corpo” dos Comandos e as facções locais. Mesmo que haja prevalência de uma facção sobre a outra, através das alianças que ela consiga cooptar, para ele sempre é uma cristalização temporária. As alianças eventuais são formadas e acionadas nos momentos de ataque e defesa dos territórios. Diante disso, ele compreende que a atuação dos Comandos se dá exatamente na persistência sobre a amizade e em dizer que a aliança não comporta filiação estática. É possível inferir que as reflexões até então mencionadas partem do pressuposto de que o tráfico de drogas é um espaço unicamente masculino, não havendo reflexão sobre como o gênero se insere enquanto marcador social.

Outra contribuição, na mesma linha de pensamento, para os estudos antropológicos sobre as facções é Karina Biondi (2009, 2014). Em sua dissertação de mestrado, Karina Biondi descreve o funcionamento do Primeiro Comando da Capital (PCC), sua composição e como o comando ocupa os territórios. Para a autora, se quisermos entender melhor o PCC é necessário compreender sua fluidez, movimento e situação. Os contínuos processos de desterritorialização, desindividualização e a falta de um território estável, possibilitam que o PCC esteja presente independentemente da presença dos seus membros. Tais membros, os chamados “irmãos”, atuam como agentes do Comando, que é superior a eles e espelham as suas ações. (BIONDI, 2009).

Já em sua tese de doutorado, a autora continua descrevendo o PCC, só que a partir das noções de movimento, ideia e situação. Essas noções nos auxiliam a pensar também as demais facções como o Comando Vermelho, que muito aparece nas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro. O movimento conduz a uma crítica a noção de território, por compor vários movimentos em si que rejeitam limites espaciais e territoriais. As ideias, que por serem imprevisíveis e indefinidas, contrariam o conceito de hierarquia como é usualmente trabalhado nas Ciências Sociais. De grande importância para o Comando, as ideias são acompanhadas pela noção de autoria e de responsabilidade e sua existência se dá através de sua repercussão dessas ideias entre os membros. Já as situações, distanciam a noção de lei do legalismo. Por fim, a autora contribui com a noção de que não há unidade, organização e estruturação no PCC. Há as situações e jogos de forças que fazem o PCC ser o que é. (BIONDI, 2014).

Pensando no tráfico de drogas especificamente no Rio de Janeiro, Carolina Grillo (2008) compara as duas modalidades do mercado ilegal de drogas: o tráfico “da pista” e o tráfico “da favela”. São identificadas semelhanças e diferenças, cooperação e

concorrência entre elas. A primeira modalidade do tráfico é caracterizada por conter jovens de classe média, os comerciantes do “asfalto”, por funcionar de maneira independente do mercado ilegal e das redes articuladas nas favelas e por possuir uma sociabilidade específica que a particulariza dentro do fenômeno.

Nota-se que a autora se utiliza das histórias de seus informantes principais por ela denominados João e Bernardo, que são homens, para construir sua argumentação. Ela cita que teve acesso em sua pesquisa de dissertação (GRILLO, 2008) a uma rede social de traficantes jovens de classe média e afirma que esta rede é constituída principalmente por jovens entre 20 e 35 anos de idade pertencentes à classe média. Há recorte etário e de classe, como ela mesma descreve, mas o gênero não é um marcador trabalhado. Não sabemos se há mulheres nessas redes, mas sabemos que há homens, tendo em vista os informantes citados.

Grillo (2008) pontua o uso e o não uso de armas e de ações violentas nas negociações das drogas como a primeira diferença entre tráfico “da pista” e tráfico “da favela”. Em comparação ao tráfico “da favela”, armado e violento, a autora atribui ao tráfico “da pista” o aspecto de “sociabilidade normalizada”, conceito proposto por ela para definir a ausência de posse de armas e a condenação moral do comportamento violento, do emprego da força nas negociações do tráfico. Para compreender essa distinção, ela compara as dinâmicas territoriais e organizacionais dessas redes, além de suas diferentes relações com o Estado e com a circulação de “mercadoria política” (Misse, 1999).

Daniel Hirata (2018) constrói, a partir de entrevistas e do trabalho de campo realizados em um bairro da zona sul de São Paulo, sua tese acerca da trama dos ilegalismos populares e quais são as questões que estão em jogo nesse mundo social que se estabelece entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. O autor analisa e descreve três cenas diferentes, mas que em comum há o sobreviver na adversidade: a birosca, aos perueiros e a biqueira. Sobreviver na adversidade é:

[...] em primeiro lugar, uma experiência de enfrentamento das dificuldades iminentes às complexas e desiguais formas de distribuição da riqueza não formalizada que circulam na cidade; em segundo, para além das formas de subsistência das pessoas e suas famílias, esta experiência diz respeito à construção de formas de respeito e dignidade relacionadas a um jogo de forças que pode conduzir à morte, vista como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder nas suas formas de conduta correspondentes. (HIRATA, 2018, p.21)



Um dos achados interessantíssimos da tese é a respeito da vitimização das pessoas que trabalham no tráfico. A partir das narrativas de Paulo e seus parceiros, Hirata nota que a decisão de fazer parte dos ilegalismos populares passava “por uma reflexão ético-moral, e não por um cálculo instrumental ou uma escolha irrefletida e irracional.”. O que os move é “uma busca por dignidade, uma luta cotidiana e reflexiva acerca dos critérios de respeito.” (HIRATA, 2018, p.22). Entretanto, o autor pontua que é exatamente essa busca que os leva a maior exposição à morte.

É também de extrema importância a comparação entre o mercado varejista de drogas no Rio de Janeiro e em São Paulo realizada por Hirata e Grillo (2017):

A venda extensiva, fracionária e densa no arranjo carioca difere do comércio restrito, compacto e fluido dos paulistas; a hierarquia local e as alianças laterais do cv e da ada são distintas da horizontalidade e da supralocalidade do pcc; a dinâmica de segmentação e alianças é impulsionada pela amizade no Rio de Janeiro, diferentemente da sintonia em São Paulo; a alternância entre negociações nas prisões e demonstrações de força via chacinas ou assassinatos seletivos tem predominância distinta em cada cidade. (HIRATA; GRILLO, 2017, p.92)

Os autores diferenciam e também pensam as conexões entre as figuras do “patrão” e a “sintonia”, encontradas em São Paulo, e o “dono do morro” e “amizade”, no Rio de Janeiro. Em todos os papéis hierárquicos descritos no estudo são os homens que desempenham tais funções, desde as de gerência até as bélicas. Entretanto, estudos recentes que se debruçam sobre o aumento da participação feminina no tráfico de drogas questionam essa ausência de mulheres nas grandes pesquisas sobre o mercado das drogas por meio de novos trabalhos de campo.

### **1.1 Novos debates acerca das mulheres no crime**

Hermílio Santos (2016) analisa as possíveis razões para a sociologia brasileira ser negligente quanto à atenção dada à presença de mulheres na criminalidade. A crítica do autor e de tantos outros, como veremos mais adiante, é que a maioria dos estudos que analisam a participação das mulheres na criminalidade afirma que esse envolvimento se dá por conta de parceiros homens, cabendo à mulher um papel secundário e subordinado. A partir das entrevistas narrativas biográficas que realizou com mulheres adolescentes autoras de violência, o autor chega a resultados diferentes da maioria desses estudos e observa que as mulheres assumem variados papéis no crime. Analisa também que o envolvimento dessas mulheres não se dá através da

dicotomia entre vítimas e protagonistas. Para o autor, podem-se explicar os poucos estudos sobre mulheres como autoras de violência, em parte, por conta da ênfase que é dada aos aspectos criminológicos das pesquisas, que se atentam ao que é estatisticamente relevante. Ou seja, mesmo havendo um crescimento no número de mulheres encarceradas, ele ainda é uma pequena parcela do total de encarceramento (SANTOS, 2016).

Em uma perspectiva mais histórica, Ratton e Galvão (2016) traçam historicamente o argumento essencialista, que tem como mecanismos explicativos a ideia de domesticidade, patologização e vitimização da mulher, se instaura e se mantém presente na literatura especializada, nas mídias e no sistema de justiça criminal. Nesse artigo, os autores demonstram que é necessário considerar analiticamente os elementos estruturais e situacionais de modo conjunto aos elementos intencionais, racionais e volitivos da ação de mulheres que praticam homicídios para então compreendermos tais ações.

Até a primeira metade do século 19, a criminalidade era abordada pelos criminólogos a partir de um paradigma biopsicológico. Assim, acreditava-se que os aspectos físicos e psicológicos que formariam a essência da mulher, explicariam tanto a sua baixa propensão ao crime como também explicariam o seu comportamento transgressor. Posteriormente, paradigmas psicossociais foram adotados. Os elementos normativos e essencialistas permaneceram, mas neste caso a delinquência da mulher era entendida como um protesto, mesmo que inconsciente, contra a opressão social que sofriam (RATTON; GALVAO, 2016, p.28). Já na década de 1970 ganhou força a tese da igualdade de gênero desenvolvida por teóricas feministas:

No Brasil, Julita Lemgruber, na primeira edição de *Cemitério dos vivos* (1983), adotou o referido argumento da igualdade de gênero, afirmando que as análises das taxas de criminalidade levavam a crer que a maior participação feminina no mercado de trabalho e a maior igualdade de gênero elevariam a participação das mulheres nas estatísticas criminais. No entanto, no prefácio à segunda edição deste mesmo livro (Lemgruber, 1999, p. 6), ao analisar o pequeno incremento da participação feminina na população prisional do Rio de Janeiro durante o período de 1970 a 1990, a autora reconheceu que a tese da igualdade de gênero não se sustentou. (RATTON; GALVAO, 2016, p.29)

Nas décadas de 1980 e 1990, o argumento da vitimização-domesticidade para explicar a criminalidade feminina ganhou força. Entretanto, nos anos 90 começam a surgir trabalhos que abordam a noção de agência e/ou de volição de mulheres

criminosas, verificando que há uma racionalidade nas falas dessas mulheres. Trabalhar com essas ideias é uma forma de escapar dos argumentos essencialistas e, portanto, questionar a hegemonia explicativa das pesquisas que se fundamentam em visões normativas de feminilidade. Contudo, Ratton e Galvão (2016) reconhecem que, mesmo a agência presente, há um processo ativo de ressignificação simbólica realizado pelas mulheres que cometem homicídios. Para evitar que suas identidades sejam estigmatizadas como loucas, más, violentas ou criminosas, verifica-se que elas se utilizam de forma pragmática das construções sociais relacionadas à feminilidade normativa.

Há também pesquisas que dialogam com a historiografia e análise documental de processos-crime como a realizada por Paiva e Priori (2019). Nesse artigo os autores evidenciam a atuação de mulheres no crime na comarca de Guarapuava, Paraná, entre 1965 e 1980 com o intuito de dar visibilidade “às trajetórias, ações, estratégias, experiências, práticas e representações e buscando tirar o véu do silêncio que ainda paira sobre elas na escrita da história” (PAIVA; PRIORI, 2019, p.429). Assim, a partir de análise de 10 processos crimes que tratam de crimes contra o patrimônio e contra a fé pública cometidos por mulheres, apontam como essas mulheres que cometeram crimes extrapolam os estereótipos de feminilidade idealizados socialmente, apresentando outro modelo.

Isso acentua a pluralidade de identidades pela qual transita a feminilidade, denotando multiplicidade, e não apenas uma ideia absoluta, fechada, rígida, da ação, participação e presença das mulheres no processo histórico. No caso de autoria e envolvimento em violências e crimes, as mulheres agem sozinhas e/ou em parcerias, são mentoras de crimes, mandantes, executoras, premeditam, matam por suas próprias mãos, comandam quadrilhas, trapaceiam, enganam, furtam, roubam, traficam... (PAIVA; PRIORI, 2019, p.436)

Também na linha de pesquisas que analisam mulheres que cometem crimes para além dos estereótipos de submissão e vitimização feminina, Ribeiro de Oliveira (2014) se atenta às mulheres jovens que atuam em posição de liderança no crime na cidade de Recife/PE e as especificidades de seus contextos sociais e relacionais, entendendo que crime também é “coisa de mulher”. Isto é, todas as práticas criminosas, inclusive as violentas como torturas e assassinatos não se apresentam apenas como “coisas de homem”, mas também como “coisas de mulher”:

Portanto, pensar no crime como ‘coisa de mulher’, ou seja, uma atividade praticada por uma mulher, é pensar nesse não só como uma alternativa de renda, mas e, principalmente, como uma escolha de vida

em que se encontrem presentes noções de carreira, experiência profissional, possibilidade de gerenciar um empreendimento e/ou coordenar uma equipe. Status adquirido pelas atividades planejadas e desempenhadas, bem como pela qualidade de vida advinda do dinheiro do trabalho prestado e da satisfação por se fazer o que se gosta. O socialmente espantoso e absurdo ganha um status de normalidade, viabilidade motivacional e financeira. (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2016, p.245)

Interessa também à autora pensar, a partir dos conceitos de trabalho e de carreira criminosa acionados pelas suas interlocutoras, quais são as qualidades e as habilidades necessárias às mulheres que querem entrar e permanecer no crime. As mulheres pesquisadas se colocam como mulheres espertas e competentes no crime. Em resumo, Ribeiro de Oliveira (2016) formula um interessante passo a passo comportamental das atividades ilícitas de suas interlocutoras:

[...] carreira criminosa das mulheres pesquisadas se alicerça em um passo a passo comportamental de atividades ilícitas que poderia ser resumido da seguinte forma (sem seguir uma linha de ordem fixa): 1. cometimento de crimes (mais de um); 2. aquisição de experiências criminosas (no qual se pode contar suas experiências, aprender com elas e ensinar para outras (os) iniciantes); 3. conquista de habilidades nas atividades ilícitas realizadas (que permite mais rapidez e precisão em suas práticas ilícitas futuras); 4. convivência com pessoas e/ou grupos também desviantes (que acabam por se tornar pessoas de seu convívio pessoal – grupos de pares); 5. reconhecimento por parte do grupo de pares e por parte de outras(os) criminosas(os) de suas competências e habilidades em determinadas práticas ilícitas (que a faz ser chamada para determinada ação ilícita específica); 6. vivência de momentos de apoio e de embates com outras(os) criminosas(os); 7. vivência de momentos de risco, apreensão e/ou fuga efetuados pela polícia; 8. aprendizagem de como levar adiante suas atividades ilícitas com o mínimo de riscos pessoais (capacidade de planejamento prévio); 9. vivência em momentos de julgamentos/audiências em condição de autora de prática ilícita; 10. vivência de momentos de privação de liberdade em estabelecimentos prisionais (para maiores de dezoito anos de idade) ou em instituições educacionais (para menores de dezoito anos de idade). (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2016, p.243-244)

Indo na mesma direção de problematizar, mas não ignorar, a tradicional perspectiva que caracteriza as experiências de mulheres criminosas pela via da vitimização e submissão, Barcinski e Cunico (2016) verificam, através das histórias de vida de duas mulheres, Denise e Vanessa, que se envolveram no tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro, grandes motivadores para a entrada e a permanência de mulheres no tráfico: a possibilidade de ocuparem posições masculinas e assim alcançarem respeito e prestígio. Portanto, as autoras entendem que é por meio da

apropriação de certas características e comportamentos masculinos como a violência e a distinção em relação as outras mulheres que Denise e Vanessa atestam o seu poder. Poder esse que se expressa na submissão de outras mulheres, mas que é limitado em relação ao poder masculino. Além disso, nota-se que vitimização e protagonismo aparecem simultaneamente nas escolhas delas, demonstrando a complexidade de suas trajetórias.

Outro ponto importante levantado é sobre o argumento de que a criminalidade feminina seria resultante de uma liberdade conquistada pelas mulheres. Mesmo o tráfico de drogas sendo transgressor não se pode falar que as mulheres traficantes são emancipadas e autônomas, pois assim como no mercado de trabalho formal, as mulheres normalmente desempenham funções subordinadas aos homens no tráfico de drogas.

Sobre a importância de adotarmos a perspectiva relacional de gênero, isto é, o que é entendido culturalmente como feminino só produz sentido e se estabelece a partir da oposição ao que é culturalmente entendido como masculino, é abriremos “espaço para que as relações de poder e as prescrições acerca dos comportamentos de homens e mulheres na sociedade possam ser ressignificadas e transgredidas.” (BARCINSKI; CUNICO, 2016, p. 64).

Encontramos também pesquisas que investigam a relação do tráfico de drogas com as altas taxas de aprisionamento feminino no Brasil a partir da perspectiva da criminologia feminista e da feminização da pobreza, compreendendo que há um perfil de mulheres que atendem a seleção discriminatória do sistema penal: jovens, mães chefes de família, em vulnerabilidade social e com histórico de abuso de drogas (CORTINA, 2015).

Também pensando na seletividade da justiça criminal, Ribeiro e Lopes (2019) se propõem a compreender, através de análise de ocorrências, como padrões de gênero influenciam o processamento de delitos previstos na Lei de Drogas em Montes Claros, Minas Gerais. Quantitativamente, os dados analisados indicam que quando apenas as características sociodemográficas são consideradas, as mulheres possuem uma chance percentual muito superior a dos homens de serem enquadradas como traficantes ao invés de usuárias. Isso se explica quando analisados os depoimentos dos policiais que reforçam a narrativa do amor bandido ao entenderem que essas mulheres estão de posse da mercadoria para algum homem e não para consumo próprio.

## **1.2 Mudanças estruturais do mercado de trabalho: da precarização à ilegalidade**

Em um ponto de vista mais macrossociológico esse crescimento de mulheres nos mercados das drogas tem a ver com mudanças mais estruturais do mercado de trabalho, do desmoronamento e da precarização do trabalho, ou seja, dimensões da própria dinâmica do capitalismo que produz alterações nos mercados formais, informais e ilegais. Isso afeta particularmente as mulheres.

Esta pesquisa orienta-se pela definição de “trabalho precário” associada à instabilidade, à incapacidade econômica e à alteração dos ritmos de vida, características definidas por Teresa Sá (2010). No referido artigo, a autora aponta a dificuldade em definir o termo, mas o caracteriza em quatro pontos, são eles: “i) Insegurança no emprego; ii) Perda de regalias sociais; iii) Salários baixos; iv) Descontinuidade nos tempos de trabalho.” (SÁ, 2010, p.92). Mesmo sua análise sendo sobre a situação portuguesa, ela é útil para pensarmos a precariedade laboral em um contexto amplo. Em síntese, essa precariedade vem modificando profundamente a organização da sociedade e os modos de vida. Como consequências da modernização empresarial que se impõe nos países, temos a insegurança laboral associada aos “riscos sociais”, com o surgimento de “novos” tipos de trabalhadores e a variação de períodos de trabalho e não trabalho ao longo da vida. (SÁ, 2010, p.95).

Nesse sentido, vemos o Brasil com um número altíssimo de trabalhadores informais. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>4</sup>, 39,3 milhões de trabalhadores estavam na informalidade, o que representa 41,6% da população ocupada, percentual mais elevado da série, de 2012 a 2019. Em paralelo, cresce cada vez mais o número de pessoas que trabalham no tráfico. Podemos afirmar isso se olharmos os dados sobre o crescimento de pessoas presas por tráfico de drogas no país.

O relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, lançado em fevereiro de 2020 na forma de painéis dinâmicos online, demonstra um dado crucial para a compreensão da dimensão do problema da precarização do trabalho e da guerra às drogas no Brasil: em 1990, ano de promulgação da Lei de Crimes Hediondos, o total de presos no Brasil era em média 90 mil. No período de julho a dezembro de 2019, esse número é de 755.274 pessoas. Em um

---

<sup>4</sup> Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43)

intervalo de 30 anos registra-se aumento de 831% (INFOPEN, dezembro/2019). Os dados mostram a contínua e cada vez mais acentuada opção das políticas públicas brasileiras pelo encarceramento em substituição às políticas sociais.

Considerando a quantidade de incidências por tipo penal, os números lançados pelo Infopen,-2019 mostram que os crimes de Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06) correspondem a 20,28% das incidências penais, sendo crimes contra o patrimônio a categoria que mais aprisiona no país, 50,96%. Já quando analisados os crimes hediondos e equiparados no Brasil, a tipificação mais presente é tráfico de drogas, 41,65%. Pensando no contexto do Rio de Janeiro, tráfico de drogas e associação para o tráfico correspondem, respectivamente, a 41,38% e 11,38% dos casos (INFOPEN, dezembro/2019).

Centrando a análise nas mulheres, segundo o Infopen Mulheres (2017), entre 2000 e 2016 a taxa de aprisionamento feminino aumentou em 525% no Brasil. Entretanto, é importante pontuar que a partir dos novos dados do Infopen nota-se uma queda no encarceramento feminino. Em 2016, o total da população prisional feminina era de 42.455 mulheres; em 2019 esse número caiu para 36.929. Pontuo que não tenho como objetivo desta pesquisa verificar as variáveis que influenciaram esse fenômeno, mas essa é uma verificação que precisa ser feita por outros colegas da área. A questão que importa é o fato de que mais de 50% das mulheres são presas pela tipificação Drogas no Brasil. A cada ano que passa, mais mulheres entram no mercado das drogas e são presas. Em oposição aos homens aonde crimes contra o patrimônio é a maior tipificação.

Portanto, em virtude da nova Lei de Drogas (nº 11.343/2006) (CAMPOS, 2015; PINTO, 2006; BOITEUX, 2009), que não diferencia as várias categorias existentes no tráfico, estabelecendo penas desproporcionais, e também não é clara quanto à distinção entre usuário e traficante, houve um encarceramento em massa e a superlotação das prisões com traficantes considerados pequenos na hierarquia do tráfico, geralmente pobres, negros e mulheres.

Campos (2015) argumenta que na política criminal no Brasil coexistem princípios universais de cidadania, que são moderados, junto com princípios hierárquicos, que são severos. Segundo ele, o sistema de justiça criminal rejeita a parte médica da Lei de Drogas (nº 11.343/2006), que aborda uma dimensão médico-social-preventiva para o usuário de drogas e privilegia a dimensão punitiva e criminalizadora.

Sobre o encarceramento feminino, estudos vêm sendo realizados (CHERNICHARO, 2014; CORDEIRO, 2016) e esse é um assunto que na América Latina também vem ganhando destaque, pois se considera que o processo de feminização da pobreza e a seletividade de gênero por crimes ligados às drogas têm íntima relação, visto que são fortalecidos neste cenário tipicamente latino-americano, a condição vulnerável de gênero e de classe social, a precarização do trabalho, como pontuamos anteriormente, e a relação envolvendo tráfico de drogas e o espaço que a mulher ocupa nele, bem como a elaboração e manutenção do papel social feminino.

Em síntese, neste capítulo demonstro como nas grandes pesquisas sobre tráfico de drogas há ainda uma ausência de mulheres, não porque elas não existam, mas por compreenderem o tráfico de drogas como um espaço unicamente masculinizado e masculinizante. Além disso, foram trazidas pesquisas que, assim como esta, se preocupam em trazer as mulheres que atuam nas redes do tráfico e que cada vez mais estão sendo presas por esse crime para o debate acadêmico. Portanto, essa dissertação situa-se no campo da problematização da tradicional perspectiva que caracteriza as experiências de mulheres criminosas pela via da vitimização e da submissão, sem, no entanto, ignorar os problemas estruturais que cercam suas escolhas.



## **CAPÍTULO II - A CORRERIA NO CRIME: O TRABALHO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS**

A proposta deste capítulo é explorar as histórias de mulheres que passaram pela experiência de trabalho no tráfico e todos os temas levantados por elas como as funções no tráfico, a visão do crime, performance de gênero, entre outros. Nessa perspectiva suas falas também provocaram questões relativas à vitimização e protagonismo dessas mulheres bem como a discussão sobre a divisão sexual do trabalho na perspectiva do mercado ilegal das drogas no Rio de Janeiro. Contudo, antes dessa exposição, é imprescindível apresentar os caminhos que percorri em campo nas prisões e a solução encontrada quando as visitas foram canceladas devido à pandemia da COVID-19.

Em fevereiro de 2020, depois de quatro meses à espera da autorização, de alguns papéis assinados e de idas à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, fui autorizada a pesquisar por noventa dias úteis, o que é um padrão das pesquisas que são autorizadas no âmbito da SEAP-RJ. Essa não foi a primeira vez que tive um projeto de pesquisa autorizado por eles. Como citado antes, em 2018 fiz trabalho de campo por três meses na Penitenciária Talavera Bruce para a minha monografia. Dessa vez, achei que seria relevante conhecer outra unidade prisional além de retornar ao Talavera Bruce, por isso escolhi o Presídio Nelson Hungria, que também é uma unidade de regime fechado para mulheres, para esse novo trabalho de campo. No entanto, logo assim que fui autorizada a pesquisar houve uma mudança: todo o quantitativo de mulheres do Presídio Nelson Hungria foi para o Instituto Penal Santo Expedito, e assim permanece.

Antes mesmo de ir às unidades prisionais, fui orientada a ligar para as suas respectivas secretarias com o objetivo de combinar o dia e horário disponível tanto para mim quanto para a administração, pois eu só poderia estar em campo quando tivesse alguma agente penitenciária disponível para me auxiliar no que precisasse. Então ficou combinado que quarta-feira seria o dia disponível para a minha ida ao Talavera Bruce e sexta-feira iria ao Instituto Penal Santo Expedito. Nos dois lugares sempre chegava às 9h, pois era o horário em que as agentes da administração chegavam e eu só era autorizada a entrar depois delas. Normalmente começava a conversar com as mulheres presas depois de 10h, pois tinha que esperar as Inspetoras ligarem para as outras agentes que ficam nas celas pedindo que liberassem as presas que eu gostaria de conversar. E

assim, num movimento lento, o que me parecia como um desejo em me atrasar ou me fazer desistir de estar ali, elas chamavam uma por uma. A espera é algo comum quando se trata do sistema penitenciário.

Não pude ir às celas e pavilhões, então as agentes da administração me disponibilizaram uma salinha para que pudesse conversar com as mulheres, garantindo a ausência de qualquer agente penitenciária. A escolha de quais presas conversaria se deu por um recorte meu que foi o de presas por tráfico de drogas, e das Inspetoras, que selecionaram as presas “mais faladas”, nas palavras delas. Na Penitenciária Talavera Bruce, verifiquei se era possível conversar de novo com três mulheres que havia conhecido em 2018. Duas delas já tinham saído e SPT ainda estava lá. E no Instituto Penal fui sem ter nenhum nome como referência.

O campo não durou muito, pois logo na segunda semana de março comecei a me sentir mal, estava com alguns sintomas do Coronavírus e, por conta da pandemia da Covid-19, decidi não ir a campo para não correr o risco de ser um possível vetor da doença. Até que na mesma semana, no dia 16/03/2020, recebi um email do Centro de Estudos e Pesquisa EGP/SEAP suspendendo as entradas nos estabelecimentos da Secretaria para realização de pesquisas acadêmicas.

Importante assinalar que antes mesmo dessa situação eu já encontrava dificuldades para realizar a pesquisa. Tanto dificuldade emocional, pois naquele momento não me sentia preparada para ir à campo, quanto impedimentos concretos como o dia em que fui ao Instituto Penal e não me deixaram entrar porque tinham acabado de chegar mil presas e a diretora alegou que estava um caos. Também houve um empecilho no dia 19/02/2020 na Penitenciária Talavera Bruce, pois receberam uma visita inesperada de um Secretário Geral e então tudo atrasou. Por sorte - mas não por acaso o tema do aprisionamento me instiga sociologicamente - moro a mais ou menos 400 metros dos estabelecimentos prisionais e essas situações, que são comuns também nas experiências de campo de outros colegas, não me trouxeram prejuízos financeiros e de tempo no deslocamento.

Dada a situação em que ainda estamos não retornarei à prisão, portanto meu trabalho foi prejudicado. Além do fato de não ter conseguido realizar efetivamente o trabalho de campo que havia planejado, tive que lidar, como todas as pessoas, com as mudanças bruscas e os impactos da pandemia. Foram muitos meses sem conseguir escrever minha dissertação, por conta do isolamento social, de todas as questões emocionais e por conta do cenário político, econômico e social no país. Nesse contexto,

comprovei como o ambiente universitário e a troca com meus colegas presencialmente é essencial para o meu desempenho enquanto pesquisadora e mestranda.

Além disso, lidar com tantas mortes seja de pessoas conhecidas ou não, continua sendo atormentador. Tive a sorte de não perder nenhum familiar ou amigo próximo, mas no final de 2020 minha irmã chegou a ficar no CTI por conta do coronavírus. São dias nebulosos e muito tristes. Há uma enorme preocupação financeira, desemprego e crise política no país. São inúmeros os problemas que nos assolam. Hoje, no segundo semestre de 2021, depois do governo de Jair Bolsonaro rejeitar três ofertas de 70 milhões de doses da vacina Pfizer/BioNTech<sup>5</sup>, incentivar o não uso de máscaras<sup>6</sup> e inúmeras outras atrocidades cometidas, estamos no processo da vacinação que, embora esteja lento, já nos traz mais esperança. E é nesse contexto, de também constantes ataques à ciência, à pesquisa e à educação que produzi esta dissertação.

Nesse novo trabalho de campo suspenso, algumas histórias contadas pelas dez mulheres que consegui dialogar não foram terminadas, seja por conta da limitação imposta pela pandemia ou pela resistência da parte delas em falarem comigo quando entendiam que meu propósito ali era conhecer mais a dinâmica do tráfico. É importante deixar claro que não fui com roteiro pronto para uma entrevista formal. Quando elas chegaram para a conversa pela primeira vez, apresentei o meu projeto de pesquisa, contei um pouco quem eu era e pedia para elas se apresentarem. Sabendo que meu objetivo era entender mais as dinâmicas do tráfico, elas contavam muitas histórias sobre suas vivências, histórias do dia a dia no tráfico, quais drogas vendiam, quantas horas trabalhavam e também declarações sobre a remuneração. Elas também chegaram a falar muito sobre suas percepções do que é a vida e a morte no tráfico e sobre a realidade prisional, principalmente histórias referentes à saúde em geral.

Outra questão fundamental que merece explicação é sobre os nomes das mulheres que conversei. Como meu campo foi extenso em 2018, todas as mulheres que tive contato no Talavera Bruce chegaram a escolher seus nomes fictícios com o propósito de garantirmos o anonimato. Porém, como já foi explicado, não tivemos tempo no campo de 2020 inclusive para essa escolha dos nomes. Sendo assim, os nomes

---

<sup>5</sup> CPI DA COVID: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas. **BBC News Brasil**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<sup>6</sup> GOMES, P.H.; FIGUEIREDO, P.; MODELLI, L.; Bolsonaro quer desobrigar uso de máscara por vacinados; para especialistas, é uma temeridade. **G1**, Brasília e São Paulo, 10 jun. 2021. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/10/bolsonaro-quer-desobrigar-uso-de-mascara-por-vacinados-para-especialistas-e-uma-temeridade.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

das mulheres que aparecerão neste trabalho, em maioria, foram escolhidos por mim aleatoriamente.

Por essa razão, o material que tenho para escrever a dissertação é a soma das entrevistas que fiz em campo no ano de 2018 e as poucas conversas que tive nessa ida a prisão em 2020. Ainda assim, eu e minha orientadora achamos que não seria suficiente para a dissertação. Então, decidimos por um momento que eu poderia analisar algumas entrevistas realizadas pelas grandes mídias com mulheres traficantes, mas nem cheguei a por essa ideia em prática, pois conseguimos, de surpresa, uma entrevista com uma egressa do sistema prisional e ex traficante do Rio de Janeiro.

Em março de 2021 recebi uma mensagem da minha orientadora contando que seu marido tem uma aluna egressa do sistema prisional por tráfico de drogas. Nalayne pediu para que ele contasse sobre a minha pesquisa para a aluna e perguntasse se ela aceitaria ser entrevistada por mim. Na mensagem já havia a informação de que ela havia aceitado bem como o seu número de WhatsApp. Foi assim que, poucos dias depois, entrei em contato com ela para me apresentar, explicar melhor qual é a proposta da pesquisa e como seria a entrevista. Foi uma longa conversa pelo aplicativo, bastante informal, em que ela se sentiu muito a vontade para já me contar e denunciar as condições das pessoas presas. Agendamos uma data para conversarmos melhor pelo Zoom. No dia e hora marcados, conversamos durante quase uma hora e meia sobre tráfico, prisão, filhos, amizades. Todo o trabalho de campo será detalhado mais adiante, tomando todo o cuidado, atenção e respeito que merece.

## **2.1 Pensando a divisão sexual no trabalho ilegal: o tráfico de drogas no Rio de Janeiro em questão**

Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p.596) falar em termos de divisão sexual do trabalho é mostrar que as desigualdades são sistemáticas e, além disso, articular essa constatação como uma reflexão sobre os processos em que essa diferenciação é usada para hierarquizar as atividades, os sexos e criar um sistema de gênero.

Por definição do conceito, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, pg.599.) A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores que estão interligados: o princípio da separação, quer dizer, há trabalhos de homem e trabalhos de

mulheres, e o princípio hierárquico no qual o trabalho de homens “vale” mais que o trabalho de mulheres.

A teorização em termos da divisão sexual do trabalho certifica que as práticas sexuadas são construções sociais, portanto, esse conceito é elástico e suas modalidades concretas variam muito no tempo e no espaço. Além disso, as situações não são estáveis, e sim a distância entre os grupos de sexo.

Para as autoras, a divisão sexual do trabalho vem passando por novas configurações devido a aparição e desenvolvimento da precarização e da flexibilização do emprego. Esses dois fenômenos podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. Em resumo, os pontos fortes dos novos aspectos da divisão sexual do trabalho são “a reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico” e “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária” (HIRATA; KERGOAT, 2007, pg.602). É nesse último grupo que se concentra em maior número as mulheres trabalhadoras do mercado de varejo das drogas.

É viável pensar o conceito da divisão sexual do trabalho na situação concreta do mercado ilegal de tráfico de drogas no Rio de Janeiro, não só por ele ser elástico e possibilitar a investigação dos deslocamentos e das rupturas, como considero que esteja acontecendo nesse campo, mas por compreender que o mundo social é feito de um embaralhamento entre o formal e o informal, o legal e ilegal, e o ilícito. Esse trânsito sempre esteve presente e sempre foi importante em cidades marcadas por um grande mercado informal e ilícito, como o Rio de Janeiro. (TELLES; HIRATA, 2007). Sendo assim, mesmo a divisão sexual do trabalho sendo comumente aplicada em pesquisas nos setores de trabalho formal, é possível pensá-la em mercados ilegais devido às intersecções entre os tipos de mercados. Como uma das minhas interlocutoras afirmou: “*O tráfico é uma empresa.*”<sup>7</sup> (Sapatão, 36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro).

Como veremos, a partir das falas das minhas interlocutoras, no mundo do trabalho no tráfico de drogas não é possível dizer que existem trabalhos de homens e de mulheres e, por conseguinte, não é possível afirmar que os de homem valem mais do que os de mulheres. Nem o princípio de separação nem o princípio hierárquico estão se verificando muito em meu campo.

---

<sup>7</sup> Para facilitar a leitura do texto, as citações menores serão colocadas em itálico.

## **2.2 Quando a mulher é traficante**

Quando pautada a participação das mulheres no tráfico e suas funções, é comum encontrarmos estudos como o de Chernicharo (2014), que entende que “às mulheres são reservados espaços específicos que em sua maioria se caracterizam pela inferioridade hierárquica, pelos baixos salários (menores que o dos homens) e por atividades consideradas ‘inerentes’ à aptidão feminina”. Ou seja, assim como o mundo do trabalho formal e legal, no tráfico de drogas existe uma “divisão sexual e social assumida na configuração do capitalismo contemporâneo” que, segundo autora, “fez crescer a exploração do trabalho, e de modo ainda mais acentuado em relação ao trabalho feminino” (Chernicharo, 2014, p. 106-107)

Entretanto, em meu campo realizado na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito, percebo que os princípios de separação e o hierárquico da divisão sexual do trabalho não são tão determinados. As mulheres disputam os diferentes postos hierárquicos com os homens e o tráfico, como se apresenta nas favelas cariocas, “bagunça” um pouco essa ideia de trabalho de homem versus trabalho de mulher e também que um trabalho “vale” mais que o outro.

Diferente das pesquisas realizadas com presas pelo crime de tráfico de drogas no Ceará (MOURA, 2005:57, apud CHERNICHARO) e no Rio de Janeiro (SOARES e ILGENFRITZ, 2000:87 apud CHERNICHARO) que demonstram que as presas se declaravam em funções subsidiárias e subalternas como mula, retalhista, pião ou cúmplice, em meu campo as funções declaradas pelas mulheres foram desde as mais subalternas às de gerente e donas de boca, deixando claro que ao longo da carreira criminosa elas geralmente perpassavam por muitas funções e hierarquias do tráfico.

### **2.2.1 Mulheres nas funções do tráfico**

Muito se fala sobre as funções que mulheres exercem no tráfico de drogas. De fato esse é um assunto relevante e que aparece bastante nas pesquisas acadêmicas e também nas narrativas das mulheres que trabalham no mercado das drogas. Não foi diferente com as minhas interlocutoras. Passávamos muito tempo falando sobre suas tarefas dentro do tráfico, que eram variadas e nem sempre tão fixas, como dito anteriormente. Mas antes apresentar as funções declaradas, é importante citar aqui os silêncios e as resistências que me deparei vindos de duas mulheres na Penitenciária Talavera Bruce sendo que uma delas, a Sapatão, nome fictício escolhido por ela, já havia conversado comigo em meu primeiro campo na Penitenciária no ano de 2018.

Logo que retornei em 2020 pedi para falar novamente com Sapatão e assim ocorreu. Quando ela entrou na sala, muito surpresa por me ver ali, me abraçou e conversamos durante horas e horas sobre minha monografia, o mestrado, coisas da cadeia e da vida “lá fora” e principalmente sobre o tráfico. Combinamos que ela participaria da nova pesquisa e que iríamos nos ver semanalmente. Sendo assim, na semana seguinte pedi às agentes que chamassem Sapatão e mais algumas mulheres presas por tráfico de drogas. E foi assim que conheci Maria, a primeira a entrar na salinha naquele dia. A mulher mais falada entre as agentes penitenciárias e as presas, dita como uma das maiores traficantes do Rio de Janeiro e inclusive famosa por ter tido seu nome estampado nos jornais. Midiática, respeitada. Maria entrou na sala, me olhou de cima a baixo com uma expressão muito séria e um tanto autoritária. Apresentei-me, contei sobre o que se tratava a minha presença ali e os propósitos da minha pesquisa. Rapidamente ela disse gritando: “*nem posso participar porque vou revelar a função das coisa. Pra mim já tá errado ficar falando então não vou poder participar dessa pesquisa aí!*”. E saiu da sala com muita raiva gritando pelos corredores. Em seguida as agentes apareceram na sala em que eu estava falando que Maria tinha feito aquilo porque não tem intenção de sair do tráfico e porque para ela é como se eu fosse investigar o tráfico como uma informante.

A partir do episódio descrito acima, ouvi dizer que foi uma confusão na Galeria C, galeria que Maria fica e que é a mesma de Sapatão. Depois do almoço pedi para chamarem a Sapatão, mas ela alegou que estava com muita febre. Na semana seguinte ela não saiu de novo alegando que ainda estava doente. As agentes penitenciárias falaram que era uma desculpa para não descer, pois tinham ouvido que depois da Maria recusar a participar da pesquisa por achar errado falar sobre o tráfico, Sapatão acatou a ideia da colega de galeria e de correria. Como uma ultima tentativa, na semana seguinte chamamos Sapatão e a justificativa de sua ausência foi a mesma. A partir de então, respeitei sua decisão e não a chamei mais nos poucos dias que consegui ir a Penitenciária depois disso. Foi uma decepção muito grande para mim, pois as nossas conversas eram sempre muito enriquecedoras e confesso que essa situação me desmotivou bastante, não só por ter perdido uma grande interlocutora, mas também por ter sido mal interpretada como uma informante por Maria. Sapatão é uma mulher que antes do tráfico era jogadora de futebol e fazia elaboração de projetos sociais, chegando a criar uma ONG em Padre Miguel, zona oeste do Rio de Janeiro. Sempre deixou claro seu interesse pela ciência e educação. Além disso, mesmo ela sendo reconhecida como

uma grande traficante, braço direito de um dos maiores traficantes do Comando Vermelho, Sapatão não pode deixar de seguir a ideia de Maria.

Retomando à discussão sobre as funções no tráfico, perguntei a Sapatão (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro) se aquelas funções do tráfico descritas nos livros e jornais ainda existem. Ela contou que *“hoje em dia não tem muito isso de função de soldado, mas as outras ainda são cruciais. Ninguém mais fala em soldado, agora é segurança! Eu já fiz isso, acompanhava o Marreta direto.”* Quis saber mais sobre como era para ela estar nesse lugar e foi aí que a questão da morte apareceu: *“Como segurança tu mais morre pela função. É um cargo de muita confiança. O frente tem seguranças e quando eles são presos pega Associação.”* Paradoxalmente, Sapatão afirmou que se sentia mais segura quando estava como segurança do frente do que quando estava na boca porque *“tava com a nata do crime e porque ali tem arrego.”* Esse caso revela que no tráfico a função de soldado, por mais que seja de alto risco e ameaça de morte, trazia para Sapatão uma segurança de escapar da morte e da prisão que ela não sentia quando estava na boca.

Alexandra (27 anos, Campos – Rio de Janeiro) conta que no tráfico tinha que *“mostrar serviço”*. Pedi pra ela explicar melhor como ela mostrava esse serviço: *“a vida no tráfico é muito corrida. Cresci de forma natural. Eu não tinha ambição de ser gerente porque quem tá de fora cresce o olho. Rola uma maldade, ambição”*. Falando sobre as funções que exercia, ela afirma que a função mais arriscada é a da vigília: *“Comecei na vigília, depois fui vapor, fogueteira, gerente e depois tive o meu espaço. Eu não fui mula, mas gostaria de ter sido.”* Aqui nos deparamos com uma perspectiva diferente da que comumente se tem quando olhamos o tráfico de fora. Muito se fala em como o cargo de mula é precário e, portanto pior em comparação ao de gerente ou dono, mas o posicionamento de Alexandra, que já foi dona de ponto de venda de drogas e que gostaria de ter atuado como mula por conta da grande inveja e competição que existe em cargos altos, nos faz reconsiderar ideias usuais sobre a vida no tráfico.

Flores (31 anos, Japeri – Rio de Janeiro) assim como Alexandra diz que gostaria de ter trabalhado como mula e discorda da ideia de que cargos ditos subalternos são *“ruins”*: *“Já fui vapor, gerente e abastecedora. Ninguém gosta de ser vapor, mas eu gostava. Nunca gostei de muita responsabilidade e como vapor conseguia conciliar o tráfico com o roubo.”*

Como um exemplo de traficante *“independente”*, Valéria (48 anos, Saquarema – RJ) conta que ficou 36 anos no crime, sendo que desses, ficou apenas 5 anos no



Terceiro Comando e o restante trabalhou sozinha fazendo o transporte de drogas e armas:

Nunca fiquei na boca. Eu buscava e distribuía. Já rodei o Rio de Janeiro todo, já fui pra São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Paraguai, mas Paraguai é mais arriscado. Ganhava 1.000 reais por dia, mas gastava tudo com cocaína e bebida. (Valéria, 2020)

Mais um caso de mulher como vapor, Laura (29 anos, Caxias – Rio de Janeiro), era do Comando Vermelho e começou no tráfico como mula, ficando assim por 4 anos. Depois fez vigilância em uma boca e logo depois fazia endolação, sendo a única mulher ali. Laura contou que guardava tudo na boca, mas não era gerente, era vapor. “*Vapor corre muito mais risco*”, mas mesmo assim Laura preferia lidar com o risco externo a ter que lidar com a responsabilidade e com os meninos na boca. Em um dos episódios que me contou, aos 20 anos de idade Laura “segurou” a favela sozinha, ficando mais de um mês “*cheirando pra poder aguentar*”, sem dormir, pois só tinha ela para vender. Ainda sobre o seu trabalho como vapor:

Eu não queria responsabilidade e nunca gostei de trabalhar junto. Onde eu ficava era só eu de vapor. Os garotos falavam que eu era olho grande, mas eu não gostava de ouvir certas coisas. Não gostava de tramar. Eu não levava na brincadeira como os garotos, os garotos com 14, 16 anos, era molecagem. Eu arrumei um filho de boca de fumo, antes ele não andava na linha. (Laura, 2020)

Portanto, ter postura para Laura é “*brincar na hora certa*”. Algo que a incomodava era o assédio que sofria dos meninos da boca, por isso ela conta que só se relacionou com dois homens no período em que traficou.

Na função, Laura disse que já trocou tiro, mas nunca matou. Além disso, participou de curiosidade para ver um caso de tortura em que seu primo era o responsável por esquartejar. Perguntei se ela já viu alguma mulher responsável por isso e ela afirmou que nunca viu. Quando conversamos sobre remuneração, Laura contou que trabalhava todos os dias e ganhava 1.000 reais por dia, mas às vezes ganhava 500 reais:

Eu contava a carga na hora, quando a carga fechava, eu ganhava. Vendia 8 tipos de droga. A carga de pó de 10 e o crack de 5 e de 10 eram as que mais vendiam. A carga de maconha vendia em dois dias e ia mais na parte da manhã. O pessoal ia comprar mais a noite. O plantão da noite ia até 5h.

Por fim, uma função inédita em meu campo foi a função de porta-voz, vivenciada por Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro). Em suas palavras:

Ser porta-voz é um representante, é um cargo de confiança, é um alto risco! Eu só falava. Liberava as meninas do tráfico internacional, liberava 4, 5 carretas. Por medo de escuta telefônica o chefe mandava ir falar no lugar dele. Eu passava todas as informações na mente, não anotava nada! As vezes eu ia buscar um dinheiro ou droga... Fazia desde as armas, era mais pistola, dinheiro até tonelada de droga. (Ana, 2020)

Comparando a todo o momento como ser porta-voz era de fato um trabalho em comparação ao tempo em que foi dona e fornecedora, pelo Primeiro Comando da Capital, de drogas em quilos para toda a Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, Ana não quis detalhar o quanto ganhava na nova função: *“ele pagava por mês. Era justo, eu ganhava bem.”*

Isto posto, podemos deduzir que as mulheres estão presentes em variadas funções no tráfico de drogas assim como os homens, com cargos de chefia, mas também ascendem no tráfico por “terem postura”, por desempenharem bem suas funções. Além disso, os casos citados nos ajudam a relativizar a ideia de que cargos hierárquicos ditos como altos são os melhores e mais almejados. Muitas delas preferem estar em cargos de maior risco de vida como segurança, mula, vapor e porta-voz, mas em que há certa autonomia, pois trabalham muito sozinhas, do que estar em funções na boca em contato com outras pessoas, principalmente homens.

### **2.2.2 A visão do crime**

Sapatão (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro) mulher negra e lésbica, era braço direito de um dos maiores traficantes do Rio de Janeiro, principal líder do Comando Vermelho. O primo da sua namorada era um dos frentes do morro. Ele era muito próximo a elas e frequentava muito a casa das duas, no Complexo do Lins, Zona Norte do Rio de Janeiro. Até que um dia, quando sua namorada não estava em casa, ele pediu pra Sapatão organizar a listagem. Ela organizou tudo, *“com capricho coisa que os homens não faziam”*, e o dono do morro, que já estava reclamando da letra ilegível e dos erros que os homens deixavam passar, convidou Sapatão para trabalhar na contabilidade. Por estar desempregada na época, aceitou o convite. Sapatão criou amigos na boca e foi aprendendo com eles a ter a visão do crime:

Aprendi a ter a visão social do que era o crime. O crime é uma luta constante contra o sistema e é o maior gerador de renda da comunidade. A comunidade gira em torno do tráfico. Pra mim o crime foi opção mesmo, não foi por falta de apoio da escola e da família. O que mais deu um empurrão pra entrar no crime foi quando me assumi

pra a família, porque eu tive um espaço no crime; o crime acolheu e deu um suporte. (Sapatão, 2018)

Em nosso último encontro, Sapatão levantou a nova questão das milícias para o tráfico no Rio de Janeiro, com a união da milícia com o Terceiro Comando, sendo ele o responsável pela venda de drogas. Para Sapatão *“a milícia passou a ser um problema quando passou a disputar território. A perda de espaço com certeza vai afetar o C.V. Toda facção que veio depois do C.V. tenta dominar o espaço.”* Pedi para ela me contar então qual a sua visão sobre o Comando Vermelho hoje nos territórios cariocas:

Na prática o estatuto não é seguido a risca. Faltou focar no legado, muita coisa se perdeu por dinheiro e ambição. O comando parece que fez o estatuto com o coração porque pensa a recuperação, menos pra X9 e esturador. O PCC já é mais cruel. Eles têm regra, o tribunal do PCC. (Sapatão, 2020)

Ainda sobre o que é o tráfico, Sapatão lista os erros que acometem o Comando Vermelho, comenta sobre lidar com a morte de uma maneira comum, além de definir possíveis estratégias para a melhor atuação do tráfico, como encará-lo tal qual uma empresa:

Todo dia que o bandido amanhece ele acha que vai morrer. O dia a dia na boca vai te lapidando. A morte não me aterrorizava, se morrer tá no jogo. Parece que é tanta coisa no crime que a falsa conquista deixava nós meio cego. A real do crime é a responsabilidade financeira e a desconfiança. Você tem que ser um grande observador. Eu já vi o Marreta tomar 4 golpes de estado. O real dano, problema, é não tratar a boca como uma empresa. O erro é o dono falar que o frente vai tomar conta. Aí nasce os golpes de estado. Tem que botar cada um na sua função. As lideranças criminosas tem um falso poder construído. O dono precisa de muito conhecimento, de marketing, se ele tivesse um conhecimento de nível empresarial, administrativo... A mulher no tráfico acrescenta a nível de conhecimento; ela se sobressai também por causa da escolaridade. (Sapatão, 2020)

Podemos notar como que a visão crítica de Sapatão, diferente da visão dos demais homens que ela lidava, a fez crescer no tráfico e vê-lo de outra forma, pensando inclusive em aprimorá-lo. Há então a hipótese de que por conta da melhor escolaridade de mulheres, logo teriam uma melhor visão do crime.

Luana (33 anos, Água Santa – Rio de Janeiro) foi a única egressa do sistema prisional e ex traficante que conversei. Em nossa longa conversa pelo Zoom, Luana, que atuava como vapor, expôs a sua visão sobre o tráfico considerando a competição como algo típico:

É um matando o outro, é um arrumando vacilação pra outra pessoa. Tipo, você é um gerente, eu começo a vigiar você e falar daqui a

pouco você é um x9, pra você poder morrer numa vacilação e aí nisso vai outro ocupando o lugar dele. O pai do meus filhos aconteceu isso! Ele quando foi se defender deram um tiro na boca dele! Ele tomou 56 tiros. Falaram que ele tava roubando aí quando ele foi se defender a primeira coisa que deram foi um tiro na boca dele pra ele não poder falar. (Luana, 2021)

E nesse ambiente excessivamente competitivo se encontram, em maioria, jovens em situações precárias de vida. Como Luana fala:

São jovens, na média de 16, 17 anos. Porque na comunidade não existe uma situação financeira boa, entendeu, lá as pessoas são muito carente no qual quer comprar um tênis, alguma coisa, a maioria é os meninos mais novos que querem conquistar as coisas, porque querem ostentar pra mulher, querem ter mulher... Com um fuzil você no baile você pega mulher. Você pode tá sem 1 real no bolso, mas se você segurar uma arma você vai pegar mulher, é a ostentação. Eles são muito emocionado nisso, de ostentar, de tá com uma pistola, um fuzil, um rádio, e vai conseguir mulher fácil. Eles querem isso. (Luana, 2021)

Perguntei a ela então o que é ser uma traficante, dado os aspectos que ela mencionou:

Assim, pra você ser traficante você tem que ter um perfil ruim porque ali você se depara com tudo, com morte, você tem que picotar as pessoas, você tem que cortar mesmo e sumir com o corpo, tacar dentro de um galão, ainda jogar gasolina e tacar fora, entendeu. Então você tem que ter estômago. Estômago pra bater também porque tem pessoas que apanham porque é cobrada e apanham, e apanham muito. E você tem que ter a frieza. E o meu objeto ali, tanto que eu nunca encostei a mão em ninguém nem nada, o meu objetivo era só levar o meu sustento pra dentro de casa. Então eles sempre me deixavam quieta no meu cantinho porque sabiam porquê que eu tava ali, que era apenas pra mim poder ter um dinheiro, ter uma garantia, pra mim poder ter um sustento pra mim poder levar pra minha família. (Luana, 2021)

Mesmo rodeada de pessoas com esse “*perfil ruim*” definido por ela, Luana teve apoio dentro do tráfico e se sentia protegida, sendo poupada de momentos de conflito ou poupada de funções mais violentas:

Eu vou te falar a verdade, eu me sentia bem porque eu sei que ali ninguém ia me fazer mal, ninguém ia me fazer nada pela amizade, saber meu caráter saber como eu era, entendeu, então eu confiava muito neles e era muita amizade. O que tava de dono na comunidade ele era tipo irmão, entendeu, muita amizade mesmo, amizade real. E ele me poupava tudo! (Luana, 2021)

Tanto o caso de Sapatão quanto o de Luana nos mostra que mesmo sendo um espaço violento e competitivo, os laços de amizade também são importantes para a vivência, ou melhor, sobrevivência, no crime. Entretanto, enquanto Sapatão tem uma

visão social do que é o crime, palavras dela, entendendo-o como um espaço de luta e resistência, Luana vê o tráfico de drogas como o lugar em que as pessoas em situação de vulnerabilidade social conseguem ganhar algum dinheiro, mas visando a ostentação.

### **2.2.3 Tráfico na Região dos Lagos: uma área em crescimento para mulheres no Rio de Janeiro**

Venho notando através de conversas com colegas de pesquisa e também com familiares que moram na região dos Lagos, que na região há uma presença significativa de mulheres no tráfico de drogas. Em meu campo no ano de 2018 tive contato com Tiane (41 anos, Araruama – Rio de Janeiro) e sua história me alvoreceu essa hipótese, mas no momento em que escrevi a monografia não me debrucei sobre isso, pois não tinha um bom fundamento. Contudo, em meu novo campo no Talavera Bruce através de conversas com Sapatão e Ana acredito que foi possível fundamentar melhor isso.

Tiane era chefe e administrava todo o tráfico de drogas pelo Comando Vermelho em Araruama, mas, segundo ela, *“não andava armada e nem com drogas. Não deixava menor trabalhar e tentava ajudar ao máximo os jovens da comunidade, pagando passagem, faculdade, dando moto...”*. Ela era casada e teve dois filhos até que se separou do marido que estava embarcado e não tinha nada para dar aos filhos. O irmão era usuário e a convidou para entrar no tráfico. Ela fez algumas coisas, mas logo parou. *“O trafico é envolvente devido a sua necessidade.”* Tempos depois em Araruama, milicianos mataram o seu novo marido a tiros e ela foi atingida no abdômen, estando grávida. Ficou em coma 3 meses e assim que saiu desse estado, assumiu o trafico do marido no intuito de vingança, em suas palavras *“não para comandar o tráfico, mas para ter homens para mandar atirar neles.”*

Tiane contou um pouco sobre como vê a presença de mulheres no tráfico:

Já ficou manjado usar as mulheres pra disfarçar, hoje elas tão querendo o mesmo poder dos homens. Elas têm a mente e inteligência. Mulher é muito mais organizada. O cargo das mulheres tá muito alto. Muita viagem, muito ouro, estética, cirurgias... Isso é um vício. Quando os maridos são presos elas administram o financeiro deles. (Tiane, 2018)

A história de Tiane chamou atenção na época por, dentre tantos fatos marcantes, ela foi uma das poucas que se definiu como chefe e também abordou sobre os cargos altos de mulheres no tráfico. Em meu campo no ano de 2020, uma das primeiras perguntas que fiz a Sapatão foi justamente sobre a atuação de mulheres no tráfico. Para Sapatão: *“a mulher tem uma visão empreendedora, ta avançando. É uma questão de*

*avanço.*” Em seguida, depois de citar Sandra Sapatão do Jacaré como uma referência para ela, Sapatão me alerta sobre a Região dos Lagos: *“Região dos Lagos é uma área com mais mulher. Lá ta entrando com a liderança da mulher. A mula virou dona de boca! Nós dependia muito da mula e foi a luta dela que fez o crescimento.”*

Naquela tarde, depois da conversa com Sapatão, saí da Penitenciária com essa questão em mente. Dias depois conheci Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro), que começou a traficar com 17 anos como dola, isto é, fazendo endolação de drogas numa favela em Cabo Frio. Depois que Ana saiu da primeira cadeia passou a fornecer drogas em quilos para toda a Região dos Lagos: *“aí eu comecei a viajar. Eu abastecendo melhorou financeiramente e aí não corria mais. Eu tinha uma casa de praia onde distribuía toda a carga pras regiões.”* Ela afirma que só havia mulheres na época em que era dona porque confiava mais e elas também obedeciam mais, porém essa relação era tratada com frieza: *“eu to articulando pra proteger a minha droga, pensando no dinheiro. Se a PM chegar e matar elas são substituídas muito fácil”*. Além do mais, conta que *“na época eu não tinha facção. Trabalhava pelo PCC. Eu não queria ficar só ali traficando, entrando dinheiro igual água. Era meu marido com uma facção e eu com o meu trabalho.”*

Fazendo uma separação entre o que seu marido fazia na facção versus o trabalho que exercia no PCC, Ana profere elogios e engrandece a atuação do PCC no Brasil:

Eu acho que se não tem o PCC nenhum comando anda. Eles transformam a droga. A química em qualquer lugar passa por eles. Tem o maior laboratório do Brasil! Eles pegam uma folha de coca e transformam. Os químicos são estudados, o pessoal de dentro da favela do Rio e de outros estados vivem numa ilusão. Na verdade eles se tornam objetos. (Ana, 2020)

Foi então que Ana começou a ouvir que em outros lugares eles achavam que ela daria mais lucro fazendo outra coisa, que em outro cargo ela ia ganhar mais. Ana engravidou do seu segundo filho e foi nesse momento que passou a ser porta-voz dos “chefões”, ou seja, viajava pelo Brasil fechando toneladas de drogas e passando informações, sem anotar nada, apenas oralmente, para os grandes chefes do tráfico.

Pelas histórias contadas e vividas pelas mulheres que conversei, acredito que a Região dos Lagos possa realmente ser um local onde mulheres consigam comandar o tráfico de drogas. Essa área merece nossa devida atenção nos estudos sobre tráfico de drogas. Além disto, deixo em observação outro local que futuramente gostaria de estudar e fica também como nota para pesquisadores ou curiosos da área. Como

moradora de Bangu na Zona Oeste da cidade do Rio e por ter amigos usuários de drogas que compram e consomem nas favelas, há anos sei que a favela da Vila Vintém, em Padre Miguel, é um local onde as bocas são comandadas em maioria por mulheres. Algo único na cidade. Amigos próximos que frequentam o baile da VV, como chamamos por aqui, me contaram que foi o único baile em que eles viram mulheres de fuzil, com pistola na cintura, “tocando” moto pela favela. O que escutamos dizer pela região é que a Deise, mulher do Celsinho da Vila Vintém, é quem manda lá. Por outro lado outros dizem que ela já não está mais à frente da VV.

Na conversa com Luana, a egressa do sistema prisional que entrevistei pelo Zoom, ela acabou citando o caso da Vila Vintém, sem eu perguntar, e a partir daí começamos a conversar sobre:

A favela da Vila Vintém o que mais tem ali, 80% de bandido ali é mulher! É mais mulher na boca de fumo, então eu tive aquela vivencia ali porque era da mesma facção. Então as mulheres ali elas reinam! Elas fazem de tudo! Eles aceitam as mulheres porque entre aspas as mulheres passam mais batido. Até se a mulher tiver com droga, ela botou dentro das calças, ela passou pela viatura e ninguém vai revistar ela. Então eles têm isso na cabeça, que elas passam mais batido, pra não perder as coisas. (Luana, 2021).

Luana disse que ficava dias lá na VV com suas amigas e que não havia competição entre elas. Contei a ela que tenho interesse em conversar com as mulheres de lá. Conversamos também sobre o boato de que há tantas mulheres ali por causa da Deise, mulher do Celsinho, mas Luana garante que não foi por isso, pois já havia muitas mulheres antes dela: *“A cabeça de tudo aqui fora é ela, mas atuação das mulheres já tinha antes!”*. Por fim, perguntei se Luana acredita que possa haver mais bocas de fumo só com mulheres, mas ela afirma que não:

Ali é muita mulher. Eu nunca vi uma boca de fumo ter tanta mulher porque geralmente não permitem mulheres. Ali foi uma boca de fumo que eu vi que a maioria das pessoas que trabalham no tráfico é mulher. Ali você tem um espaço aberto, um espaço livre. (Luana, 2021).

Isto posto, nota-se a Região dos Lagos como um lugar importante para observarmos o fenômeno de mulheres comandando o tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro. Deixo aqui como nota para outras pesquisadoras e quem sabe abordarei como um objeto futuro no doutorado, o caso da favela da Vila Vintém no município do Rio de Janeiro à ser analisado como um caso atípico na cidade: uma favela comandada só por mulheres.

#### 2.2.4 Família e filhos

Assim como pesquisas sobre mulheres em postos de trabalho formais se atentam à questão do cuidado com os filhos, no mundo do trabalho informal e ilegal essa também é uma questão importante que normalmente se apresenta nas narrativas delas. Em meu campo, os filhos justificam tanto a entrada no tráfico de drogas quanto à saída. Há uma gramática politicamente correta do que dizer em relação ao cuidado com os filhos.

Letícia (35 anos, Três Rios – Rio de Janeiro) tem três filhas de 7, 10 e 20 anos. Começou a vender na boca aos 15 anos de idade, pois precisava de dinheiro e aos 17 anos *“saí porque tinha que cuidar das minhas filhas”*. Porém, mais tarde retornou ao tráfico pela mesma necessidade. Perguntei então como ficou a questão dos cuidados com as crianças quando ela retornou: *“minha mãe ajudava bastante. Mas eu pagava uma pessoa pra levar ao cinema, pra passear...”*. Letícia disse que se arrepende disso, mas que foi dessa forma que conseguiu comprar uma casa. Em nossa conversa, ela acionou mais uma vez o desejo em estar com a filha ao falar sobre o futuro fora da prisão: *“Daqui a seis meses eu vou pro semiaberto. Quando eu sair quero ir pra Minas porque minha filha mais velha tá lá”*.

A história de Aline (35 anos, local não informado) é inusitada em razão de ela ter iniciado seu contato com o tráfico por conta do trabalho do cuidado da filha de uma traficante. *“Com 12 anos eu recebi uma proposta de uma amiga. A proposta foi cuidar da filha dela. Comecei no 155 em 2001 e em 2004 já tava viajando com essa matuta. Em 2005 minha filha nasceu.”* Na venda de drogas, Aline era matuta: viajava para pegar as drogas e depois distribuía para os amigos presos venderem dentro da cadeia. Aline conta uma situação que ocorreu em uma viagem para Campinas: *“a gente tinha um compromisso em Campinas. Era muito dinheiro! O dono se apaixonou pela minha filha, ele queria comprar a menina! Nunca mais levei minha filha.”*. Depois disso, perguntei se ela recebia ajuda do pai de sua filha: *“Preferi cuidar das minhas filhas sem os homens.”* Em seguida ela relata que: *“Mulher que se envolve com isso não quer cuidar de casa e marido não!”*. Atualmente a filha mais velha de Aline está com sua madrinha e a mais nova foi adotada, mas Aline não sabe por quem e onde ela está. Diferente de Letícia, Aline não manifestou arrependimento no distanciamento das filhas. Não cabendo a nós nenhum julgamento moral sobre seus atos.



Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro) tem dois filhos, um de 20 anos e outro de 16 anos. Seu filho mais velho já mora sozinho e o mais novo é cuidado por uma menina que Ana contratou. Os dois vivem com o dinheiro do aluguel de algumas casas que Ana comprou e colocou no nome de seus pais. No decorrer da nossa conversa sobre sua rotina de trabalho no tráfico, quis entender como ela conciliava os filhos com o trabalho:

Eu contratei empregada, babá. E quando eu chegava era dar atenção ao máximo. Levava a praia, parque... eles não sabiam, eu falava que vendia roupas. Agora eles já sabem porque decidi mudar minha vida pra recomeçar com a verdade. (Ana, 2020)

Priscila (38 anos, Cidade de Deus – Rio de Janeiro) é solteira e tem 4 filhos. Conta que seu ex marido a agrediu durante 15 anos e ela permanecia nessa situação, pois *“pensava nos filhos, até que cansei e entrei no tráfico. Entrei na ideia de independência financeira.”* Nesse caso, a necessidade de ter dinheiro para cuidar dos filhos foi o fator decisório para começar a traficar. Porém, ao conversarmos sobre um possível retorno ao tráfico ao sair da prisão, Priscila prontamente alegou que não voltará: *“Não tenho vontade de voltar! Quero criar meus filhos que tão com o meu ex marido.”*

Outro caso é o de Tiane (41 anos, Araruama – Rio de Janeiro), chefe e administradora de todo o tráfico de drogas pelo Comando Vermelho em Araruama. Ela tem dois filhos, sendo o mais velho já “envolvido” no tráfico. Antes de ela começar no tráfico, era dona de casa e cuidava dos filhos. Apesar de toda a vida luxuosa que tinha, Tiane não quer mais traficar e aciona seus filhos como a motivação para isso: *“Fiz um voto com Deus, não aceito mais dinheiro do tráfico. Quero cuidar dos meus filhos!”*

A questão da maternidade para essas mulheres claramente não foge ao padrão que ainda encontramos em nossa sociedade. Espera-se que todo o cuidado e responsabilidade dos filhos sejam das mulheres que em grande parte são também as chefes de família. Nesse estudo, dezesseis das dezenove entrevistadas são mães. Observa-se a ausência do pai e ao mesmo tempo fica claro o papel crucial das avós ou algum membro da família materna, geralmente mulheres, na proteção de seus filhos enquanto estão presas e também quando estão na função do tráfico. A questão da maternidade não foi objeto da pesquisa, entretanto ressaltamos que esse é um tema

importante a ser estudado pela academia<sup>8</sup>, pois a prisão de mulheres abarca múltiplas dimensões para além do crime em si.

Importante mencionar a decisão do Supremo Tribunal Federal em 2018, que concedeu Habeas Corpus coletivo para mulheres presas grávidas ou mães de crianças de até doze anos ou de pessoas com deficiência. Essa decisão considera as condições degradantes a que os filhos das mulheres presas são submetidos e entende que o encarceramento não pode se estender aos filhos, que nascem e são criados por um período em uma cadeia. Segundo levantamento feito pelo G1 (2020), em dois anos, 3.527 mulheres conseguiram ser beneficiadas pela decisão do STF. Um número ainda muito baixo para a realidade das prisões femininas.

### **2.2.5 Performance de gênero**

As situações das mulheres no tráfico são próximas, com limites evidentes, pois o tráfico é um contexto muito específico, das descritas por Angelo Soares em seu artigo “Quando menina veste azul e menino veste rosa: questões de gênero no trabalho”. O objetivo do autor é analisar a questão do gênero, pela perspectiva do trabalho, a partir da divisão sexual do trabalho. Para isso ele reflete sobre a experiência de um cabeleireiro, João, e uma estivadora, Maria. Assim como as mulheres presentes em meu campo, Maria atua em um trabalho tradicionalmente masculino.

O autor compartilha a perspectiva pensada por Butler (2018), que entende o gênero como um processo e o analisa como uma performance, ou seja, gestos, comportamentos e linguagens são (re) produzidos e constroem a masculinidade e a feminilidade. Entretanto, ele a amplia em três aspectos:

Primeiro, existe sempre a possibilidade da não conformidade às normas de gênero, isto é, a resistência é possível. Segundo, sexo e gênero e conseqüentemente as normas de gênero são produzidos numa matriz heteronormativa, onde a heterossexualidade é considerada como uma ordem “natural” ou a norma social. Finalmente, não se deve esquecer que a performance não é só do gênero, mas de uma substancialidade das diferentes relações sociais: gênero, raça, etnia, idade e classe social. (SOARES, 2019, p.32-33)

Maria conta uma história muito próxima das histórias relatadas em meu campo. Ela pontua que a maneira de se vestir é muito importante: “quando as pessoas te notam, você pode ter mais problemas [...] Você tem que conseguir que os homens se esqueçam

---

<sup>8</sup> Para melhor conhecer o tema ver os trabalhos de Sales (2017), Santa Rita (2006), Chaves e Araújo (2020), Matos; Silva; Nascimento (2019) e Diuana; Corrêa; Ventura (2017).

que você é uma mulher.” (SOARES, 2019, p. 36). Além disso, ela diz que se dá a imagem de grossa e os companheiros de trabalho a chamam de lésbica; para ela isso não é um problema, na realidade ajuda a não passar por algum tipo de assédio.

Estabelecendo um paralelo, Alexandra (27 anos) me contou que “*na rua as roupas eram meio estranhinhas.*” Perguntei o que seriam essas roupas estranhinhas e Alexandra explicou que são blusas e bermudas largas, isto é, roupas parecidas com as de seus companheiros de trabalho. Sobre eles, ela afirma que sempre foi transparente em suas intenções e contou:

Não misturo as coisas, não me envolvia com ninguém em serviço porque eu era bandida. Meu marido é trabalhador. Eu nunca namorei vagabundo, porque eu também era vagabunda. Afirma ainda que: a gente tem mais respeito quando tem pulso firme, independente de ser mulher. Eu era muito séria, não ficava rindo, não gostava de brincadeira. Eles falavam que eu era estranha e que gostava de outro fruto. Eles confundem muito então prefiro ser fechada. Não dá pra trabalhar no mesmo espaço com quem se relaciona. (Alexandra, 2018)

A questão do respeito e “pulso firme” aparece como sendo requisito obrigatório para trabalhar no tráfico, entretanto aparentemente somente as mulheres se privam de relacionamentos no ambiente de trabalho. Percebe-se que há “manipulação da identidade e o idioma do corpo (Goffman, 1996, 1967) para se adaptarem às demandas do trabalho, da organização e da clientela.” (SOARES, 2019, p.37)

Assim como Angelo Soares, compreendo que o uso de determinadas roupas pode ser entendida “como sendo uma maneira de se conformar às normas de gênero, vestindo-se não para se ‘sentir bonita’, mas para se parecer com os rapazes e se tornar um deles.” Entretanto, se trata também de “resistência, de ‘subversão’, na qual a trabalhadora manipula conscientemente a sua fachada pessoal para resistir aos abusos verbais e ao assédio sexual.” (SOARES, 2019, p.37). E, no caso das mulheres no tráfico, também é usada para poderem cumprir as funções de segurança, pois fugas e confrontos fazem parte da rotina como vemos no caso de Caelany (33 anos, Sacramenta – Belém – PA), que é do Tráfico Internacional e conta que “*a maioria das mulheres que estão em cargos altos são sapatão, se vestem como homem. Não tem como usar vestido. Eu uso muito boné, mudava muito o cabelo.*” Ainda disse que relacionamento amoroso com os colegas traficantes nunca poderia existir, porque ela “*impunha o respeito como mulher e como superior a eles.*”

## 2.2.6 Mulher de bandido x bandida

Depois que defendi minha monografia e comecei a apresentá-la em jornadas e congressos, notei, junto com os comentadores e também a partir dos trabalhos de outros colegas que também fizeram campo e pesquisam o tema, que havia um desejo claro das mulheres traficantes em se distanciarem da visão estereotipada de que seriam mulheres de bandido. Posteriormente pensando nos novos objetivos do mestrado em conjunto com minhas professoras e colegas, esse tema voltou a chamar atenção.

Vitória (28 anos, Cidade Alta – Rio de Janeiro) começou a se envolver no tráfico quando foi expulsa de casa aos 13 anos por ser lésbica. Assim, ela foi morar com a madrinha, que tinha muitos filhos e Vitória queria ajudar financeiramente e então viu o tráfico como uma opção. Entretanto, ela relata que para ser uma mulher no tráfico que não seja mulher de bandido, é muito árduo:

A mulher é muito desvalorizada. **Eu entrei pra traficar e não pra ser comidinha de bandido.** A mulher de fulano ou a amante de fulano... A mulher tem que ter uma postura porque a pressão é muito grande da parte dos próprios amigos traficantes. Eles têm atitudes que eu não gosto, de mexer com as mulheres que passam. Quando eles pegam a visão do certo eles param com isso. É um controle do meu querer, do meu psicológico. Você tem que ser séria. No tráfico é uma batalha com a vida. Se você é uma mulher casada com um homem eles te vêm de um jeito, se você é casada com uma mulher é de outro jeito. (Vitória, 2018, grifo nosso)

Fica nítido o incomodo de Vitória com os homens que trabalhavam com ela no tráfico e o desejo em se distanciar das mulheres que ficavam naquele meio, mas como companheiras deles. Ela queria ser traficante e não mulher de bandido. O mesmo podemos notar nas falas de Caelany (33 anos, Sacramenta – Belém – PA). Ela trabalhava junto com uma mulher pelo PCC fazendo a confecção de malas e depois fazia o transporte e também a química das drogas. Diferente da maioria das histórias que conhecemos Caelany quem inseriu seu marido na época no mundo do tráfico de drogas: *“O pai dos meus filhos também tá preso por tráfico internacional. Ele era 157, era assaltante. Eu que coloquei ele no tráfico internacional.”* Ao falar sobre sua função, Caelany demonstra muito orgulho ao falar que a palavra dela ainda vale “lá fora” e se considera uma funcionária contratada pelo PCC. Além disso, percebe um crescimento de mulheres nas funções do tráfico: *“as mulheres estão tendo armamentos e tão gerenciando, fazendo segurança.”* No final da nossa primeira conversa Caelany, ao se comparar com as demais colegas que estão ali presas por tráfico, bate no peito e diz: *“Eu não sou mulher de bandido, eu sou bandida!”*.

O caso de Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro) é muito similar ao de Caelany. Ana, que também trabalhava pelo PCC, repetiu algumas vezes em nossa conversa como ela era a bandida, superior ao seu marido, e não a mulher do bandido. Perguntei então sobre seu marido, que agora é ex, e ela contou que ele passava mais tempo preso: *“meu ex marido é mais preso. Latrocínio, roubo e 121. Ele ficou estacionado, a minha mente era mais aberta! Muitas vezes ele conseguia coisas por minha causa, porque o pessoal falada ‘tua patroa é bandida!’”*. Ana conta que ele passou a ficar constrangido porque ela ganhava mais que ele. *“Eu tinha carro, moto, casas... ele pedia pra eu sair! Vivi uns 3 anos com ele. Acho que ele se arrependeu de ter me iniciado no crime. Ele se sentia diminuído! Eles são muito machistas!”* O fato dele ter “iniciado” Ana no crime não a configura como mulher de bandido, pelo contrário, com o melhor rendimento de Ana no tráfico rapidamente ela ascendeu e ele passou a ser o marido da patroa bandida.

### **2.2.7 A “boa aparência” no tráfico internacional**

Foi em meu primeiro campo na Penitenciária Talavera Bruce em 2018 que me deparei com as questões do tráfico internacional a partir de Caelany (33 anos, Sacramento – Belém – PA). Ela conta que quando completou 21 anos, veio uma oportunidade através de um namorado de conhecer “coisas maiores” e ela queria saber de onde vinha tanto dinheiro. Foi então que recebeu a proposta de conhecer lugares na Europa e integrou-se ao tráfico internacional pelo PCC. Caelany, que só viajava sozinha, no dia em que foi presa pela Polícia Federal estava em companhia de um homem. Nessa viagem em que foi presa, ela iria viajar de Curitiba para Espanha, mas teve que vir para o Rio para viajar com um homem que também carregada mala com drogas. Ela “rodou” no galeão por conta do parceiro, que tinha 21 anos. Ele a entregou.

Perguntei como era estar no tráfico internacional e, sem desvios, Caelany disse:

O trafico internacional envolve política e empresário. É mais viagem, o custo é maior. O crime é mais organizado, mas é também mais arriscado! Eu passei a fazer confecção de malas e depois fazia o transporte e também fazia a química das drogas, que eu aprendi com um Colombiano. Batia contabilidade de 1, 2 bilhões. (Caelany, 2018)

Pedi a ela para contar um pouco como eram essas viagens:

Cheguei a falar com empresários e a gente se encontrava em eventos sociais grandes como em Ibiza no show do Eminem. Eu vendia drogas em quilos. O destino final da droga é países como Holanda e Espanha... O aeroporto internacional de Paris e de Madri são a porta

de entrada da Europa. E o foco da produção de cocaína é Bolívia e México. (Caelany, 2018)

Uma situação que foi um tanto cômica foi quando, no meio das conversas sobre as viagens internacionais, Caelany tentou me aliciar para o tráfico internacional dizendo que eu seria ótima por ser bonita, branquinha, falar bem... Na hora eu ri, brinquei dizendo que daria mais dinheiro do que viver de pesquisa ou sendo professora no Rio de Janeiro, mas que sou medrosa demais para isso. Rimos bastante, a conversa foi muito descontraída, mas assim que saí da Penitenciária fiquei bastante reflexiva. Eu como pesquisadora branca em um campo onde majoritariamente as mulheres são negras, mas estão mais presentes no tráfico nas favelas, demonstra também uma divisão racial do trabalho no tráfico de drogas, pois determinadas mulheres, geralmente brancas, são escolhidas para atuar no tráfico internacional enquanto outras mulheres, geralmente negras, ficam nas funções do tráfico dentro das favelas.

Por falta de tempo não darei o enfoque necessário à questão da divisão racial do trabalho. Há uma literatura americana, como exemplo o trabalho de Donna Goldstein “The Aesthetics of Domination: Class, Culture, and the Lives of Domestic Workers” que me foi indicado pela minha professora de graduação e mestrado, Moema Guedes, que também é da minha banca examinadora a quem agradeço imensamente pela parceria. Sendo assim, eu precisaria de mais tempo devido ao meu fraco conhecimento em inglês para traduzir e então dialogar com a questão brasileira. Sinalizo o tema da divisão racial do trabalho presente na seleção de mulheres para o trabalho no tráfico como uma chave interessante de análise que pode ser explorada por outros pesquisadores da área bem como por mim no doutorado.

Retomando a apresentação e análise das histórias das mulheres no tráfico, foi no novo trabalho de campo em 2020 que a questão da “boa aparência” no tráfico internacional surgiu mais fortemente. Mariana (25 anos, Natal – Rio Grande do Norte) fazia viagens levando cocaína para lugares como Madrid e Amsterdam e na volta trazia ecstasy para o Brasil. Mariana contou algo interessantíssimo e inédito para mim: o recrutamento das pessoas para realizar essas viagens é feito via aplicativo Whats-App: *“Era só um contato no Whats-App. Primeiro eles selecionam a pessoa. Não é pessoa usuária, tem que mandar foto, são pessoas de boa aparência. Tanto homem quanto mulher! As vezes pega casal pra despistar.”*

Sem maiores contatos com esses recrutadores, Mariana disse que em sua última viagem a droga estava avaliada em dois milhões, mas não sabia exatamente a quantidade de drogas que havia na mala. Além disso, não sabia se a droga era do PCC ou do Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte, o RN, como ela chamou.

Atentando-nos a categoria da boa aparência trazida por Mariana, podemos fazer um paralelo com os estudos de Caetana Maria Damasceno (2011, 2013) acerca dos sentidos da expressão "boa aparência" no trabalho doméstico. Analisando anúncios de emprego no período de 1930 a 1950, a autora constata que o uso dessa expressão se refere diretamente à condição racial. Nesses anúncios as exigências profissionais (habilidades específicas) se misturam às categorias raciais ("cor" e/ou "boa aparência") que são moralmente qualificadas. O mesmo podemos ver, dada as diferenças históricas e situacionais, nesses recrutamentos pelo Whats-App em que a pessoa precisa enviar uma foto para ter sua aparência analisada e então aprovada para atuar no tráfico internacional e conseguir realizar seu trabalho que é passar despercebido pela seletividade policial nos aeroportos nacionais e internacionais, entregar e pegar drogas.

O caso de Dona Olívia (68 anos, Barcelona – Espanha) também elucida bem esse assunto. Ela é uma senhora branca, amante da literatura espanhola e brasileira, da arte e da natureza. Chorou ao falar sobre a saudade que sente da praia que frequentava perto de sua casa e chorou ao final de nossa conversa dizendo que levei alegria a ela porque eu sabia conversar e olhava em seus olhos.

Dona Olívia conta que os traficantes em Barcelona sabiam que ela conhecia um pouco do Brasil e por isso a convidaram para fazer as viagens: *“tem a questão de soltura, pela idade... conta muito a presença! Eu visitava mais a zona sul quando vinha pro Rio de Janeiro.”* Conta que vinha para o Rio pegar cocaína para levar a Roma e afirmou que todas as drogas da Europa passam pelo Rio.

Talvez pela idade, por ser uma idosa branca que conhece outras culturas, que tem presença, como ela mesma pontuou, Olívia conseguiu um espaço no mercado do tráfico internacional de drogas.

### **2.2.8 Protagonismo e vitimização**

Retomo ao comentário de Sapatão (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro), sobre o tráfico ter sido uma opção e uma escolha, para provocar, ainda que brevemente, uma consideração sobre a agência dessas mulheres.

Barcinski (2009) aponta a complexidade do fenômeno da criminalidade feminina, pois no discurso das participantes de sua pesquisa, ora elas se posicionam como agentes, ora como vítimas inocentes. Esse foi um padrão também presente em meu campo. Assim como a autora, entendo que não se trata de “desvendar a verdade por trás dos motivos professados por estas mulheres, mas entender que protagonismo e vitimização estão simultaneamente presentes nas suas experiências” (BARCINSKI, 2009, p.585) sendo o protagonismo desempenhado dentro dos limites impostos por uma realidade social, econômica, cultural e familiar mais ampla.

Ao teorizar acerca das suas experiências, entendemos a necessidade de perceber estas mulheres como agentes em suas decisões, principalmente na tentativa de rever teorias deterministas acerca da criminalidade feminina. De acordo com essas teorias, os crimes femininos podem ser inteiramente justificados pelo envolvimento de mulheres com homens criminosos ou pela necessidade destas mulheres de proteger e sustentar suas famílias. Em contraste com o protagonismo tão insistentemente clamado pelas entrevistadas, estas teorias focam-se exclusivamente nos elementos externos que determinam as escolhas femininas, principalmente quando tais escolhas subvertem as expectativas acerca dos papéis femininos na sociedade. (Barcinski, 2009, pg 585)

Um bom exemplo da ideia de protagonismo com limites é o caso de Regina (30 anos, Penedo – Rio de Janeiro). Ela começou a vender drogas com 13 anos e nunca parou. Disse que entrou para conseguir mais dinheiro e que em Penedo, bairro turístico da região sul fluminense, não há patrão: *“Eu respondia por mim. Vinha pro Rio pra pegar os quilos de drogas com o Comando Vermelho e aí eu transformava. Vendia mais crack que é o que mais vende e mais dá dinheiro.”* Conversando sobre o trabalho no tráfico, Regina afirmou: *“trabalho é trabalho, diferente dessas coisas de errado. Eu trabalhava no restaurante e fazendo unha. Sempre trabalhando, nunca parei.”* Perguntei por que ela continuava a trabalhar se já fazia um bom dinheiro no tráfico: *“eu trabalhava por esporte. Abria a boca cedo e vendia nos intervalos do trabalho.”* Apesar de afirmar que entrou por necessidade financeira, no final da nossa conversa Regina afirmou que foi por diversão e logo após afirmou que tráfico não é por esporte, mostrando a complexidade dessa escolha:

Foi por diversão. Muito dinheiro chama muita inveja. Não tem sossego! A gente não vive, a gente vegeta. O muito que eu tinha eu não tinha paz. Isso não é por esporte! É muito difícil conseguir um trabalho ainda mais pra preto e pobre! (Regina, 2020)



Já Aline (35 anos, local não informado) fala abertamente sobre como entrou no tráfico porque queria. Diante disso, perguntei a ela se pretendia continuar no tráfico e sem pensar duas vezes Aline me disse: *“Eu to aposentada! Perdi muita coisa. Eu não quero mais correria! Muitas estão aqui por associação, tem umas que fazem consciente outras que não. Eu fiz porque eu quis! Eu gostava da ostentação!”*

Uma situação relevante a esse debate foi quando Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro) afirmou, sem eu perguntar, que não iria mais traficar:

Eu não quero mais porque nós tamo destruindo família! Eu perdi muita coisa nesse tempo presa. Eu penso no mal que fiz indiretamente. No dia a dia é muita ocupação, muito problema que você nem pensa nisso, só em ganhar dinheiro! (Ana, 2020)

Assim que ela saiu da sala, uma inspetora perguntou se eu havia notado as queimaduras na região do colo e pescoço de Ana. Disse que sim, mas não toquei no assunto com Ana, pois seria indelicado da minha parte. Foi então que a inspetora me contou que Ana estava queimada da cintura pra cima por conta de extorsão por telefone. Ela pedia 3 ou 4 mil reais e uma presa ficou sabendo, não achou correto e jogou removedor de esmalte e ateou fogo em Ana por isso. Na semana seguinte, Ana tocou no assunto novamente sobre não querer continuar. Não cabe a mim o papel de juíza ou investigadora, mas essa situação nos mostra como há uma gramática politicamente correta do que dizer a quem está de fora do mundo do tráfico de drogas e também da prisão.

Por fim, a história de Flores (34, Engenheiro Pedreira – Japeri/RJ) é muito interessante também para pensarmos a agência de mulheres no tráfico. Flores contou que todos da família são envolvidos, menos a mãe dela. Ela disse que cresceu vendo o tráfico e achou bonito. O tio dela, que é o dono da favela, era como um ídolo para ela. Portanto, ela afirmou que foi uma escolha espelhada em seus familiares:

Minha família queria uma vida diferente pra mim. Eu seria administradora de empresa, mas meu sonho era fazer adm para ficar no tráfico, não em empresa. A semente do mal já era plantada em mim. Eu tinha intenção e noção do que eu tava fazendo. Eu quis entrar no tráfico. Eu larguei a faculdade porque pra mim eu já tava formada, eu só tava usando meu estudo pra aprender aquilo ali! O motivo de entrar foi por status, dinheiro, moto... tudo! (Flores, 2018)

Flores cursou administração na UFRRJ até o terceiro período e resolveu sair porque considerou que já havia aprendido o suficiente para tocar os negócios da família, mesmo contra a vontade deles. Ao perguntar se ela desejava sair do tráfico, depois dessa experiência na prisão, Flores respondeu que não sabia se sairia:

Perdi casa, levei 22 tiros na perna. Na hierarquia do tráfico, eu sou a sucessora do meu tio. Eu não vou parar porque tem 2 pessoas no Bangu 3 que precisam de mim, o meu marido e o meu tio. Meu marido pegou 60 anos de prisão e meu tio 120 anos. Parece que o crime fica entranhado na sua vida, nas suas atitudes. (Flores, 2018)

Contudo, na mesma conversa minutos depois, Flores manifestou o desejo em sair do tráfico para cuidar dos filhos e do marido. Posto isso, podemos pensar a atuação de mulheres no tráfico a partir da noção de agência diferenciadamente imperfeita proposta por Flávia Biroli (2012). Compreendo, assim como a autora, que afirmar que as decisões e preferências das mulheres são construídas a partir da posição dos homens nessas relações pode condizer com um “reforço à visão de que as mulheres não são política, moral e eticamente competentes” (BIROLI, 2012, p.12).

A agência é diferenciadamente imperfeita em dois sentidos. O primeiro é que os indivíduos não são efetivamente iguais. A esfera da individualidade e as possibilidades de autodeterminação são limitadas de formas diferentes em função da posição social de cada indivíduo. O segundo sentido é que os indivíduos não são definidos como agentes igualmente competentes, pois há “filtros ancorados em preconceitos, estereótipos, tradições culturais e religiosas, e eles colaboram para o desenvolvimento diferenciado das competências necessárias para o agir autônomo.”(BIROLI, 2012, p.28)

Analisar a posição da mulher nas relações de gênero compreendendo que a agência é regularmente imperfeita, ou seja, que todos – não alguns grupos ditos como social, moral e eticamente “deficitários” - agem em meio a constrangimentos, permite romper com esses estereótipos e também considerar como formas ativas de dominação e opressão modulam as possibilidades e as capacidades para a autodeterminação dos indivíduos. (BIROLI, 2012).

Em suma, este capítulo buscou discutir as temáticas centrais levantadas pelas mulheres que vivenciaram a dinâmica de trabalho no tráfico de drogas principalmente no Rio de Janeiro, cidade em que as entrevistas foram realizadas, mas devido ao próprio fluxo que a atuação no mercado das drogas impõe aos seus trabalhadores, conseguimos ter uma visão do tráfico em outros estados e até mesmo em outro país. Uma visão a partir da perspectiva das mulheres sobre as dinâmicas do tráfico e também a forma como conseguiram ascender em um ambiente altamente masculinizado.

### **CAPÍTULO III - QUANDO A FUNÇÃO NO CRIME É INTERROMPIDA: AS CONDIÇÕES DE CONFINAMENTO DE MULHERES**

Neste capítulo serão trazidas as narrativas das mulheres presas e também de uma egressa do sistema prisional do Rio de Janeiro sobre as condições de vida na cadeia: superlotação, comida estragada, a falta de assistência médica e em contraposição o uso demorado de medicamentos psicotrópicos, o sistema de trocas, entre outras coisas que veremos a seguir.

Antes de tudo, é importante destacar que fui a campo com o objetivo de dialogar com mulheres presas por tráfico de drogas sobre suas atuações no mercado e não com o intuito de fazer alguma etnografia ou trabalho de campo sobre prisões femininas do Rio de Janeiro. Entendia ali apenas como uma forma de acessá-las. Entretanto, não é possível ignorar a experiência da punição dessas mulheres. Seria um erro acadêmico e também político, visto que minha presença ali muitas vezes foi encarada por elas como uma forma de fazer com que suas vozes sejam ouvidas, não dar voz a elas, mas fazer ecoar, transpor os muros.

Assim, inicialmente, junto ao meu objeto de pesquisa, buscava compreender como as facções dialogam com o trabalho dessas mulheres e a estreita correlação entre tráfico de drogas e prisão. A partir do contato com elas na cadeia desde o meu primeiro campo em 2018, notei ser esse o ponto chave que diferencia a experiência de homens e mulheres no tráfico e na prisão, pois elas apontam que a desarticulação das mulheres na cadeia atrapalha o crescimento delas no tráfico. Poucas são as mulheres que recebem assistência do tráfico quando são presas. Entretanto, quase não consegui avançar neste ponto no novo trabalho de campo em 2020. Sobre isso, recorro a Natália Lago (2018) para refletirmos, dentre tantas questões possíveis que seu texto levanta, sobre como o trabalho de campo pode vir a mudar os objetivos e enfoques da pesquisa. Inicialmente a autora foi a campo com intuito de compreender os processos que permeavam a participação de mulheres no tráfico de drogas, porém suas interlocutoras queriam falar sobre outros assuntos como a vida na prisão e sobre suas famílias. Desse jeito, Natália Lago estabelece família como uma categoria nativa e desenvolve as articulações entre gênero, classe e família nas narrativas de duas mulheres presas, Cris e Mariana, em uma penitenciária paulista.

Nessa perspectiva, entendi que os assuntos levantados pelas minhas interlocutoras e não os pontos que eu acreditava serem importantes para os objetivos metodológicos da pesquisa é que deveriam ser trabalhados nesta dissertação. Sendo assim, considero que parece haver uma naturalização da degradação prisional por parte dos discursos midiáticos, acadêmicos e populares ao mesmo tempo em que há uma emergência de denúncia por parte daqueles que vivem o encarceramento. Logo, é cada vez mais urgente expor as condições de confinamento<sup>9</sup> e o entendimento da prisão como ferramenta de tortura em suas várias formas.

### **3.1. Superlotação e as condições de confinamento**

Letícia (35 anos, Três Rios – Rio de Janeiro) foi sentenciada a sete anos de prisão, mas sua pena “caiu” para cinco anos e dez meses. Está há um ano e seis meses no Instituto Penal Santo Expedito e no momento de nossa conversa ela aguardava ansiosamente a sua semiaberta, que sairia em seis meses. Letícia é uma das poucas mulheres que recebe visita com alguma regularidade: uma vez por mês sua irmã leva comida e também já recebeu visita de suas filhas mais novas. Logo no início de nossa conversa, ela contou: *“tô fazendo curso de unha e barbeiro! Posso pegar diploma depois. Eu vou pra escola. Aqui tem espaço pra quem procura uma melhoria.”* No entanto, quando Letícia já estava se despedindo para voltar à cela, eu voltei à questão da sua experiência na cadeia e sua fala já mostrou outro lado, enfatizando a superlotação: *“A cadeia tá lotada. Essa é a pior experiência. Com essa, é a minha quarta cadeia. Hoje em dia tão sentando mais 157 e 155. A cadeia tá super lotada.”* Fazendo referência aos artigos 157, delito de roubo, e 155, delito de furto, do Código Penal.

A questão da superlotação é levantada por todas as mulheres que conversei como, por exemplo, quando Mariana (25 anos, Natal – Rio Grande do Norte) conta que em sua cela, A7, no Instituto Penal Santo Expedito já há mais de cem mulheres. Sobre como é viver nessa condição, ela responde: *“Eu vim de uma família pobre. Morava perto do lixo. Então a situação da comida e a cadeia em si não é muito diferente do que eu vivi.”* Porém isso não significa que ela esteja acostumada e confortável, longe disso.

---

<sup>9</sup> A respeito disso, é importante destacar o papel do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) que desde que foi criado, em 2010, vem realizando visitas de monitoramento nas prisões com a finalidade de verificar as condições em que as pessoas privadas de liberdade se encontram, além de prevenir e combater as condições de tortura. Anualmente é feito um relatório que consta a análise das condições observadas por eles. Para mais detalhes acesse o site: <<http://mecanismorj.com.br/>>

Mariana se emocionou em vários momentos ao longo da nossa conversa e desabafou: “*Eu tava procurando formas de me matar na cadeia.*” Além de danos físicos à saúde das pessoas presas, a prisão, sobretudo, causa danos psicológicos.

Sapatão (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro) que está presa na galeria C na Penitenciária Talavera Bruce, diz que “*A situação na prisão piorou com o governo e vai piorar com o Pacote Anticrime*<sup>10</sup>. *Os mente tão voltando pro Bangu 1.*”, se referindo aos grandes chefes do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, sendo ela braço direito de um deles, o Marreta, e enfatizando também sua preocupação com o futuro das pessoas presas depois do pacote anticrime, que altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais. Mais um instrumento para o recrudescimento penal em nosso país.

No momento em que Sapatão relatou sobre a volta dos grandes chefes do tráfico de drogas para o Rio, não havia nenhuma comprovação disso em jornais ou mesmo pelas ruas da cidade. Entretanto, no momento da escrita deste capítulo, ocorreu uma operação da Polícia Federal que prendeu a cúpula da Secretaria de Administração Penitenciária do RJ por suspeita de acordo com o Comando Vermelho<sup>11</sup>. As conversas, realizadas dentro do Presídio Federal de Catanduvas (PR), entre o então secretário da SEAP, Raphael Montenegro, e Marcinho VP, FB, Claudinho da Mineira, Arafat e Marreta, todos grandes “mentes” do CV, foram noticiadas e há grande repercussão no cenário político fluminense<sup>12</sup>. Dois principais objetivos desse acordo era o retorno deles para o Complexo Penitenciário de Gericinó em Bangu e também a entrada de pessoas e itens proibidos, como celulares, nos presídios.

Retomando à conversa com Sapatão, depois de me contar alguns assuntos relacionados ao tráfico, pedi para ela me contar como estavam as coisas por ali desde que nos vimos, em 2018, na mesma penitenciária:

---

<sup>10</sup> O Projeto de Lei 10.372/18, conhecido como Pacote Anticrime, que foi instituído na Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, introduz modificações na legislação penal e processual penal. Algumas das principais modificações são: o aumento do tempo máximo em que uma pessoa pode ficar presa cumprindo pena, que antes era 30 anos e agora é 40 anos; ampliação de crimes considerados hediondos e restrição da progressão de regime. Para mais informações sobre o Pacote Anticrime ver: BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acesso em: 20 de set. 2021.

<sup>11</sup> G1. **PF prende cúpula da Secretaria de Administração Penitenciária do RJ por suspeita de acordo com facção criminosa.** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/17/pf-seap.ghtml>>. Acesso em: 21 Ago. 2021.

<sup>12</sup> G1. **Justiça registrou conversas de secretário com a cúpula de facção: “Se tiverem só 100 fuzis, o lucro é maior.”** G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/17/conversas-secretario-seap.ghtml>>. Acesso em: 21 Ago. 2021.

Depois que você saiu em 2018 já mudaram 4 vezes a direção e tiveram 4 mortes no TB. A Carol tacou fogo no próprio corpo. Ela tava com algumas dívidas na galeria A, aí ela foi pro isolamento e falam que ela colocou fogo no colchão lá dentro pra poder chamar atenção, mas acabou pegando fogo nela! Mas o que ta pior hoje na cadeia é a alimentação. (Sapatão, 2020)

Valéria (48 anos, Saquarema – RJ), que está há um ano e sete meses em Bangu, como ela mesma disse, referindo-se aos presídios que compõem o Complexo Penitenciário de Gericinó, também chamou atenção para a alimentação na cadeia. Assim que pedi a ela para falar sobre sua vivência ali, ela respondeu: *“A comida é horrível! Às vezes vem estragada!”*

Luana (33 anos, Água Santa – Rio de Janeiro) também contou sobre a comida que recebia quando estava presa no Talavera Bruce: *“A comida ou vinha azeda ou fria ou com alguma coisa. Sempre tinha pedra no feijão. Sempre, sempre tinha pedra no feijão.”* Luana fala que ficou com infecção urinária por conta do suco que tomava: *“O suco que eles, eles dão o suco, o nome é até Sabor Bel, que até a sua urina fica escura, fica da cor da coca cola! Ele me prejudicou muito esse suco, eles dão quente pra gente!”* Intrigada com essa situação, pedi para Luana me contar um pouco mais sobre a rotina de alimentação na penitenciária:

O café da manhã vem oito e pouca depois do confere, que o confere vem sete e pouca da manhã, e oito e pouca vem o café. Aí a comida vem dez e pouca, quando não vem a comida, quando não tem comida, eles dão de novo o café pra gente poder segurar até a janta, quando eles tipo, não pagam a... o pessoal que traz a comida, entendeu. Às vezes tem isso que eles faltam pagamento pro pessoal que traz a comida, então o pessoal deixa de trazer então a única coisa que eles têm pra dar pra gente é o café. Então, o que que acontece, aí a gente fica com o café ali no estômago o dia todo até eles resolver a questão da comida, contratar outra empresa pra poder coisar a janta da gente ou o almoço. E teve mulheres que foram pra visita que viram os agente botando a quentinha no sol! (Luana, 2021)

Luana ainda denunciou que não há talheres disponíveis para elas comerem e o jeito que conseguiram arrumar para comer foi fazendo uma colher com a tampa da quentinha. Segundo ela há ainda a máfia da cantina, assim por ela denominada, que lucra com a situação precária das presas:

Lá tem a outra máfia que é a cantina. O que que acontece, essa cantina é 3 reais uma colher de plástico. E a menina que não tem visita, ela vai continuar a comendo na tampa da quentinha porque ela não tem os 3 reais pra dar. Uma colher de plástico que teria que ser fornecida pelo Estado, eles vendem. (Luana, 2021)

A cantina serve para as mulheres que têm dinheiro na cadeia seja via visita, custódia ou de outra forma. Os preços são muito abusivos. Luana conta que um hambúrguer lá é vinte reais e a Coca-Cola e também um maço de cigarros custam dezessete reais cada: *“é a única saída que elas têm, ainda mais com essa coisa de Covid que não tá tendo visita, então é a única coisa que elas vão comer diferente ali, que vai manter seu cigarro é a cantina!”*.

A cantina é importante também para o esquema de ajuda entre traficantes da mesma facção, mas que se encontram em presídios diferentes. Assim que Luana chegou na cadeia teve auxílio do tráfico por meio da liberação de duzentos reais de consumo na cantina:

Quando eu cheguei na cadeia, eles de dentro da cadeia, da própria cadeia, entraram em contato com a cantina pra mandar liberar as coisas pra mim dentro da cantina.. A mesma pessoa que trabalhava na cantina do Bangu 4, trabalhava no Talavera Bruce no qual eles pagavam lá e libera pra mim no Talavera. O que que acontece, então eles tinham contato através da pessoa da cantina no qual falava: não, fulano que liberou pra você pra você pegar tipo 200 reais de coisa na cantina pra você comer, entendeu? Aí eu pegava as coisas que eu precisava, sabonete. (Luana, 2021)

Para além das situações envolvendo alimentação e a questão da superlotação, Luana conta como foi o primeiro dia na prisão e depois a rotina com os conferes das agentes penitenciárias, que é a realização de vistorias nas celas:

Elas tiram cobertor, tiram lençol. Eu já dormi na maca sem colchão, sem nada. Quando eu cheguei no Bangu 8 eles não me deram nada, nada pra mim e pras meninas que tavam na minha cela. Eu dormi junto com uma menina no cimento, no concreto. Eu dormi abraçada com a menina por causa do frio, chovia tudo lá dentro, tava uma chuva insuportável, chovia tudo! A gente tava pegando chuva, um frio, e a gente ali sem um cobertor, sem um lençol, sem um nada! A gente tava sem nada ali naquela friagem! (Luana, 2021)

Mesmo nessa situação desumana, as mulheres ainda precisam manter o espaço da cela limpo, caso contrário há advertência:

A gente ainda tinha que deixar a cela limpa. A gente tinha que tirar a roupa, varrer o chão com a nossa roupa, entendeu, juntar o lixo e lavar a nossa roupa depois. E eles só dão uma roupa, então eles batem dois confere, então você tem que lavar a roupa, botar pra secar, ficar pelada! Pra depois, quando a roupa tiver seca você botar. Ou se vim confere antes, você bota a roupa molhada porque você tem que ta com a roupa no confere. Aí você tem que tá com a mão pra trás, cabeça baixa e falar o seu nome e virar de costa pra parede, entendeu, vira com a cara pra parede. É o submundo! (Luana, 2021)

### 3.2. A falta de assistência médica humanizada e o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos

As denúncias sobre a falta de assistência médica são inúmeras. Em meu primeiro campo no Talavera Bruce, Tiane (41 anos, Araruama – Rio de Janeiro) contou que perdeu seu bebê no presídio por falta de assistência médica e vive a base de medicamentos controlados, pois não consegue lidar e conviver com as pessoas. Valéria (48 anos, Saquarema – RJ), que é diabética, perdeu a visão do olho direito por falta de acompanhamento médico que sua doença exige.

Mariana (25 anos, Natal – Rio Grande do Norte) ressalta que não há nem Dipirona, um medicamento simples para dores, mas ao mesmo tempo ela chama atenção para o uso de sedativos na prisão: *“Ouvi falar que tão botando sedativo no suco, tão colocando remédio. Eu nem to tomando suco!”* Chama atenção o fato de a negligência médica existir ao mesmo tempo em que há forte presença de medicamentos. Mas não quaisquer medicamentos.

Na Penitenciária Talavera Bruce em 2018, conversei com Agata (33 anos, Catumbi – Rio de Janeiro) que perdeu alguns dentes por conta do uso excessivo de cigarro e por falta de cuidado odontológico, mas por outro lado fazia uso de medicamentos dados por um psiquiatra: *“Saio lesada”*. Ela tomava Clonazepam, Amytril e Diazepam. Em meu novo campo, Letícia (35 anos, Três Rios – Rio de Janeiro) também relatou que tomava Diazepam e Amytril: *“Todas as minhas cadeias eu ficava dopada. Em casa eu também tomava esses remédios”*. Todos esses medicamentos são psicotrópicos. Segundo o Ministério da Saúde:

As Medicações Psicotrópicas são aquelas que "agem no sistema nervoso central (SNC) produzindo alterações de comportamento, humor e cognição" (OMS), podendo ser agrupadas conforme seus princípios ativos. Entre esses grupos estão: ansiolíticos, antipsicóticos, antidepressivos, estabilizadores de humor, anticonvulsivantes, antiparkinsonianos e os antidemenciais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que essas substâncias têm grande propriedade reforçadora, podendo causar dependência química. (BRASIL, 2019, p. 7)

Luana (33 anos, Água Santa – Rio de Janeiro) traz uma perspectiva um pouco diferente das demais. Como ex-presidiária, ela claramente se sentiu mais a vontade em nossa conversa para contar sobre tudo o que viu e ouviu nas prisões. Questionei-a sobre a denúncia de que há mulheres dopadas na prisão e Luana trouxe uma novidade:

O que que acontece, essa médica não dá os remédios pra dopar. O que que ela faz, por exemplo, eu chego lá, eu conto que eu to depressiva,



as meninas usam essa tática, contam que eu to depressiva, que eu quero me matar, que eu tenho pensamento de suicídio. O que que a médica faz? Encaminha pro psiquiatra, que é o psiquiatra do hospital de maluco da penitenciária. Aí as meninas vão passar por ele lá, o carro do SOE vai vim buscar aí elas vão pra ele lá. Aí ele dá os remédios pra dopar, no qual as meninas vendem. Vende a 5 reais cada comprimido de Clonazepam. (Luana, 2021)

Para mais detalhes quanto ao envio de mulheres condenadas que apresentam problemas de saúde mental para espaços como o Hospital Psiquiátrico Penal Roberto Medeiros, citado por Luana, há o estudo pioneiro de Soares e Ilgenfritz (2002) nos presídios, no manicômio judiciário e na penitenciária Talavera Bruce que revela e denuncia a falta de assistência médica e aborda a questão do envio de mulheres presas aos manicômios judiciários que venham a apresentar distúrbios mentais.

Em meu campo, a ida de mulheres ao Hospital Psiquiátrico ocorre para além do interesse em consumo de medicamentos controlados. Luana conta que as mulheres: *“falam que vai se matar, fala um monte de coisa pra poder ir pra lá, pra poder comer bem, porque os louco lá dá cigarro, eles fazem tudo. Lá eles podem tudo.”* A vida no manicômio judiciário, segundo ela, é boa principalmente por ter comida a toda hora: *“você tem café com leite quentinho toda hora, pão com manteiga, lá é comida muito saudável, comida muito boa então elas preferem ficar até na ala de maluco do que na área de grávida!”*. Há mulheres que preferem, segundo Luana, enfrentar o manicômio judicial a permanecer na ala das grávidas, na Penitenciária Talavera Bruce. Haverá mais a frente um bloco somente a respeito da situação de mulheres grávidas na penitenciária para tentar dar conta desse universo particular.

Vale retomar aqui o ponto do atendimento médico e a venda de medicamentos. Luana afirma que havendo a possibilidade de ir ao psiquiatra ou à UPA, todas pegarão os remédios:

Quem tá precisando vai comprar de mim, entendeu? E as meninas usam isso, que ta com dor aqui, dor ali... Faz aquele drama pra poder ir pro UPA de Bangu. Lá elas conseguem remédio. Elas trazem pras meninas que não foram selecionadas pra poder ir. (Luana, 2021)

Ou seja, não somente os medicamentos controlados fazem parte desse esquema, mas também os remédios mais básicos para dor como a Dipirona, por exemplo. Luana conta o caso de uma mulher que tinha problemas cardíacos, mas nunca recebia atendimento médico:

Eles não mandavam ela pro UPA, não mandava de forma nenhuma! A mulher chorava, gritava de dor! Ela era em pânico com a dor. Eles não mandava! Ela ficava debruçada assim na grade chorando, gritando! E

eles tavam nem aí pra ela! Foi na época da diretora X, que era diretora do Talavera Bruce. (Luana, 2021)

O nome dessa ex diretora da Penitenciária Talavera Bruce não será exposto pelos mesmos motivos que não exponho os nomes verdadeiros das mulheres que conversei. Ao longo desse capítulo a diretora X aparecerá algumas vezes nas denúncias feitas pelas minhas interlocutoras. Esse assunto será abordado em um ponto específico mais a frente. Por agora, cabe salientar que há também a situação em que as mulheres fingem estarem passando mal com outros intuitos, como o de comerem melhor, além do intuito de conseguirem remédios, como citado anteriormente:

As meninas tocava a campainha e falava que tava passando mal. Aí eles vinham depois de muito tempo pra poder buscar, sendo que elas não tava passando mal, elas queria ir pro UPA porque lá a alimentação é melhor, entendeu, elas tinham um outro tratamento no UPA e fora que elas falavam com outros presos, homens. Então a vantagem delas ir pro UPA era essa. E também tinha até maqueiro, enfermeiro, essas coisas, que dava até dinheiro pra elas que ela escondia no cabelo. (Luana, 2021)

Em síntese, vê-se que há precariedade no atendimento médico/hospitalar e também descaso por parte dos agentes penitenciários em prestar auxílio quando necessário. Desse jeito, os relatos que colhi indicam abandono e ausência de atenção à saúde das mulheres presas. As que conseguem atendimento médico o conseguem de forma limitada apenas a medicamentos, não havendo uma assistência médica humanizada que priorize o contato médico-paciente. Além disso, normalmente os medicamentos que elas têm acesso ou são simples, como a Dipirona, ou medicamentos controlados como Clonazepam, Amytril e Diazepam que podem trazer alto risco se não utilizados da forma correta. Essas mesmas mulheres que conseguem os medicamentos os vendem quando retornam à penitenciária para aquelas que necessitam de cuidados médicos e também aproveitam a situação para se comunicarem com outros presos, para comerem melhor, conseguirem dinheiro, etc. Esse movimento entra na lógica na qual a prisão funciona: o sistema de trocas.

### **3.3. O sistema de trocas: um meio de sobreviver na prisão**

Mariana (25 anos, Natal – Rio Grande do Norte) não recebe visitas por ser de outro estado. Em função disso, ela faz depilação na linha e também maquiagem em outras mulheres em troca, principalmente, de produtos de higiene pessoal e outras coisas básicas para sobrevivência na prisão. Valéria (48 anos, Saquarema – RJ) que

recebia visitas de uma amiga, mas há três meses não recebe mais, vende cigarro a varejo na cadeia para conseguir sobreviver. Além disso, faz faxina por três reais e lava roupa por dez reais. As mulheres que não tem visita e nenhum tipo de ajuda de custo sobrevivem também por meio da venda de remédios, como dito no bloco anterior:

Quando elas vão pro UPA da penitenciária elas conseguem amoxicilina, essas coisas, aí elas vendem lá dentro pra outras que precisam, é 15 reais a cartela então elas sobrevivem assim, vendendo remédio lá dentro porque não tem visita não tem nada. Elas arrumaram um meio de sobreviver assim. (Luana, 2021)

Além de ser uma forma de sobrevivência vender um remédio na prisão e assim usar o dinheiro para algum produto de necessidade básica ou um alimento, comprar um remédio é também a única forma de sobreviver para outras mulheres. Luana relatou que só conseguiu tratar sua infecção urinária depois de ter conseguido comprar um anti-inflamatório “*na mão das meninas*” por dez reais.

Isso é o que a própria Sapatão definiu como sistema de trocas. É assim que a cadeia funciona. Entretanto, diferente do relatado pelas mulheres presas na Penitenciária Talavera Bruce, Valéria afirma que no Instituto Penal Santo Expedito nunca teve cantina: “*Eu arrumei quatro filhas<sup>13</sup> e elas que me ajudam na cadeia. Tem gente que não ajuda porque não quer!*”. A troca e, portanto, a sobrevivência fica mais restrita sem a cantina.

Para receber algum tipo de ajuda sem ser por meio de troca de serviço ou produto é necessário construir um vínculo de amizade muito forte, o que é extremamente raro, segundo minhas interlocutoras.

Luana nos ajuda a esclarecer que o sistema de trocas não tem nada a ver com solidariedade ou companheirismo entre as mulheres presas. É uma forma racional e, nas palavras dela, individualista, de sobrevivência:

Você vale o que você tem. Se você não tiver uma visita você não tem nada. Elas não dividem nada, elas... nem um sabonete elas te emprestam ou te dão, entendeu. Elas são muito individualistas. Lá você tem o que é seu é seu. Se você não tem, você não tem. (Luana, 2021)

### **3.4. Convívio com Agentes Penitenciárias**

Ao perguntar às minhas interlocutoras do Instituto Penal Santo Expedito sobre como era o convívio com as agentes penitenciárias ou inspetoras, um nome aparecia

---

<sup>13</sup> Filha é uma categoria nativa que simboliza a relação mais íntima e de maior cuidado entre mulheres dentro da cadeia, geralmente a mais velha ou experiente é quem possui filhas na prisão.

com frequência. “*Dona Y é a mais carrasca! Não quer devolver o balde e nem o ventilador da ala!*”, disse Valéria. Leticia reforça dizendo que “*o que puder fazer pra atrapalhar ela faz!*”.

Em meu primeiro dia de campo no Instituto, enquanto esperava na sala que encontrava e conversava com as minhas interlocutoras, duas mulheres presas, Luciana e Vilma, que trabalhavam ali na prisão entraram para pegar papel higiênico e outros produtos. Nesse momento ouvimos muitas mulheres falando alto e ao mesmo tempo lá fora e muitos gritos de “PARA!” e a resposta em tom imperativo: “MÃO PRA TRÁS! FILA!”. As duas me olharam assustadas e já me avisaram sobre quem era a inspetora que estava gritando, me informando o nome que depois ouviria nas entrevistas. Mas não foi o meu primeiro contato com a Inspetora Y. Assim que cheguei ao Instituto, esperei no corredor a inspetora que seria responsável por dialogar comigo aparecer. Ela finalmente apareceu, ao lado de outra inspetora. “Quem é essa daí?” – disse, me olhando de cima a baixo, a outra inspetora, Dona Y, a mais carrasca de todas.

Já na Penitenciária Talavera Bruce há o nome de uma ex-diretora que é a mais falada e temida. Sapatão conta sobre a morte, por infarto, de uma mulher presa no final da gestão dessa diretora. Essa mulher que faleceu ficava no Pombal, que é um lugar assim nomeado pelas presas por ter apenas uma janela.

Fato é que apesar de aparecerem nomes de inspetoras mais carrascas, elas não se enquadram numa exceção. A regra é o convívio entre presas e agentes ser distante e possuir clara dominação de poder. O que ocorre é que essas se destacam por serem piores do que a maioria.

Em nossa conversa, Luana diz que maus tratos da parte dos agentes penitenciários, tanto homens quanto mulheres, é habitual: “*eles xingam, chamam todo mundo de cracuda, de bandida, eles xingam as garota toda. É um absurdo! Eu vivi o sistema penitenciário, eu vi o quão absurdo era!*”. Esses maus tratos passam pela agressão verbal e moral<sup>14</sup> no momento em que há a rotulação de todas as mulheres ali presentes no sistema prisional como bandidas e criminosas. Sobre isso, é importante perpassar pela discussão realizada por Michel Misse (2010) que traz a compreensão de

---

<sup>14</sup> No contexto do debate sobre a relação entre direitos, insulto e cidadania, OLIVEIRA (2008) sugere que toda violência contém um componente moral, portanto, para o autor a violência simbólico-moral teria sua objetividade mais bem fundamentada do que a violência associada a agressão física. Além disso, chama a atenção para as dificuldades das instituições judiciárias ou associadas em lidar com o insulto e também com o significado social da agressão moral.

que os presídios e as penitenciárias são espaços fechados da sujeição criminal, conceito definido pelo autor como um processo de incriminação de sujeitos:

Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto. (MISSE, 2010, p.21)

Como visto, há um forte processo de rotulação das mulheres como bandidas e como sujeitos irrecuperáveis nas prisões. Diariamente essas mulheres têm seus corpos violados de amplas maneiras e as agentes penitenciárias são agentes ativos nesse processo de estigmatização:

O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Assim, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio. (MISSE, 2010, p.23)

Podemos ver a estigmatização na prática por meio deste trecho da fala de Luana:

Elas olham pra sua cara já com a cara de que você é criminosa, você tá ali, mesmo que você não tenha audiência, que você fale que você é inocente, mas ali você é criminosa. Tanto que uma amiga minha apanhou e ela falou: “você tá aqui porque você é criminosa! Você fez alguma coisa pra tá aqui ou você roubou um trabalhador igual a gente ou você fez algo mais grave! Você tá aqui porque você é criminosa!” entendeu, sem ao menos saber se a pessoa é inocente ou não. E bateu, levou pro castigo, aquilo ali me traumatizou e ela falou que ia arrancar os aparelho da garota todinha, porque a garota tinha aparelho no dente, ia arrancar tudo, é horrível! (Luana, 2021)

Um aspecto ressaltado na fala de Luana é a frase tão comum nos espaços institucionais punitivos: “Você fez alguma coisa pra tá aqui”. Kant de Lima (1997, 2004) apresenta a discussão sobre a tradição inquisitorial brasileira presente no processo penal e direito penal brasileiro indicando como uma das características dessa forma inquisitorial os processos de acusação mesmo sem provas, a ideia de que todos são considerados culpados até se prove o contrário, muito diferente do direito acusatório da nossa Constituição Federal que prega o princípio da presunção da inocência no Art. 5º.

A violação de direitos fundamentais se faz uma constante nas prisões.<sup>15</sup> A prática de tortura é um princípio da prisão. Luana conta mais um episódio de tortura e maus tratos ocorrido com uma amiga dela no Bangu 8, quando as mulheres ainda ficavam nesse presídio:

A gente ainda tava na triagem lá embaixo antes de subir pro convívio e entraram umas agentes e deram muito na cara da minha amiga. A gente ainda tava na triagem, o que que aconteceu, e jogou a minha amiga no castigo. Ela ficou dois dias no castigo. Esse castigo do Bangu 8 era uma cela onde tinha rato, tinha montão de coisa, porque tinha muita comida que as presa comia aí deixava pra lá e jogava. (Luana, 2021)

Há outra história que também ocorreu no Bangu 8 envolvendo um agente penitenciário homem, o único homem que ficava no plantão. Segundo Luana, ele batia nas meninas e as demais agentes penitenciárias também as espancavam, mas:

Ele ressaltava bem claro “eu vou escolher a mais bonita pra falar comigo!” e teve relatos de estupro dele lá dentro, no qual as meninas nunca falaram nada! Ele estuprava as meninas, ele escolhia uma da cela que, por exemplo, tava fazendo barulho, alguma coisa, as agente penitenciária jogava tudo pra fora, deixava as menina dormindo num concreto duro, tirava tudo das menina, não deixava as meninas com nada! E ele escolhia uma pra poder descer com ele. (Luana, 2021)

Além das situações gravíssimas descritas até aqui, não podemos deixar de falar sobre como a privação de materiais básicos de higiene e uso pessoal, além dos pertences pessoais, são fontes de sofrimento para as mulheres em privação de liberdade. Luana enfatiza essa situação que ocorre com frequência no baque, que é uma fiscalização das celas realizada pelas agentes:

Eles quando entram dentro da cela, eles bagunçam a cela toda, eles zoneiam a cela todinha e tiram tudo que você tem. Tiram lençol, tiram colchão, tira tudo, entendeu? No qual você fica sem nada. Você fica sem a roupa de tomar banho, que é toalha, essas coisa, eles tiram escova de dente alegando que você pode fazer uma arma e matar alguém. Eles tiram tudo! Sutiã, se eles vê que tem algum ferrinho, alguma coisa, eles levam, nem ao menos tiram o ferro e deixa você com o sutiã, não, eles levam. Eles deixam você praticamente sem nada aí quando vem a custódia, você tem que conquistar tudo de volta. Toda vez fazem o baque, eles levam até bíblia, levam tudo, foto que a sua família mandou, levam tudo. (Luana, 2021)

A falta de água aparece também como ferramenta de tortura praticada por agentes. Segundo Luana, se os agentes encontrarem alguma coisa proibida durante o

---

<sup>15</sup> Vale a pena ver as Regras de Mandela (CNJ, 2016) criadas pela ONU, que define regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de todas as pessoas reclusas como também as Regras de Bangkok (Brasil, 2016), regras das Nações Unidas para o tratamento especificamente de mulheres presas.

baque nas celas, eles desligam a água por um dia ou mais. Familiares relataram a morte de três mulheres presas na Penitenciária Talavera Bruce em 2018 por falta de água.<sup>16</sup> Esse episódio foi comentado por Luana, que contou como elas faziam para pedirem socorro nessa situação corriqueira:

Quando tinha visita pra pegar o ônibus, o pessoal da visita ia pegar o ônibus, a gente botava as garrafa pra fora das grade, porque dá pra ver onde pega o ônibus, mas só que tem um telão, então a gente botava a mão pra fora com as garrafa pra sinalizar que a gente tava sem a água. Aí o pessoal da visita de outros presídios que batia lá no portão pra falar pra ligar a água, que ia chamar os Direitos Humanos. Aí eles iam e ligavam. A gente pedia socorro assim. (Luana, 2021)

Entretanto, na Penitenciária Talavera Bruce não havia como pedir socorro por conta do distanciamento dela em relação a rua e aos demais presídios do Complexo Penitenciário de Gericinó. Logo, casos como o citado acima são mais fáceis de ocorrer na Penitenciária.

Pode-se ver que o castigo e tortura sofridos na prisão ocorrem por meios como isolamento total, privação de alimentos e produtos básicos para a sobrevivência, violência física e também violência sexual. Entretanto, isso não ocorre com quem recebe visita constante de advogados, como era o caso de Luana. Ela afirma que, diferente das amigas, nunca sofreu agressão porque *“eles vê que você tem advogado toda semana, que vai te visitar na casa, então eles te poupam de muita coisa porque tem medo de você contar pro seu advogado.”* Além disso, quando há presença da Defensoria Pública no local, o tratamento das agentes muda e elas passam a “enfeitar o pavão”, como dito por Luana.

### **3.5. Dona Olívia: a experiência de uma estrangeira na prisão carioca**

Dona Olívia (68 anos, Barcelona – Espanha) foi sentenciada a seis anos e nove meses de prisão. Foi presa pela Polícia Federal quando já estava no avião, no aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, com destino a Roma. Assim que nos conhecemos, foi um pouco difícil de compreender exatamente o que ela falava por conta da minha falta de domínio da língua espanhola, mas logo pegamos o ritmo de fala pausada e gesticulada, tanto minha quanto dela, que nos fez entender quase tudo que foi dito. Então, Dona Olívia contou que a qualquer momento poderia voltar para a Espanha: *“Lá eu posso*

---

<sup>16</sup> R7.COM. **Famílias relatam mortes de três detentas em presídio no Rio.** R7.com. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/familias-relatam-mortes-de-tres-detentas-em-presidio-no-rio-20112018>>. Acesso em: 20 Aug. 2021.

*falar ao telefone com a família, tenho visita. A cadeia dá tudo, tem até salão de beleza!”.*

Dona Olívia, que é idosa e por isso já necessita de alguns medicamentos, recebe ajuda do Consulado Geral da Espanha:

O Consulado vem a cada 3 meses entregar um dinheiro. A minha filha vai ao médico em Barcelona pegar a receita pra mim aí encaminha pro Consulado. Eles fazem tudo! É muito bom, muito competente. O Consulado entrega cartas também, traz livros espanhóis e também em português! Agora to lendo um em espanhol! (Olívia, 2020)

Amante dos livros, Dona Olívia e eu passamos um tempo conversando sobre esse universo e também sobre política e família. Ela, que viveu a ditadura de Franco de 1965 a 1970, é mãe solo, mas disse que seus pais sempre a ajudaram na criação de seus filhos. Tem dois filhos, uma mulher de 42 anos e um homem de 44 anos, e dois netos, um de 15 e outro de 11 anos: *“Minha filha tem muito caráter, mas meu filho é influenciável. Hoje ele não tem mais dívida. De certa forma foi bom ficar longe de mim porque ele amadureceu.”* As dívidas do filho foi um grande fator para Dona Olívia entrar no mercado internacional de transporte de drogas.

Ao entrarmos no assunto da vivência e convivência com as pessoas na cadeia, Dona Olívia já falou sobre a cantina: *“Não tem cantina pras estrangeiras. Eu não to comendo, eu não durmo! A cadeia ta muito ruim! O dia se arrasta, não há atividade aqui. Nos 8 meses que fiquei no Bangu 8 eu estudei.”* A situação da convivência com as demais presas, não estrangeiras, incomoda demais Dona Olívia:

Na cadeia ninguém confia verdadeiramente em ninguém. Tem lá os laços que se criam, mas tudo é na base da desconfiança. Lógico que tem as regras de convivência, mas tem gente que só cumpre isso e tá bom. Eu tava passando fome e ninguém ajuda... só uma menina. Mas elas me respeitam pela idade. Lá na galeria A são 81 mulheres e todo mundo tem cama. O banheiro fica na cela e elas colocaram cortina, mas eu não sinto vergonha porque tenho outra cultura. Lá [Barcelona] eu vou à praia sem a parte de cima. (Olívia, 2020)

Além disso, Dona Olívia reclama do atendimento médico e diz que desenvolveu um quadro de depressão e ansiedade: *“Eu também fraturei a clavícula. Fui a UPA, mas a gente não pode nem chegar perto do médico assim como eu to perto de você. Quero voltar pra Barcelona!”* No final de nossa conversa, ela me deu o número de celular do seu filho para, quando eu conseguir visitar Barcelona, encontrá-la. Dona Olívia disse que a próxima vez que eu a visse seria lá e não ali na prisão.



A respeito do ser estrangeira na prisão, do atendimento atencioso que Dona Olívia recebe do Consulado em discrepância ao tratamento que recebe das demais presas, cabe recorrer à Bruna Bumachar (2016) que em sua tese sobre a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo analisa o modo como as mulheres estrangeiras se fazem estrangeiras na relação com outros agentes intra, entre e extramuros. Nela, a autora faz uma importante reflexão sobre as relações entre a prisão e o seu exterior, suspeitando de noções como as que estrangeiras passam por um “maior isolamento prisional” e a noção da “tripla condenação/penalização” delas. Observando o papel ativo das estrangeiras, a partir da sua etnografia, ela explora como as estrangeiras se relacionam com seus familiares e também suas táticas, técnicas e estratégias de gestão da prisão. Nos relatos de Dona Olívia pode-se ver que o contato frequente com o Consulado é uma dessas táticas e estratégias de gestão da prisão, que a faz garantir dinheiro, receitas médicas, atendimento jurídico e outras coisas que o restante das presas comuns não possui. Por outro lado, Dona Olívia demonstra um maior isolamento prisional por conta da diferença cultural, mas ao mesmo tempo afirma que é respeitada por todas, não por ser estrangeira, mas por conta de sua idade. Histórias que, assim como todas, são marcadas por oposições nos fazendo repensar antigas noções.

### **3.6. Luana: estar grávida na penitenciária e a vida como egressa**

Luana é uma mulher de trinta e três anos que tem oito filhos. Uma de suas oito gestações foi na prisão. Em 2017 ela foi para a POLINTER e depois foi transferida para Benfica. Sua advogada pediu a transferência o mais rápido possível para a Penitenciária Talavera Bruce, mas antes ela ficou dois dias no Bangu 8. Lá, fez exames de sangue para comprovar sua gravidez. Luana conta como foi transferida para Bangu no carro do Serviço de Operações Especiais (SOE)/Grupamento de Escolta Penitenciária da SEAP/RJ:

Fui na parte do meio, porque tem três divisão o caminhão do SOE. As mulheres na parte do meio e os homens na lateral. O que que acontece, eles não ligam o ventilador, não ligam nada! A gente foi de Benfica pra Bangu no calor! Eu passei mal, eu quase desmaiei lá dentro porque eles não ligam nada. Aí cheguei em Bangu aí a grávida passa pelo scanner, coisa que não pode passar, aí eu cheguei passando mal, a agente penitenciária não deixou eu sentar, mandou eu continuar em pé, eu já suando frio, eu quase desmaiando, aí depois ela me revistou, passei pelo scanner, fiz tudo, sentei no banco, aí fui pra cela. Aí depois de 2 dias me jogaram pro Talavera Bruce, aonde ta as grávidas, entendeu. Depois que tem o neném vai pra UMI, no qual fica 6 meses lá até a entrega da criança. (Luana, 2021)

Desde seu início no sistema prisional, Luana viveu momentos de violação de direitos, como o descrito acima. Pedi-la para contar um pouco sobre a sua experiência como mulher grávida na Penitenciária Talavera Bruce:

Horrível! Submundo! É um submundo. No Talavera Bruce têm umas agentes até que são legais, entendeu, e elas são bacanas, mas têm umas que vieram de Magé que foram trabalhar no Talavera Bruce, elas deixavam a gente no sol o dia todo, tando grávida. Deixavam a gente no sol e esqueciam a gente lá, só tiravam no final da tarde. A comida ou vinha azeda ou fria ou com alguma coisa. Sempre tinha pedra no feijão. Sempre, sempre tinha pedra no feijão. O que que acontece, elas trancavam a gente... é, tem um corredor, o corredor a gente tem que ter acesso porque a gente ta grávida, pra poder caminhar, pra não ficar só na cela, elas trancavam a gente na cela pra não ter acesso ao corredor. Então a gente ficava só na cela, elas só abriam a cela quando alguém ia na casa. (Luana, 2021)

Contei a ela que de fato todas as vezes em que fui a campo na Penitenciária em 2018, via as mulheres nesse corredor, que ficava muito próximo a sala da Defensoria Pública, onde eu conversava com as minhas interlocutoras. A presença de agentes externos à rotina na cadeia ou a ausência dos mesmos molda o tratamento dado às pessoas presas.

Segundo Luana, há duas alas destinadas a mulheres grávidas, a cela A e a cela C. Ela ficava na cela A com mais vinte e oito mulheres. A cela, descrita por ela, era grande, com muitas camas beliches e comarcas. Havia um banheiro e um bebedouro para todas as mulheres da cela A. Em relação a seu relacionamento com as colegas de cela, Luana afirma que:

Eu sempre ficava no meu canto, entendeu, eu me apeguei mais na igreja lá dentro do Talavera Bruce. Então todo culto eu ia, eu me apeguei mais a igreja, elas me davam bíblia, me davam livro pra mim poder ler então aquilo ali me desfocava de todas elas. As grávidas caía no pau entre elas mesmo. (Luana, 2021).

Toda terça e quinta-feira Luana ia ao culto da Assembléia de Deus. Na Penitenciária, ela não podia estudar e trabalhar porque, de acordo com a direção, mulheres grávidas não podem. Para ela, que também passou pelo sistema prisional sem estar grávida, é muito pior para quem está grávida vivenciar a prisão do que quem não está:

É pior porque você não tem uma estrutura. Teve uma amiga, ela perdeu o bebe dentro da cela porque ela não teve, o SOE demorou dois dias pra buscar ela. Eu tava com ela! ! E ela também é especial, entendeu, tinha probleminha de cabeça. Então ela ficou lá, que pena

que dava da menina, a menina gritava! E ela por ter probleminha então piorou mais ainda porque ficou mais nervosa ainda. E todo mundo gritando pras agente pra poder levar a menina pro hospital, pra poder fazer alguma coisa e tipo ninguém ouve, entendeu, ninguém ouve. Tem a secretaria ali perto da gente, o que que elas fazem, ela vão lá pra fora e fica conversando com outros agentes que vai la, entendeu. E quando o SOE vem, elas ficam maior tempão com o pessoal do SOE além de atender os outros. (Luana, 2021).

Além da negligência dos agentes penitenciários internos e dos agentes do SOE, Luana chama atenção para a questão psicológica das mulheres que convivia na prisão, que era muito afetada não somente pelas condições materiais da prisão como a falta de comida e água ou o fato de uma mulher receber alvará de soltura e a outra não, mas também por divergências e intrigas entre as próprias presas:

Tinha umas que era revoltada, tinha umas que só chorava, entendeu, e ficava em pânico, é... Por exemplo, um alvará meu cantou, a outra que ta lá presa se questionava o porquê que ela saiu e eu não. Então começava a loucura, começava a dar de louca lá dentro, aí começava a gritar, começava a fazer escândalo porque uma saiu e ela não. Então elas se questionavam muito, porque ela tava grávida também e ela também tava na mesma situação porque que eu saí e ela não. Aí começava a tratar todo mundo mal e aí começava briga, gerava a briga todinha na cela porque pelo fato dela ficar com essa pressão, o psicológico dela mesmo, ela descontava nas outras detentas, então aí começava a pancadaria. As brigas também era por causa de UPA ou porque tinha outras internas de outros pavilhão lá dentro do UPA, então uma sempre falava mal da cela, falava montão de coisa no qual a outra amiguinha quando ia pro UPA batia de frente com a pessoa que escutou quem falou mal e falava pra ela e começava a fofocada. Ali é uma fofocada só! (Luana, 2021).

Luana também diz viver a injustiça de ser presa sem ter cometido um crime. Em sua última prisão no ano de 2019, ela não sabia o motivo da prisão. Segundo ela, pegaram uma anotação em uma boca de fumo com o seu nome e associaram a ela, sendo que Luana nunca havia ido à comunidade em que alegaram que ela era gerente geral.

Isso marcou muito pra mim, porque eu nunca tinha pisado lá, não tinha feito, então, eu tinha consciência total que eu não tinha feito aquilo ali. Eu fui presa da segunda vez inocente mesmo, entendeu. O delegado falou pro juiz “tão querendo ferrar essa menina de qualquer jeito”. Nenhum policial participou da minha investigação, nenhum policial sabia de mim nem do meu nome. Então, o que que aconteceu, aí eu fui absolvida e foi quando eu falei “Eu nunca mais sento ali como réu! Eu vou sentar ali de cabeça erguida. Eu nunca mais vou passar por isso!” (Luana, 2021)

Nessa última audiência, Luana conseguiu provar sua inocência sozinha, sem ajuda de seu advogado, sendo absolvida e conseguindo um alvará para estudar.

O juiz falou “você quer falar com o seu advogado?” eu falei “não! Eu não tenho nada pra falar com ele, meu assunto é com a Vossa Excelência.” Aí eu comecei a contar tudo! A mesma história que eu contei pra você eu contei pro juiz. Aí foi quando a promotora que me absolveu, o MP me absolveu. Botou que viu verdade em mim, cristalina. Porque eu contei tudo como se eu tivesse conversando com você. Eu contei tudo ai ele me deu alvará pra mim poder estudar, aí ele me deu alvará, quando eu fio o ENCCEJA e terminei o meu segundo grau. Aí depois eu fui pra faculdade. (Luana, 2021)

Assim, Luana corajosamente começou a trilhar uma nova história em sua vida como estudante do curso de Direito e auxiliando dezenas de mulheres em grupos de Facebook e WhatsApp. Sobre a escolha do curso de Direito, Luana conta que sua motivação foi ver que haviam muitas pessoas sendo injustiçadas como ela foi:

Eu podia ajudar essas pessoas, entendeu. E o meu sonho é trabalhar com a defensoria, porque a defensoria fecha os olhos pras pessoas, ela trabalha no processo, mas não ouve ninguém. Eu queria ir pra Defensoria mais pra fazer diferente. Pra ouvir as pessoas, entendeu. Pra ser a voz das pessoas, pra dar atenção as famílias, pra poder ouvir as famílias, entendeu. Eu entrei mais pro direito pra ver o meu direito também, pra nunca mais sentar lá humilhada e pra poder ajudar o próximo. E eu me apaixonei pelos direitos humanos! O meu professor me trouxe os direitos humanos como ninguém! Eu to apaixonada pelo trabalho do Direitos Humanos. Mas quando os direitos humanos vai ao sistema carcerário hoje, ele não ouve as pessoas. Eles não fazem nada em prol do réu. (Luana, 2021)

Ela iniciou o curso com o desejo de fazer a diferença na vida das pessoas que vivem de alguma forma o sistema prisional e de fato vem fazendo isso. Logo que voltou para sua casa, ela começou a procurar páginas no Facebook de mulheres que também passaram pelo sistema prisional ou que eram mulheres de homens presos. Em um dos grupos que encontrou, uma mulher publicou um processo no qual Luana compreendia. Então ela explicou toda a situação do processo e essa mulher, que era dona de um grupo no WhatsApp, perguntou se Luana gostaria de participar do grupo para poder ajudar outras mulheres. Luana já está há um ano como moderadora do grupo do Facebook e administradora do grupo do WhatsApp.

Eu contei a minha história, até porque tem meninas que passaram também pela penitenciária e acham que não podem ser ninguém, entendeu, aí quando eu levo a minha história, elas podem ser sim! É quando eu dou aquela força, entendeu? Tanto moral, tanto... uma força física também pra ela reanimar! Eu conto minha história, conto tudo, minha trajetória, o que que eu passei na minha vida, eu conto a minha vida toda, então se torna uma aprendizagem pra elas também que elas

podem da mesma forma que eu consegui, elas também conseguem!  
(Luana, 2021)

Importante destacar que a maioria das pessoas nesses grupos são mulheres companheiras de homens presos. No grupo do WhatsApp, só mulheres são aceitas, mas nos grupos do Facebook homens podem entrar. Inclusive pessoas presas estão presentes.

Além disso, hoje Luana cursa o terceiro período de Direito e já tem sociedade com o seu professor de Direito penal, ganhando trinta por cento em cada processo.

Se tem alguma menina precisando de advogado eu indico e ganh os 30% pela indicação do meu advogado. Aí eu ganho assim como é pago o advogado, é pago... Por exemplo, pagou o advogado pra entrar na causa, o advogado já foi pago, ele já me dá meus 30% porque o cliente já assinou a procuração, os 30% já é meu. (Luana, 2021)

Hoje Luana cuida de seus filhos, ajuda sua mãe em casa, estuda, trabalha e ainda auxilia mulheres nas redes sociais. Uma história de superação de uma mulher que “*poderia ser a mais revoltada do mundo*”, mas conseguiu seguir um novo rumo e não mais sentará em uma cadeira como réu, mas sim como advogada ou defensora pública.

### **3.8 As prisões em tempos de pandemia**

Como ainda estamos vivendo os desdobramentos da pandemia de Covid-19, cabe uma reflexão acerca dos efeitos da pandemia no sistema prisional. Par isso é de extrema relevância mencionar o engajamento de pesquisadores das Ciências Sociais no acompanhamento e produção de escritos sobre a pandemia nas prisões do país.

Fabio Candotti (2020) descreveu e analisou as primeiras ações, de março a julho de 2020, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas (SEAP). Em conflito com a realidade demonstrada pela SEAP, o autor cita relatórios, cartas e também vídeos de pessoas presas que denunciam as condições de saúde nas prisões. Em semelhança aos massacres ocorridos no sistema carcerário amazonense, com mais de cento e vinte homens mortos, o autor define a gestão da pandemia nas prisões como outro tipo de massacre, só que lento, silencioso e progressivo.

Caminhando na mesma direção de compreensão da morte por doenças nas prisões como um massacre, Mallart et al. (2020) abordam a situação da covid-19 nas prisões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Recordam como o problema da tuberculose nas prisões é recorrente muito por conta do ambiente úmido e sujo, a falta de água potável e comida de qualidade e a superlotação. Logo, não seria diferente com a covid-19. Sabendo dessa dinâmica de funcionamento das prisões, os autores abordam como a

resolução conjunta nº 746 entre a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e a SEAP, no Rio de Janeiro, que indica ações de prevenção e controle da Covid-19 como, por exemplo, a higienização constante das mãos e manutenção de ambientes ventilados, é absurda e inútil. Além disso, em março de 2020 foram suspensas, por meio da resolução nº10 entre a SEAP e a Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL), as autópsias em corpos de presos vítimas de “morte natural”.

Nesse contexto, familiares de presos e presas alegam que há mortos sendo sepultados sem que se saiba a causa do óbito. É esse o caso de Ygor Nogueira do Nascimento, 22 anos, que faleceu na Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha (complexo prisional de Gericinó). Além da demora de três dias para a liberação do corpo – tendo morrido poucos dias antes de tal resolução, o caso parece ser emblemático da mudança no fluxo dos mortos –, na certidão de óbito do jovem consta a informação de que a causa da morte é *indeterminada*. (MALLART ET AL., 2020, p.3)

Para uma reflexão acerca das imagens das covas abertas, das valas comuns, das retroescavadeiras e dos mortos enterrados aos montes durante a pandemia, cabe recorrer a Araújo; Medeiros; Mallart (2020). Segundo os autores, as imagens das valas comuns trazem a materialidade da morte e a invisibilidade dos mortos.

A Covid-19 tornou-se o ponto de captura dos corpos pobres, majoritariamente negros, além de um nó cego que obscurece a realidade, unificando distintas camadas de precariedade em uma mesma zona de indeterminação. O contexto atual parece instaurar uma nova linha de força nos modos de gestão da pobreza, reenquadrando-os em formas de representabilidade que naturalizam as ausências e normalizam as mortes. Em nome do combate ao coronavírus, milhares de corpos são enterrados em valas comuns; portarias, decretos, normativas e leis são emitidos em caráter de urgência, tendo como objetivo autorizar e acelerar o manejo e descarte dos cadáveres, sob a justificativa do perigo da contaminação e propagação do vírus. Nesse cenário, a vala comum é o destino dos corpos das pessoas cujas vidas são consideradas sem valor, tão sem valor que perdem o direito a um enterro digno. Ela é mais um lugar dentro da “necro-topografia”, eivada de colonialidade (LIMA, 2020), onde realocar e fixar corpos. (ARAÚJO; MEDEIROS; MALLART, 2020, p.8)

Silva (2020), dentro dos estudos sobre saúde penitenciária, também produz uma crítica a respeito da ideia de que seria possível fazer isolamento social na prisão. Há claramente uma grande diferença entre isolamento na cela e isolamento domiciliar, visto que o ambiente carcerário é um local de violência e violação.

Para uma discussão sobre solidariedade e as políticas e práticas de desencarceramento como ferramentas de enfrentamento, ver Padovani (2020). Para uma

compreensão da política penal no Brasil e como seus elementos são entraves para a efetivação dos direitos humanos, portanto, não são capazes de combater o coronavírus nas prisões, ver Massaro (2020). E por fim, a respeito dos efeitos do coronavírus nas prisões da América Latina recorrer a Bergman (2020).

Além disso, órgãos, associações e organizações civis dedicaram-se a monitorar as condições e violações de direitos de pessoas privadas de liberdade durante a pandemia, produzindo relatórios importantíssimos na ampla divulgação desse problema no país. Alguns exemplos que não poderia deixar de citar foram as ações do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, o MEPCT/RJ, que produziu e continua produzindo uma série de relatórios sobre os impactos da Covid-19 no sistema penitenciário e socioeducativo<sup>17</sup>. Vale destacar a entrevista realizada pelos autores com o MEPCT/RJ, Godoi; Campello; Mallart (2020), para melhor entendimento de sua atuação nas prisões.

Ainda, em uma iniciativa com a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro (FRENTE-RJ) e com o apoio do Mulheres Negras Decidem (MND), o MEPCT/RJ lançou em junho de 2020 uma plataforma de monitoramento chamada “DESENCARCERA, RJ!” com o objetivo de receber denúncias sobre as condições de saúde e violações de familiares de pessoas privadas de liberdade. Todas as denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, são encaminhadas para instituições públicas responsáveis por atuar nos casos.<sup>18</sup>

Segundo o Relatório Semestral da Plataforma Desencarcera, RJ! (MECPT/RJ; FRENTE-RJ, 2020), das 485 denúncias recebidas até dezembro de 2020, 173 foram sobre saúde e 60 foram sobre Covid-19. Os dados contidos neste relatório foram sistematizados através das denúncias recebidas pela Plataforma, dos questionamentos que foram enviados à SEAP/RJ e das averiguações feitas pelo Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do próprio MEPCT/RJ nas visitas de monitoramento. Em relação as denúncias recebidas sobre o Instituto Penal Santo Exedito - SEAP-ISE, o relatório as classifica em dois blocos. No primeiro, foram recebidas 18 denúncias sobre:

[...] falta de água na unidade (inclusive para ingestão e higiene) por mais de 15 dias, falta de medicamentos para presas com doenças

---

<sup>17</sup> Todos os relatórios e demais documentos do MEPCT/RJ estão disponíveis em: <<http://mecanismo.rj.com.br/relatorios/>>.

<sup>18</sup> Para realizar uma denúncia basta acessar o Google Forms disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSda7SpVOw5pUvbxPydwHhQXNt3Fb2hEo3rZL-1G\\_Dh08hDfLw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSda7SpVOw5pUvbxPydwHhQXNt3Fb2hEo3rZL-1G_Dh08hDfLw/viewform)>

crônicas ou com sofrimento psíquico, comida azeda diariamente, vedação de custódia de medicação, não entrega de cartas, regime de completa incomunicabilidade, negativa de informações para os familiares, desrespeito com famílias quanto à custódia, tortura e maus tratos com a presas, especialmente relatos de presas sendo acordadas com jatos e baldes de água na madrugada e humilhações verbais, além de surto de escabiose e piolho. (MECPT/RJ; FRENTE-RJ, 2020, pg. 11-12).

Alguns assuntos, inclusive já levantados pelas minhas interlocutoras, entretanto agora agravados devido à situação pandêmica, também surgiram principalmente no que eles caracterizaram como segundo bloco de denúncias:

9 denúncias, entre 10 e 11 de outubro, que versavam sobre comida azeda, destruição de pertences das presas, como de fotos de seus familiares, casos sintomáticos de COVID-19, casos torturas e maus tratos, partindo desde agressões físicas até o relatado anteriormente, sobre as presas serem acordadas com jatos e baldes de água gelada pelas agentes, ausência de informações para os familiares sobre suas parentes presas, e denúncia sobre situação de uma presa que possuía uma condição grave de saúde quando de sua entrada (70% do corpo queimado, mas monitoramos e essa já recebeu PAD). (MECPT/RJ; FRENTE-RJ, 2020, pg.12).

Quanto à situação da Penitenciária Talavera Bruce - SEAP-TB, o relatório comprova a existência de Covid-19 na unidade e alerta para o quadro preocupante, pois um quarto as mulheres presas faz parte do grupo de risco. Sinalizam também denúncias sobre falta de alimentação e demais doenças na unidade.

A associação Elas Existem – Mulheres Encarceradas também merece enorme destaque pela atuação efetiva através de doações de certas básicas, kits de higiene e limpeza, máscaras e plantão de atendimento online e também por telefone para orientação sobre os cuidados com a Covid-19. A associação produziu um relatório sobre a situação das mulheres nas prisões no período de março e abril de 2020.<sup>19</sup>

Outra grande atuação de organização civil foi a criação do site “Covid nas prisões”<sup>20</sup> pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER. No site há concentrada uma série de documentos e informações sobre as medidas de prevenção a Covid-19, inclusive um observatório sobre a COVID-19 nas prisões chamado Infovírus.

---

<sup>19</sup> BISPO, Caroline. Relatório Elas Existem em Tempos de Corona. **Elas Existem – Mulheres Encarceradas**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://elasexistem.files.wordpress.com/2020/05/elas-existem-mulheres-encarceradas-em-tempos-de-corona.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.covidnasprisoas.com/>>



A Pastoral Carcerária Nacional também se destaca no acompanhamento da situação pandêmica nas prisões. Foi realizado um questionário no início da pandemia e outro um ano depois, em março deste ano de 2021, para compreender essa questão.<sup>21</sup> Familiares de pessoas presas, agentes da Pastoral Carcerária, agentes penitenciários foram a maioria dos participantes desse levantamento. A Pastoral chama atenção para a quantidade reduzida de respostas no segundo questionário em comparação ao primeiro. Segundo eles, isso se dá pela falta de informações e a omissão do que se passa nas prisões, que não é uma eventualidade e sim uma estratégia política de conservação das torturas e falta de direitos no cárcere.

Chegado o momento tão esperado pela maioria da população, a vacinação, cresce o debate sobre a inclusão da população carcerária entre os grupos prioritários<sup>22</sup>. Essa ideia foi rejeitada pela maioria da população, muito por conta da falta de doses de vacina para todos os demais grupos e da concepção estigmatizada e preconceituosa com todas as pessoas que compõem a população carcerária, como se eles não merecessem a vacina por serem criminosas. No plano nacional de vacinação apresentado em dezembro de 2020, as pessoas presas estavam inseridas nos grupos prioritários, foram retiradas e depois retornaram à lista de prioridade. Durante depoimento na CPI da Covid, Francieli Fantinato revelou que o ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde coronel Élcio Franco pressionou os servidores da pasta a excluírem os presos entre dos grupos prioritários para a vacinação. Sabe-se que até julho de 2021, apenas 17% da população carcerária recebeu alguma dose da vacina contra o novo coronavírus. (RAMOS, 2021). Visto isso, a população carcerária segue sendo direcionada à política da morte, agora com o coronavírus sendo uma de suas ferramentas.

Em síntese, este capítulo objetivou trazer os relatos de minhas interlocutoras acerca das condições de vida na cadeia, desde as condições materiais como alimentação e saúde que são precárias, até os relacionamentos com agentes e o sistema de trocas existente como um meio de sobrevivência na prisão. Além disso, foi feita uma sintética

---

<sup>21</sup> PASTORAL CARCERÁRIA. Questionário sobre coronavírus nas prisões revela que situação no cárcere está muito pior um ano após o início da pandemia. **Pastoral Carcerária**, 19 de Abr. de 2021. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/questionario-sobre-coronavirus-nas-prisoos-revela-que-situacao-no-carcere-esta-muito-pior-um-ano-apos-o-inicio-da-pandemia>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

<sup>22</sup> CORRÊA, Alessandra. Por que especialistas defendem que presos estejam entre grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19. **G1**. Washington, DC, EUA, 20 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/20/por-que-especialistas-defendem-que-presos-estejam-entre-grupos-prioritarios-na-vacinacao-contra-a-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 2 de jun. de 2020.

reflexão acerca dos efeitos da pandemia no sistema prisional com base na produção de escritos pelos pesquisadores das Ciências Sociais e também com base na atuação de órgãos, associações e organizações civis que se dedicaram a monitorar as condições e violações de direitos de pessoas privadas de liberdade durante a pandemia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dissertativo inicialmente preocupou-se em analisar e dialogar com algumas pesquisas consolidadas do campo da sociologia e antropologia acerca do tráfico de drogas, que iniciaram e ampliaram o debate sobre esse fenômeno, mas ainda o compreendem como um espaço masculinizado. Assim, houve um esforço de trazer novas pesquisas que, tal como esta dissertação, se propõe a trazer para o debate a perspectiva de mulheres que atuam no mercado das drogas. Importa resgatar que a escolha do objeto está correlacionada com o interesse em visibilizar o trabalho de mulheres no tráfico não como mulheres de bandido, mas como escolhas operacionalizadas pelas trajetórias.

É necessário situar que este trabalho se propôs a visibilizar/compreender as experiências individuais das mulheres na prisão e no tráfico, notando como elas observam a si mesmas e enfrentam a dimensão social de suas vidas e se relacionam com as estruturas de poder da sociedade. Cabe observar como os relatos aqui apreciados nos levam a compreensão de processos e configurações sociais mais amplos; uma relação dual entre as escolhas/razões dessas mulheres para trabalhar no tráfico e os constrangimentos, regimes e contingências sociais e situacionais que estão imbricados em suas vidas.

Explorei também nesta dissertação as temáticas centrais que foram levantadas pelas mulheres que entrevistei sobre suas atuações e vivências no tráfico de drogas como as várias funções e cargos que atuam. Chamo atenção para o fato de que a maior parte das minhas interlocutoras, diferente da maioria das pesquisas sobre mulheres no tráfico, prefere estar em cargos que, por mais que haja mais risco de vida, como segurança, mula, vapor e porta-voz, são espaços de mais autonomia. Assim, elas podem trabalhar sozinhas, sem a presença de homens e garantir insubmissão.

Outra hipótese construída a partir dos relatos das mulheres entrevistadas foi a de que a Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, aparece como um local onde mulheres conseguem comandar o tráfico de drogas. Já na capital do estado, a favela da Vila Vintém, em Padre Miguel na Zona Oeste, é um local famoso por suas bocas de fumo comandadas por mulheres. Vale a pena nos dedicarmos a estudar esses locais para compreender o que faz deles um local próspero para mulheres traficantes, segundo as próprias mulheres que atuam nesse mercado.

Por fim, foram trazidas as condições de vida na cadeia relatadas por elas como: a superlotação, comida azeda, escassez de água, falta de assistência médica humanizada em contrapartida há o uso abusivo de medicamentos psicotrópicos e o sistema de trocas como uma forma de sobrevivência na cadeia. Além disso, foi indispensável trazer as reflexões, mesmo que de forma breve, sobre os efeitos da pandemia no sistema prisional. A situação vista e relatada pelas minhas interlocutoras revelam violação de direitos humanos, violência psicológica, moral e física e a degradação das prisões brasileiras. Não há como ver, ouvir e sentir tudo isso sem se aproximar das teorias abolicionistas.

O abolicionismo do sistema penal foi defendido por Louk Hulsman e Jacqueline Bernat de Celis (1993), pois compreendem a prisão como um sofrimento estéril em que as pessoas presas são despersonalizadas e dessocializadas. Ainda nos fazem entender que o conceito de crime não é operacional: o que um dia foi crime, depois pode não mais ser. A lei cria o criminoso. Portanto há uma pré-seleção de quem vai para o sistema penal e isso cria e reforça as desigualdades sociais. Sendo assim, os autores argumentam que é necessário questionar o direito de punir dado ao Estado, mas sem necessariamente anular a noção de responsabilidade pessoal e também outras medidas coercitivas. Por fim, para eles, abolir o sistema penal quer dizer “dar vida às comunidades, às instituições e aos homens.” (HULSMAN; CELIS, 1993, p.92).

Angela Davis (2020), uma abolicionista no país com a maior população carcerária do mundo (EUA), nos traz uma reflexão que se soma ao argumento de Hulsman e Celis. Para a autora, a prisão realiza seu trabalho ideológico que é nos livrar da responsabilidade de enfrentarmos os problemas produzidos pelo racismo e pelo capitalismo global.

Como podemos descriminalizar o uso de drogas e o comércio de serviços sexuais? Como podemos levar a sério estratégias de justiça reparadora em vez de uma justiça exclusivamente punitiva? Alternativas eficazes envolvem a transformação tanto das técnicas de abordagem do “crime” quanto das condições sociais e econômicas que levam tantos jovens de comunidades pobres, especialmente das comunidades de pessoas de cor, ao sistema correcional juvenil e depois à prisão. O desafio mais difícil e urgente é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora. (DAVIS, 2020, p. 22)

Ao apresentar o abolicionismo penal como ponderação ao final desta dissertação, amplio aqui uma possibilidade analítica que me motiva nesse campo. Entendo que as situações que vi e ouvi das mulheres entrevistadas me levam a reflexão

sobre qual seria a função das prisões no mundo atual; a penitência por elas vivenciadas no cárcere revelam os reais propósitos, qual seja - de produzir dor e sofrimento.

Compreendo que há ainda muitos aspectos políticos/econômicos/sociais que envolvem o mercado/comércio das drogas no Brasil e no mundo. Esse fenômeno envolve políticas penais e punitivas que estão associadas ao capitalismo global e, portanto, colocam um enorme desafio para os pesquisadores do campo de identificarem esses diferentes ângulos/sentidos. Estudar no Brasil a política de “guerra às drogas” e o mercado das drogas envolve uma trama de correlações que devemos aqui identificar, contudo não foram objeto dessa pesquisa.

Por fim, gostaria de evidenciar que a política de tolerância zero com traficantes e também com consumidores de drogas em nada soluciona a questão do consumo e da venda de drogas. Acredito na descriminalização das drogas como uma saída necessária para que a situação dos usuários seja tratada como uma questão de saúde pública e não de polícia. Além disso, a legalização das drogas permite ao estado regular e controlar o mercado, o que garante, entre tantos benefícios, o controle da qualidade da droga ofertada e a diminuição de guerras entre as facções. Um mundo livre de drogas não existe logo, devemos encarar o problema e debatê-lo e não acreditar que a política de guerra as drogas seja eficaz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fábio; MEDEIROS, Flavia; MALLART, Fábio. As valas comuns: Imagens e políticas da morte. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Reflexões na Pandemia 2020. Rio de Janeiro, 15 de jun. de 2020.

BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas: Retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, Mar. 2016.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2): 577-586, 2009.

BECKER, Howard. “Problemas de inferência e Prova na Observação Participante” & “Evidências de Trabalho de Campo”. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: Editora Hucitec, 1997, PP.47-64 & 65-100

\_\_\_\_\_. “Representações” e “Amostragem”. In: **Segredos e Truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERGMAN, Marcelo; CAFFERATA, Fernando; AMBROGI, Juan. Os efeitos do coronavírus nas prisões da América Latina. Tradução de Karina Biondi. **CELIV – UNTREF**, jun. de 2020.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p.196, 2009.

\_\_\_\_\_. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p.334, 2014.

BIROLI, Flávia. “Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise entre autonomia, preferências e democracia”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no. 9, 2012.

BISPO, Caroline. Relatório Elas Existem em Tempos de Corona. **Elas Existem – Mulheres Encarceradas**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://elasexistem.files.wordpress.com/2020/05/elas-existem-mulheres-encarceradas-em-tempos-de-corona.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

BOITEUX, Luciana. WIECKO, Ela. (coord). (2009). **Tráfico de Drogas e Constituição: Um estudo Jurídico-Social do Art. 33 da Lei de Drogas Diante dos Princípios Constitucionais-Penais**. Brasília: SAL - Ministério da Justiça. Série Pensando o Direito.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. **Manual de vigilância de uso de medicamentos psicotrópicos em povos indígenas** – Brasília: Ministério da Saúde: 2019.

BRASIL. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras/ Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça – 1. Ed – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s.n.], 2016.

BUTLER, Judith. **Notes toward a performative theory of assembly**. Cambridge, Harvard University Press, 2018.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. Entre doentes e bandidos: a tramitação da lei de drogas (nº 11.342/2006) no Congresso Nacional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Vol.2, n.2, jan 2015, pg. 160.

CANDOTTI, Fabio Magalhães. “Tem irmão morrendo aqui!” a gestão carcerária-militar (do limite) da vida. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, 30 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tem-irmao-morrendo-aqui-dentro-a-gestao-carceraria-militar-do-limite-da-vida/>>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

CHAVES, Luana Hordones e ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva [online]**. 2020, v. 30, n. 01. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>

CHERNICHARO, L.P. **Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 45 p., 2016.

CORDEIRO, FABÍOLA. **Prisão e resistências: micropolítica da vida cotidiana em uma penitenciária para mulheres**. Rio de Janeiro, PPGSA / IFCS / UFRJ, 2016.

CORRÊA, Alessandra. Por que especialistas defendem que presos estejam entre grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19. **G1**. Washington, DC, EUA, 20 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/20/por-que-especialistas-defendem-que-presos-estejam-entre-grupos-prioritarios-na-vacinacao-contra-a-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 2 de jun. de 2020.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, pág. 761-778, dezembro de 2015.

CPI DA COVID: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas. **BBC News Brasil**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em: 28 jun. 2021.

DAMASCENO, Caetana. Segredos da Boa Aparência: da “Cor” à “Boa Aparência no Mundo do Trabalho Carioca (1930-1950). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/EDUR, 2011.

\_\_\_\_\_. ‘Cor’ e ‘Boa Aparência’ no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal – Rio Grande do Norte, 2013.

DAVES, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**/ Angela Davis; tradução de Marina Vargas – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DEBERTM Guita G. Problemas relativos à utilização da História de vida e História Oral. In: Cardoso, Ruth (org.) **A aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena C.D.V.; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. 2017, v. 27, n. 03, pp. 727-747. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300018>.

G1 *et al.* Em dois anos, 3,5 mil mulheres grávidas ou com filhos pequenos deixam prisão após decisão do STF. **G1**. Brasil, 19 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/02/19/em-dois-anos-35-mil-mulheres-gravidas-ou-com-filhos-pequenos-deixam-prisao-apos-decisao-do-stf.ghtml>>. Acesso em: 28 Set. 2021.

\_\_\_\_\_. PF prende cúpula da Secretaria de Administração Penitenciária do RJ por suspeita de acordo com facção criminosa. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/17/pf-seap.ghtml>>. Acesso em: 21 Ago. 2021

\_\_\_\_\_. Justiça registrou conversas de secretário com a cúpula de facção: “Se tiverem só 100 fuzis, o lucro é maior.” **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/17/conversas-secretario-seap.ghtml>>. Acesso em: 21 Ago. 2021.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GODOI, Rafael; CAMPELLO, Ricardo; MALLART, Fábio. O colapso é o ponto de partida: Entrevista com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro sobre prisões e a Covid-19. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Reflexões na Pandemia 2020. Rio de Janeiro, 20 maio de 2020.

GOMES, P.H.; FIGUEIREDO, P.; MODELLI, L.; Bolsonaro quer desobrigar uso de máscara por vacinados; para especialistas, é uma temeridade. **G1**, Brasília e São Paulo, 10 jun. 2021. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/10/bolsonaro-quer-desobrigar-uso-de-mascara-por-vacinados-para-especialistas-e-uma-temeridade.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2021



GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 127-148, 2008.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida**. São Carlos: EdUFSCar, 2018. 258 p.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas**. O sistema penal em questão. LUAM, Niterói, 1ª edição, 1993.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?. **São Paulo em Perspectiva [online]**. 2004, v. 18, n. 1, pp. 49-59. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100007>>. Acesso em: 10 de set. 2021.

\_\_\_\_\_. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social [online]**. 1997, v. 9, n. 1, pp. 169-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100009>>. Acesso em: 10 de set. 2021.

LAGO, N. B. DO. Corajosas e batalhadoras: gênero, classe e família em histórias de mulheres na prisão. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 3, n. 1, p. 318-342, 20 nov. 2018.

Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres – 2ª Edição/ organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Ines da Rosa. [et AL.]. – Brasília: **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN / Painel Interativo. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional**, 2019. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJlLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em 26 jun. 2019.

LIMA, Renato Sérgio & RATTON, José Luiz (org.). As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. São Paulo. FBSC, **Urbânia, Anpocs**, 2011.

MALLART, Fábio *et al.* O massacre do coronavírus. **ANPOCS.org**. Boletim Cientistas Sociais, n. 24, 20 de abr. de 2020. Disponível em:

<<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2338-boletim-n-24-o-massacre-do-coronavirus>>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

MASSARO, Camilla Marcondes. Estado penal, necropolítica, sistema prisional e direitos humanos: Considerações em tempos de pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Reflexões na Pandemia 2020. Rio de Janeiro, 20 de jul. de 2020.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa e; NASCIMENTO, Emanuela de Araújo. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2019, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180028>

MECPT/RJ; FRENTE-RJ. **Relatório semestral/2020. Plataforma Desencarcera, RJ! : Monitoramento de espaços de privação de liberdade na pandemia**. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MECPT/RJ), Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), 2020. Disponível (on-line) em: [https://drive.google.com/drive/folders/1QYbngTak4czQCcZRifXdZgVvh\\_VNi0D9](https://drive.google.com/drive/folders/1QYbngTak4czQCcZRifXdZgVvh_VNi0D9)

MISSE, MICHEL. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América. **Estudos Avançados [online]**. 2019, v. 33, n. 96, pp. 23-38. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0003>>.

\_\_\_\_\_. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

\_\_\_\_\_. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007.

\_\_\_\_\_. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**. 2010, n. 79

MOURA, Maria Juruena. (2005). **Porta fechada, vida dilacera - mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2008, v. 23, n. 67, pp. 135-146. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200010>>. Acesso em: 20 de set. 2021.

PADOVANI, Natália Corazza. Nós Por Nós: Teias de solidariedade, políticas de desencarceramento e abolicionismo penal no mundão em pandemia. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Reflexões na Pandemia 2020. Rio de Janeiro, 15 de out. de 2020

PAIVA, Valdemir, PRIORI, Claudia. Mulheres no 'mundo' da violência e do crime: Algo fora de lugar? (Comarca de Guarapuava/PR, 1965-1980). **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro – Vol. 12 – no 2 – MAI-AGO 2019 – pp. 427-449.

PASTORAL CARCERÁRIA. Questionário sobre coronavírus nas prisões revela que situação no cárcere está muito pior um ano após o início da pandemia. **Pastoral Carcerária**, 19 de Abr. de 2021. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/questionario-sobre-coronavirus-nas-prisoos-revela-que-situacao-no-carcere-esta-muito-pior-um-ano-apos-o-inicio-da-pandemia>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

PINTO, Nalayne Mendonça. **Penas e Alternativas**: Um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-2004)/ Rio de Janeiro: UFRJ, PPGSA, IFCS, 2006.

**PRESAS POR SEUS PRESOS**. Mylena Fernandes de Mello *et al.* Rio de Janeiro, 2017. (14min 4seg). Publicado pelo canal Jannyne frança. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zJ5pagemt74&ab\\_channel=Jannynefran%C3%A7a](https://www.youtube.com/watch?v=zJ5pagemt74&ab_channel=Jannynefran%C3%A7a)>. Acesso em: 20 set. 2020.

R7.COM. Famílias relatam mortes de três detentas em presídio no Rio. **R7.com**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/familias-relatam-mortes-de-tres-detentas-em-presidio-no-rio-20112018>>. Acesso em: 20 Aug. 2021.

RAMOS, Beatriz Drague. Sob descaso do governo federal, vacinação chegou a apenas 0,7% dos presos. **Ponte Jornalismo**. Brasil, 08 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/apenas-07-da-populacao-carceraria-esta-imunizada-contra-a-covid-19-numero-reflete-descaso-do-governo-federal/>>. Acesso em: 2 de ago. de 2021.

RAFAEL, Antônio. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Ano 1, nº2, dez, 2001b.

\_\_\_\_\_. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **ALCEU**, v. 2, n. 3, p. 166 a 179, jul./dez. 2001a.

\_\_\_\_\_. **Um Abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998.

RATTON, José Luiz; GALVAO, Clarissa. Para além da maldade, da loucura e da vitimização: Agência intencional e volição em crimes violentos praticados por mulheres. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 26-41, Mar. 2016.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana M. **Crime é coisa de mulher**: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens. Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

\_\_\_\_\_. A mulher e a carreira criminosa: habilidades e competências necessárias a uma praticante de atividades ilícitas. In.: **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**/Organizadores: Juliana Melo, Daniel Simião, Stephen Baines.– Natal, RN: EDUFRN, 2016.

RIBEIRO, Ludmila; LOPES, Tacyana. Justiça criminal e gênero: O fluxo do tráfico de drogas em Montes Claros, Minas Gerais, de 2009 a 2014. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p. 401-426, Mai.-Ago. 2019.

SÁ, Teresa. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral, **Configurações**, 7, p. 91-105, 2010.

SALES, Leticia Mara. **Vínculos e rupturas: um debate sobre adoção e destituição de poder familiar em faces da maternidade no cárcere**. Monografia. UFRRJ. Seropédica, 2017.

SANTA RITA, Rosangela P. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Dissertação (apresentada ao Departamento de Serviço Social para obtenção do título de mestre em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, julho, 2006.

SANTOS, Hermílio. Mulheres como autoras de violência: Evidências e agenda de pesquisa. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, mar. 2016.

SILVA, Martinho. Devemos ocultar nossas fragilidades durante a pandemia? Direito à saúde nas prisões em tempos de isolamento domiciliar. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Reflexões na Pandemia 2020. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.

SOARES, Angelo. Quando menina veste azul e menino veste rosa: questões de gênero no trabalho. **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 27-40, julho/agosto/setembro, 2019.

SOARES, Barbara M.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras. Vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TELLES, V.S.; HIRATA, D.V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007.